

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

Salvaguarda do Património Arqueológico: a freguesia de Santa Maria
Maior em *Aquae Flaviae* (Chaves)

Bárbara Filipa Videira Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientadora:
Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:
Doutora Sofia Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2017

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às Professoras Doutoras Maria João Vaz e Sofia Macedo pelo acompanhamento e orientação durante a investigação.

Antes de mais, agradeço a acessibilidade e disponibilidade dos arqueólogos Sérgio Carneiro, Rui Lopes e João Ribeiro por me mostrarem a realidade arqueológica da região e também pelo acesso à documentação, um instrumento útil à realização desta dissertação.

Agradeço a disponibilidade e sensibilidade de Dr. Nuno Montalvão pelo relato de informações pertinentes sobre a organização autárquica, bem como outro tipo de informações que determinaram o seguimento da investigação. Agradeço, igualmente, a informação relatada pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, António Cabeleira, sobre a salvaguarda do património arqueológico e as iniciativas desenvolvidas.

Agracio os contributos prestados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Madalena e Samaiões e Dirigente do Fórum Galaico-Transmontano, Sr. Félix Carvalho. Agradeço ao Chefe da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Arquiteto António Malheiro e Engenheiro Abel Peixoto da Divisão de Mobilidade pela amabilidade e acesso à documentação, bem como a toda a equipa da Câmara Municipal de Chaves que contribuiu para a construção desta temática, desde o sector dos museus, ao sector sociocultural, até à Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

Agradeço ao Diretor da Escola Secundária Fernão Magalhães e da Escola Secundária Júlio Martins pelo seu contributo; ao diretor Paulo Chaves do *Jornal A Voz de Chaves- Jornal do Alto Tâmega e Barroso* que sagazmente argumentou sobre a categorização do património. Por fim, agradeço o contributo da ACISAT, que demonstraram compreensão e colaboração.

Agradeço ainda à museóloga Francisca Hernandez- Hernandez, ao museólogo Juan Gonçalves e à museóloga Alice Semedo, pela partilha de informação relativa ao cenário da museologia e o património espanhol e português.

Assim feitos os agradecimentos a nível académico que se pautearam pelo profissionalismo e competência das informações disponibilizadas; falta referir o apoio emocional e psicológico que permitiu a concretização desta dissertação.

À minha mãe, gostaria de agradecer o apoio e a mão dada durante o meu percurso académico, desde que comecei a escrever. A boa teima no Português transmitiu e fortaleceu os conhecimentos e permitiu-me chegar mais longe a nível educacional e profissional.

Ao meu pai, agradeço por demonstrar que a sabedoria não se ganha apenas com a teoria, mas também com a prática. Reconheço, acima de tudo, o ensinamento da vida de trabalho.

Ao meu avô, agradeço por transmitir o gosto por Chaves e pela vontade de voltar nas férias; onde iniciei ativamente o gosto pela leitura. À minha tia agradeço pelas horas e companhia à procura de livros sobre a região, na busca de sinalética pelo centro histórico da cidade e, acima de tudo, pelo intenso apoio e interesse demonstrados pelo património da cidade. Ao meu tio, às minhas primas, à minha família em geral, agradeço a força e apoio que me deram, desde que comecei a licenciatura e de seguida durante o mestrado.

Aos meus verdadeiros amigos agradeço todo o carinho, pelo abraço e pelas palavras de luta nos momentos mais difíceis e obscuros durante a investigação. Da minha melhor amiga de infância, Cláudia Madeira agradeço toda a paciência e gargalhadas. Da Ana Margarida Grácio por me ensinar que a paciência é uma virtude, e que desde do início tem sido incansável na partilha de conhecimentos e frustrações. No fundo, transmitiu a ideia que a realização de uma dissertação não tem que ser solitária mas um momento de reflexão dos nossos conhecimentos. Por fim, não posso deixar de mencionar, o braço de ferro feito com o meu grande amigo André Silva. Desde o início que sabia quais as minhas capacidades, mesmo quando eu duvidava do meu potencial. Agradeço, portanto, todo o apoio e o empurrão que precisava para terminar esta temática.

À família do meu estimado melhor amigo, agradeço o empréstimo dos livros, o apoio intenso, a explicação de termos técnicos de organização autárquica e também a paciência face às vastas questões colocadas durante o estudo.

Ao meu namorado e melhor amigo, Bernardo Teixeira, agradeço a mão e o incansável apoio nos momentos mais difíceis, a orientação quando estive prestes a cair, a minha referência do Património, que me preencheu lacunas de conhecimentos que ficaram na minha memória. Para além disso, agradeço a força, o carinho, a determinação e a fé na importância da salvaguarda deste património. Obrigada por nunca me teres deixado desistir.

Em suma, agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim, pela força maior em todos os momentos e aqueles que não acreditavam, agradeço a duplicar, a minha teimosia foi forte e os obstáculos foram ultrapassados.

Resumo

O património arqueológico proporciona-nos o conhecimento do passado. O reconhecimento da necessidade de preservar e salvaguardar este tipo de património remete para a necessidade de estabelecer estratégias globais e em prol da comunidade. No território português, estabelecer e respeitar os princípios básicos da preservação tem sido uma ideia, que aos poucos sido é posta em prática. A salvaguarda, reabilitação e conservação é uma obrigação de todos sendo requerida cada vez pela comunidade, contemplada na função memorativa da herança e do processo de identificação inerente.

Chaves é conhecida pelo seu legado dos tempos romanos, sobretudo a partir do século I, sendo conhecida como *Aquae Flaviae*. Importante centro urbano foi mais tarde sede do município, muito devido à qualidade e excelência das suas águas termais, utilizadas desde a época romana. Atualmente, as águas termais de Chaves funcionam numa dupla vertente medicinal e turística.

Com base neste passado cronologicamente bem definido, marca da identidade da cidade, procurou-se conhecer o património em questão, quer na vertente técnico-científica (inventários e a partilha do conhecimento, defesa dos princípios de conservação do património), quer na valorização (estratégias aplicada em Chaves para valorização deste património cultural), quer ainda na vertente social (com a participação da comunidade de Chaves e da freguesia de Santa Maria Maior).

Palavra-chave: Chaves (*Aquae Flaviae*); Santa Maria Maior; Património Arqueológico Romano; Salvaguarda e Valorização, Musealização, Identidade Histórica.

Abstract

The archaeological heritage reveals the knowledge of the past. The recognition of the need to preserve and safeguard this heritage refers to global and community-based strategies. In the Portuguese territory the establishment and respect of the basic principles of preservation has been a theory, which have gradually been put into practice. In this sense safeguarding, rehabilitation and conservation is a global obligation required by the community, acknowledging the memorial function of heritage and its role on the identity construction process.

Chaves is known for his legacy coming from Roman times, especially from the 1st century b. C., known as *Aquae Flaviae*. The city was an important urban center and later seat of the municipality much owing to the quality and excellence of its thermal waters, used since the roman era. They currently have an important role in both medical and touristic aspects.

Based on its well defined chronological past, brand of the city's identity, we thrived to know the heritage whether from a technical and scientific point of view (with inventories, and scientific knowledge sharing, supporting the principles of conservation), whether from a valorization point of view (the applied strategies in optimizing this identity heritage) and finally from a social point of view (enhancing the participation on the community of Chaves and Santa Maria Maior).

Keywords: Aquae Flaviae; Santa Maria Maior; Roman Archaeological Heritage, Safeguard and Valorization, Musealization, Historical Identity.

ÍNDICE

Índice de Quadros	vii
Índice de Figuras	ix
INTRODUÇÃO	1
Tema e Problemática.....	1
Bibliografia	2
Objetivos	3
Metodologia e Fontes.....	3
Apresentação do Trabalho	9
CAPÍTULO 1 – O Contexto: Chaves e Santa Maria Maior.....	11
1.1.Chaves.....	11
1.1.1.Contexto Geográfico e Demográfico	11
1.1.2. Contexto Histórico e Cultural.....	11
1.2. Santa Maria Maior.....	16
1.2.1. Contexto Geográfico e Demográfico	16
1.2.2.Contexto Histórico e Cultural.....	16
1.3. Contextualização de <i>Aquae Flaviae</i> na Expansão do Império Romano.....	19
1.3.1. Estudo de caso: Freguesia de Santa Maria Maior	21
CAPÍTULO 2 – Estratégias de valorização do património arqueológico romano.....	33
2.1. Valorização do Património Arqueológico	33
2.2. Planos e Programas estratégicos	34
2.2.1. Programas de Âmbito Regional:	34
2.2.2. Programas de Âmbito Local:	37
2.3 Gestão e manutenção do património arqueológico em Chaves.....	41
2.4. Musealização do património arqueológico romano	44
2.4.1 Museu da Região Flaviense – Núcleo de Pré-História e Arqueologia, Exposição <i>2000 anos</i> – Arquivo Municipal de Chaves e Termas Mediciniais Romanas de Chaves.....	46
2.4.2 Projeto “Chaves. Cidade Museu”	47
2.5 Sinalização e acessibilidades.....	47

2.6 Divulgação e Comunicação	50
CAPÍTULO 3 – Identificação dos impactos das ações no património	53
3.1. Análise das dinâmicas de crescimento do Centro Histórico	53
3.2. Análise das estruturas museológicas	55
a) Museu da Região Flaviense	57
b) Exposição 2000 anos – Arquivo Municipal de Chaves	60
3.3. Reflexo das ações no património romano edificado	61
a) Ponte romana e as colunas comemorativas.....	63
b) Museu das Termas Mediciniais Romanas de Chaves (<i>Aquae Flaviae</i>)	65
CONCLUSÃO	67
BIBLIOGRAFIA	79
ANEXOS	I
Anexo A: Guião de Entrevista a Arqueólogo Dr. Sérgio Carneiro	III
Anexo B: Anexo Guião de Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, via email.V	
Anexo C: : Evolução entre 2014 e 2016 da Festa <i>Aquae Flaviae</i> – Festa dos Povos. Fonte: 2Eventos de <i>Aquae Flaviae</i> - Festas dos Povos entre 2013 e 2016”, arquivo interno da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, Câmara Municipal de Chaves.	VII

Índice de Quadros

Quadro 1.0. Depoimentos recolhidos do setor de arqueologia.....	4
Quadro 2.0. Depoimentos recolhidos, desde o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, até ao setor de museus.....	5
Quadro 3.0. Depoimentos recolhidos de associações culturais e empresariais de Chaves.....	7
Quadro 4.0. Depoimento de escolas locais e do jornal local “A voz de Chaves- Jornal do Alto Tâmega e Barroso”.....	8
Quadro 5.0. Depoimento recolhidos de museólogos.....	8
Quadro 6.1. Património arqueológico e edificado romano de Chaves. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).....	12
Quadro 7.1. Património arquitetónico classificado do concelho de chaves, fonte: Sistema de informação para o património arquitetónico (SIPA).....	15
Quadro 8.1. Aras votivas dentro da freguesia de Santa Maria Maior. Fonte: <i>Roteiro do Museu da Região Flaviense e Estudo de Caracterização do Património Arqueológico</i> , simplificado pela autora.....	23
Quadro 9.2. Coesão Local Urbana, ON.2. Fonte: Programa Operacional Regional do Norte - Investimento Público, ON.2. Norte, 2014.....	35
Quadro 10.2. Medidas e objetivo estratégico de Estratégia Integrada de Desenvolvimento Urbano do Alto Tâmega (EIDT-Alto Tâmega). Fonte: Quadro Prévio de Ordenamento, PDM de Chaves.....	36
Quadro 11.2. Promoção do turismo sustentável. Fonte: Quadro Prévio de Ordenamento, PDM de Chaves.....	36
Quadro 12.2. Projetos programados/em curso, Fonte: Departamento de Coordenação Geral, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Operação Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves (ORU).....	39
Quadro 13.2. Ações realizadas nos elementos patrimoniais romanos em Santa Maria Maior (Chaves). Quadro adaptado pela autora a partir dos depoimentos de arqueólogos Sérgio Carneiro e Rui Lopes e ainda recorrendo ao Portal do Arqueólogo Português (DGPC) e aos jornais “Voz de Chaves – Jornal do Alto Tâmega e Barroso”.....	43
Quadro 14.2. Eventos culturais do município de Chaves, adaptado pela autora a partir da Agenda Cultural de 2016 e “A Voz de Chaves – Alto Tâmega e Barroso/ Diário Atual”.....	53

Quadro 15.3. Despesas em património cultural de Chaves- Santa Maria Maior. Fonte: INE, 2013, <i>Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais</i>	53
Quadro 16.3. Evolução dos Museus de Chaves. Fonte: INE, 2013, “Museus (Nº) por localização geográfica (NUTS)”, <i>Inquérito aos Museus</i>	56
Quadro 17.3. Evolução intervencionista do património romano edificado. Fonte: IPA, DGPC e Portal do Arqueólogo Português.....	62
Quadro 18.3. Evolução da empreitada do Museu das Termas Mediciniais Romanas de Chaves entre 2011 a 2016. Quadro simplificado pela autora, baseado no Observatório das Obras Públicas.....	65

Índice de Figuras

Figura 1.1. Mapa identificativo dos indícios romanos de Chaves na freguesia de Santa Maria Maior. Fonte: DGPC, Portal do arqueólogo português, mapa elaborado com base no suporte <i>google maps</i>	21
Figura 2.1. Representatividade da atual Praça de Camões (Santa Maria Maior, 2016). Mapa produzido pela autora com base no <i>google maps</i>	25
Figura 3.2. Vetores do desenvolvimento do Masterplan. Adaptado de <i>Masterplan do Centro Histórico de Chaves</i> , Janeiro, 2014.....	37
Figura 4.2. e 5.2. Placares de sinalética de monumentos. Foto da autora com base no mapa no projecto "Renovação do imobiliário do centro histórico de Chaves" (2009).....	49
Figura 6.2. Eurocidade da água, Chaves –Verín. Fonte: site institucional de Eurocidade Chaves – Verín.....	51
Figura 7.3. Evolução de visitantes - Núcleo de Pré-história e arqueologia do MRF, Museu da Região Flaviense, Rede de Museus de Chaves.....	57
Figura 8.3. Visitantes ao museu da região flaviense por tipologia em 2016. Fonte: Museu da Região Flaviense - Núcleo de Pré-História e Arqueologia.....	58
Figura 9.3. Controlo de bilheteria do Museu da Região Flaviense em 2016. Fonte Museu da Região Flaviense - Núcleo de Pré-História e Arqueologia.....	59
Figura 10.3. Controlo mensal de visitantes ao Museu da Região Flaviense. Fonte Museu da Região Flaviense - Núcleo de Pré-História e Arqueologia.....	59
Figura 11.3. Movimento Pont'A Pé. <i>A Voz de Chaves - O Jornal do Alto Tâmega e Barroso</i> , 13 de Junho de 2008.....	64

Glossário de Siglas

ARU: Área de Reabilitação Urbana

CH: Centro Histórico

DR: Diário da República

DG: Diário do Governo

DGTF: Direção Geral do Tesouro e Finanças

DGEMN: Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

DGOTDU: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGPC: Direção Geral do Património Cultural

EID-T Alto Tâmega: Estratégia integrada de Desenvolvimento Urbano do Alto Tâmega

FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

ICAHM: International Committee for the Management of Archaeological Heritage

ICOM: International Council of Museums

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites

IGESPAR, I.P: Instituto de Gestão e Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico, Instituto Público.

IGEO: Instituto Geográfico Português

IIP: Imóvel de Interesse Público

IPA: Instituto Português de Arqueologia

IPPAR: Instituto Português do Património Arquitetónico; Instituto Português do Património Arquitetónico

INE: Instituto Nacional de Estatística

MM: Museu Militar

MOP: Ministério das Obras Públicas

MN: Monumento Nacional

MRF: Museu da Região Flaviense

ORU: Operação Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves

PC – Património Cultural

PDM: Plano Diretor Municipal

PEDU: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PROT:N: Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte

QREN: Quadro de Referência Estratégia Nacional

SIPA: Sistema de Informação do Património Arquitetónico

UTRAT: Unidade Técnica para a reorganização Administrativa do Território

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZEP : Zona Especial de Protecção

INTRODUÇÃO

Tema e Problemática

A salvaguarda e valorização do património arqueológico passa por uma política preventiva de preservação dos achados, que tem por base a legislação internacional e nacional. Abordamos aqui um caso bem delimitado, no Nordeste de Portugal, a cidade de Chaves, no distrito de Vila Real. A ideia inicial surgiu após o anúncio do novo museu na cidade, ligado ao legado termal romano, que levou à colocação da seguinte questão: que estratégias são aplicadas, em Chaves, para a valorização do património arqueológico romano?

Estuda-se, no essencial, a ligação entre valorização do património e a musealização, enquanto forma de conjugação de funções diversas: por um lado a salvaguarda, conservação e restauro do legado da cidade e, por outro lado, dar a conhecer à comunidade flaviense a sua própria história. O património arqueológico flaviense é vasto. Para ser possível entender os esforços dedicados à sua salvaguarda, necessitámos de restringir espacialmente o objeto de estudo, procurando compreender qual a importância que a autarquia de Chaves dá ao património, sobretudo o património arqueológico.

Considerámos a pertinência de estabelecer o centro histórico da cidade (CH), a freguesia de Santa Maria Maior, como espaço de análise. Aqui existem dois monumentos nacionais de origem romana: a ponte romana com as duas colunas comemorativas nela colocadas, do tempo dos imperadores Vespasiano e Trajano e o Museu das Termas Mediciniais Romanas. Procura-se identificar as medidas de salvaguarda e valorização deste tipo de património, cujo legado romano que o Município possui enquanto cidade termal e patrimonial.

Desde as entidades museológicas sediadas na freguesia de Santa Maria Maior até às iniciativas culturais e ações de conservação ao património edificado, será que existe uma deliberada e estruturada estratégia de salvaguarda do património? Mais do que identificar o espólio existente, considerámos importante identificar a dinâmica que se tem concretizado no centro histórico.

Considerámos que mais do que salvaguardar o património, importa revitalizar culturalmente o centro histórico. Tivemos em conta o enunciado do artigo 9.º da Convenção Europeia para a Proteção do Património. Arqueológico (Malta, 1992), relativamente à promoção da consciência pública no empreendimento de promoção do acesso público e consciência do contributo para valorização do passado.

Bibliografia

A reflexão sobre o conceito de património partiu da leitura de *A Alegoria do Património e Questões do Património*, de Françoise Choay. Para justificar a identificação e benefícios da salvaguarda do património arqueológico romano, partiu-se de uma formulação geral de património, para perceber o panorama regional, nacional e internacional em termos legislação para a defesa do património.

As revistas *O Arqueólogo Português*, *Estudos do Património*, *Alma-dan* e *Aquae Flaviae* proporcionaram artigos importantes para a compreensão e realização da contextualização histórica e geográfica, bem como sobre os acervos arqueológicos.

Sobre a presença romana e o processo de romanização foram importantes as leituras de Jorge Alarcão, Adília Alarcão e José d'.Encarnação. Consultaram-se obras que permitiram a sua contextualização histórica, tendo sido importante o trabalho de António Colmenero, para o entendimento das epigrafias e o reforço do estatuto de *Aquae Flaviae* perante a política da expansão romana.

Foi, igualmente, estudado e lido o trabalho de João Ribeiro, que aborda de uma forma alargada e atualizada as questões referentes à malha urbanística de Chaves, destacando, uma possível proposta da realidade de *Aquae Flaviae*. De seguida foram consultados os estudos de Mário Carneiro, Sérgio Carneiro, Rui Lopes e Júlio Montalvão Machado da *Crónica Vila Velha de Chaves*, que salientam o passado termal da cidade. Para a conceitualização e revitalização do centro histórico tomou-se como referência as obras de Carlos Fortuna e de Jorge Leite.

No que respeita à salvaguarda do património arqueológico são diversos os artigos consultados, nomeadamente Rui Centeno, através de um estudo sobre a cidade de Bragança, que foi possível comparar com o caso flaviense.

A obra de Dominique Poulot, *Patrimoine et musées* ajudou à fundamentar a articulação entre património e museu. Consultou-se a obra *Conceitos- Chaves da Museologia* de André Desvallées e François Mairesse que ajudou a fundamentar os conceitos de património, gestão e musealização. Sobre a musealização do património arqueológico foram essenciais os trabalhos de Francisca Hernandez–Hernandez, com obras bastante elucidativas quanto à conceção e formato da musealização inerente à proteção do Património. Autores como Fátima Barata, Olga Matos, Catarina Alarcão e Alice Semedo foram também importantes neste aspeto.

De acordo com Catarina Alarcão a consciência da importância da adoção de políticas integradas de conservação preventiva constitui parte integrante das entidades museológicas. No entanto, atualmente esta ainda se demonstra deficitária dado que remete para uma modificação abrupta de padrões de conduta próprios da comunidade.

Objetivos

O objetivo principal desta dissertação passa por determinar se existem políticas consistentes para a salvaguarda do património arqueológico romano em Chaves e que estratégias integram esse processo. Assim os objetivos genéricos passam pelo estudo da salvaguarda, conservação e valorização do património arqueológico flaviense, restringindo-o à freguesia de Santa Maria Maior, na complexidade da identificação da malha urbanística de *Aquae Flaviae*.

No fundo, queremos saber se existem realmente estratégias de valorização do património e se incidem particularmente na musealização ou em estratégias de conservação no local. Com a recolha de diversos depoimentos procurou-se retratar as medidas principais de conservação dos achados arqueológicos. De forma sucinta, queremos colaborar para identificar o complexo património arqueológico de Chaves, tendo em conta que esta cidade foi edificada sobre uma existência anterior, ligada ao período romano que define a sua identidade histórica e cultural. Queremos relatar as medidas promovidas para a salvaguarda, conservação e valorização do património arqueológico e a influência da aplicação das medidas de salvaguarda e valorização do património arqueológico romano de Chaves.

Metodologia e Fontes

Relativamente ao património arqueológico é essencial a adoção de procedimentos multidisciplinares para obter resultados sólidos e amplos. Assim, esta dissertação remete para a função e entendimento de várias áreas do conhecimento científico, as atuações face ao património arqueológico de Chaves. Porém, a área dominante para entender este tipo de património e o tipo de gestão inerente é a Arqueologia. As restantes áreas percorridas são a História, a Museologia, o Património e a Gestão Patrimonial.

A metodologia foi trabalhada em cinco vertentes: pesquisa de terreno, inventário do património, leitura de bibliografia e monografias regionais e de conteúdos gerais sobre o tratamento museológico, arqueológico e do património; por fim as entrevistas a membros representativos da comunidade, o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, António Cabelreira e os Drs. Sérgio Carneiro, Rui Lopes e João Ribeiro do sector de Arqueologia da Câmara Municipal de Chaves (Quadro 1.0):

Nomes	Cargo	Data	Objetivos secundários
Dr. Sérgio Carneiro ¹	Arqueólogo	1 março 2017	Identificação do Património Arqueológico romano Flaviense. Museu das Termas Mediciniais Romanas de Chaves
Dr. Rui Lopes	Arqueólogo	3 março 2017	Visita guiada à Exposição de 2000 anos Identificação do património edificado de Chaves, Arquivo Municipal de Chaves (Exposição Permanente).Formato da gestão arqueológica
		19 abril 2017	
Dr. João Ribeiro	Arqueólogo	2 junho 2017	Malha urbanística de <i>Aquae Flaviae</i> . Termas Mediciniais Romanas. Testemunho de escavações arqueológicas. Complexidades da Arqueologia

QUADRO 1.0. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS NA ÁREA DA ARQUEOLOGIA

O setor de arqueologia da CMC foi o primeiro a ser questionado sobre a temática da salvaguarda do património arqueológico romano. Assim, tendo em conta o estabelecido na legislação portuguesa e internacional, foi decisivo realizar numa primeira fase de investigação o contacto com os responsáveis pelo setor de Arqueologia, com o intuito de perceber de que forma é feita a proteção do património na freguesia de Santa Maria Maior que se destaca pela riqueza arqueológica romana, enraizado na cultura flaviense.

Com os técnicos superiores da Câmara Municipal de Chaves, os arqueólogos Sérgio Carneiro e Rui Lopes, foi feita uma abordagem relativamente ao património arqueológico existente na freguesia de Santa Maria Maior. Também foram inquiridos acerca do Museu das Termas Romanas e de outras edificações, como o Grande Hotel de Chaves, enquanto Rui Lopes respondeu essencialmente às questões relacionadas com a Exposição *2000 Anos*, patente no Arquivo Municipal de Chaves.

Por último, João Ribeiro que vocaciona o seu estudo para a cidade de Chaves, foi inquirido sobre o tipo de estratégias implementadas e sugeridas para o caso flaviense. Foram ainda determinantes os contactos efetuados com o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, António Cabeleira, enquanto representante máximo da comunidade flaviense que explicita o interesse da comunidade para com as potencialidades da região (Quadro nº 2.0).

¹ Guião de entrevista ao arqueólogo Sérgio Carneiro, Anexo A.

Nomes	Cargo	Data		Objetivos secundários
Presidente António Cabeleira ²	Presidente da CMC	7 abril 2017	19 maio 2017	Representatividade da comunidade alargada de Chaves. Ações de Divulgação de Património
Arquiteto António Malheiro	Chefe da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico	1 junho 2017		Documentação relativa à sinalização do Museu da Região Flaviense na Red de turismo galaico- portuguesa
Engenheiro Abel Peixoto	Chefe de DPM - Divisão de Projetos e Mobilidade,	1 junho 2017		Documentação relativa à sinalização dos monumentos do centro histórico da cidade
João Caldas (representa Presidente Hugo Silva)	Funcionário da Junta de Freguesia	1 junho 2017		Representatividade da comunidade. Objetivos/Ações de divulgação na comunidade do centro histórico
Dr. José Ribeiro	Técnico Superior, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural,	28 junho 2017	14 julho 2017	Documentação da Festa dos Povos desde 2013 a 2016
Dr. Jorge Leite	Técnico superior do Setor de Museus da Câmara Municipal de Chaves	6 julho 2017	6 julho 2017	Complexidade do projeto "Cidade – Museu". Rede de Museus Municipais. Impacto do Património Arqueológico.

QUADRO 2.0. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS DESDE O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES ATÉ AO SETOR DE MUSEUS.

As entrevistas e recolha de depoimentos foram adaptadas à posição ocupada pelos entrevistados. O modelo-base do guião de entrevista foi considerado como um modelo múltiplo, procurando obter informações sobre diversos os sectores de atividade da autarquia e da comunidade.

Assim, foram definidos três modelos diferentes: o primeiro referente ao sector de arqueologia (identificação e complexidade do património arqueológico); o segundo considera os meios representativos da comunicação (forma de divulgação e da categorização do património arqueológico e a ação da comunidade face às políticas de intervenção da autarquia); o terceiro sobre a intervenção na freguesia de Santa Maria Maior (diferenciando o papel do Município de Chaves e da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior).

Assim face às diversas potencialidades, é com naturalidade que se subentende a importância do papel da autarquia na comunidade. De acordo com o funcionário da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, representando o Presidente da Junta de Freguesia, Hugo Silva, as suas ações são voltadas para o interesse da comunidade, nomeadamente na

² Guião de entrevista de António Cabeleira, Presidente da C.M. Chaves, Anexo B.

população mais envelhecida, e que a Câmara Municipal tem voz ativa a nível das potencialidades culturais e patrimoniais.

Nos depoimentos recolhidos por correio eletrónico e por telefone, a preocupação maior residiu na aquisição de informação e conhecimentos necessários à pesquisa; uma estratégia também seguida nas entrevistas realizadas, muitas vezes para validar informação recolhida em outra documentação. Procurámos contactar três tipos de entidades: entidades representativas do ponto de vista cultural e empresarial da comunidade (referente ao formato de divulgação e intervencionista); entidades da área da gestão da museologia (complexidade da museologia e o carácter expositivo); entidades relacionadas com o ensino do património arqueológico flaviense. (corresponde ao interesse no serviço educativo).

Para além das entrevistas presenciais e depoimentos foi efetuada uma pesquisa de terreno e ainda a requisição de documentação relativa à sinalética cultural na cidade, com os contributos do Arq. António Malheiro e o Eng, Abel Peixoto. Deste modo, circulando de forma pedonal e de automóvel, promoveram-se registos fotográficos que reforçaram e complementaram a documentação consultada.

De forma imprevista foram destacadas informação durante a pesquisa de terreno que levaram a uma espontânea entrevista durante as reuniões, nomeadamente no que se refere à sinalização dos monumentos e ao formato da sinalética dos museus dentro do centro histórico da cidade. Por fim, mais tardiamente, fez-se a confirmação por via telefónica e e-mail da informação recolhida sobre as dinâmicas do centro histórico da cidade, do património edificado e das entidades museológicas, referindo-se os principais eventos culturais de índole romana.

Quando não foi possível realizar a entrevista presencial, procurou-se obter depoimentos por via e-mail ou telefónica, sobretudo para obter informação sobre as estratégias de salvaguarda do património, a opinião de associações culturais como “Grupo *Aquae Flaviae*”, o Fórum Galaico Transmontano e a associação empresarial “ACISAT- Associação Empresarial do Alto Tâmega e Barroso” (Quadro nº 3.0).

Nome	Cargo	Data		Objetivos secundários
Sr. Luís Félix Carvalho	Dirigente do Fórum Galaico Transmontano, membro do Grupo de <i>Aquae Flaviae</i> Presidente da Junta de Freguesia de Madalena e Samaiões	4 julho 2017	8 julho 2017	Impacto da comunidade relativamente ao Fórum Transmontano. Experiência de divulgação sociocultural
ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega e Barroso.	Associação Empresarial	3 julho 2017	11 julho 2017	Perspetiva da associação empresarial face às potencialidades turísticas do centro histórico.
Associação “Grupo Aquae Flaviae”, Maria Isabel Viçoso	Professora, Diretora e membro da redação da Revista <i>Aquae Flaviae</i>	30 maio 2017	7 junho 2017	Ações de Divulgação do património flaviense. Ação da associação cultural

QUADRO 3.0. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS DE ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E EMPRESARIAIS

Com o depoimento destas associações refletiu-se sobre o impacto do património da comunidade e os seus efeitos para o centro histórico. No que respeita às associações culturais foi estudado o tipo de formato de divulgação utilizado para este tipo de património.

A representação da comunidade não está completa dado que grande parte da população do centro histórico está envelhecida, com uma grande resistência à prática da arqueologia no quotidiano da comunidade.

Porém, através dos diretores das escolas da freguesia em estudo foi possível conhecer a realidade do ensino sobre o património arqueológico flaviense. Inicialmente estava previsto contactar as escolas-sede do agrupamento dentro da freguesia de Santa Maria Maior, no entanto, por impossibilidade e mudanças no sistema escolar da Escola Secundária Dr. António Granjo não foi possível avançar com depoimento/entrevista.

Outro meio representativo da divulgação e do sentir da comunidade são os jornais locais. Deste modo requereu-se um contacto com o Diretor Paulo Chaves do jornal *Noticias de Chaves – Jornal do Alto Tâmega e Barroso* e do *Diário Atual*, com o intuito de interpretar a informação relativa ao património arqueológico e ao impacto na comunidade das ações de intervenção do património edificado. Paralelamente foi feito um levantamento da informação nos periódicos locais entre 1980 a 1989 e entre 2006 a 2012 (Quadro nº4.0).

Nomes	Cargo	Data		Objetivos secundários
Escola Secundária Júlio Martins	Diretor	27 junho 2017	29 junho 2017	Impacto das iniciativas de valorização do património arqueológico na comunidade escolar.
Escola Secundária Fernão Magalhães	Diretor	27 junho 2017	11 julho 2017	Impacto das iniciativas de valorização do património arqueológico na comunidade escolar.
Voz de Chaves, Paulo Chaves	Diretor	2 junho 2017		Perspetiva da comunidade face ao património arqueológico. Formato da divulgação do património

QUADRO 4.0. DEPOIMENTOS DE ESCOLAS LOCAIS E DE JORNAIS LOCAIS "A VOZ DE CHAVES - JORNAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO"

Na ótica da intervenção dos agentes ativos na salvaguarda do património arqueológico romano, para além das leituras de obras e artigos de investigadores, foram recolhidos depoimentos com os museólogos Francisca Hernandez Hernandez e Juan Gonçalves, sobre o papel da musealização e também foi efetuado um contacto com a Museóloga Alice Semedo. (Quadro nº 5.0)

Nomes	Cargo	Data		Objetivos secundários
Juan Gonçalves	Museólogo (Faculdade de Belas Artes de Lisboa)	19 abril 2017	24 abril 2017	Papel do museólogo entre os diversos agentes de terreno e a comunidade. Museologia do Património
Francisca Hernandez Hernandez	Museóloga (Universidade de Madrid)	21 abril 2017	22 abril 2017	Complexidade do património cultural. Complexidade do património arqueológico.
Alice Semedo	Museóloga (Universidade do Porto)	Contacto Telefónico		Impactos da musealização em Portugal. Museu Regional e Rede de Museus Municipais. Coordenação da Exposição do Museu da Região Flaviense

QUADRO 5.0. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS DE MUSEÓLOGOS

Foi realizada a consulta da documentação da Câmara Municipal de Chaves, sobretudo dos estudos de caracterização, do quadro-prévio de ordenamento para o Plano Director Municipal de Chaves (PDM), do Masterplan 2015, da memória descritiva de Operação Urbana do Centro Histórico (ORU) e, por fim, do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Chaves (2015).

As fontes trabalhadas remetem particularmente para a questão da gestão arqueológica, especifica do caso em estudo, e das formas inerentes à apresentação e divulgação do património flaviense.

Para além disso foi também feita a consulta ao Arquivo Contemporâneo das Finanças, para o encontro do cadastro patrimonial da ponte romana de Trajano e as colunas comemorativas na década de 40 do século XX. Apesar da dispersão da documentação que abarca o inventário dos achados arqueológicos encontrados na freguesia de Santa Maria Maior, foi possível determinar o tipo de estratégias inerentes à sua preservação e conservação.

Apresentação do Trabalho

O primeiro capítulo da dissertação procura contextualizar as questões em análise, tanto na cidade de Chaves, como na freguesia de Santa Maria Maior, retratado o domínio geográfico, cultural e demográfico do espaço estudado.

O segundo capítulo procura captar, identificar, descrever e analisar as estratégias de valorização do património arqueológico romano presentes essencialmente em Santa Maria Maior, desde a gestão arqueológica, os planos e documentos estratégicos regional, nacional e internacional, a sinalética e a divulgação e comunicação de iniciativas culturais e a musealização. Para além disso analisa-se a iniciativa “Cidade Museu”.

Por fim, o terceiro capítulo trata da influência dos impactos da salvaguarda do património arqueológico romano na revitalização do centro histórico através dos resultados obtidos da análise do comportamento das entidades museológicas existente no centro histórico. Na conclusão procura-se responder à questão de partida, existe uma estratégia definida de salvaguarda do património arqueológico de *Aquae Flaviae*?

CAPÍTULO 1 – O Contexto: Chaves e Santa Maria Maior

1.1.Chaves

1.1.1.Contexto Geográfico e Demográfico

Chaves situa-se no distrito de Vila Real e é um dos seis concelhos da região do Alto Tâmega; faz fronteira com a Espanha (Galiza). Assume uma posição estratégica no contexto da confluência das vias rodoviárias internacionais³.

O território de Chaves beneficia de uma ampla rede hidrográfica⁴, que se desenvolve ao longo do vale do Rio Tâmega, no extremo Norte do País. O município abrange uma superfície territorial de 591,32 km², distribuído por trinta e nove freguesias, das quais apenas 8 estão urbanizadas⁵. De acordo com o recenseamento da população de 2001, o município de Chaves tinha 43 563 habitantes, verificando-se uma descida gradual para 40 527 habitantes em 2014. No que respeita ao número de freguesias que compõem o município, verificou-se uma redução de 51 freguesias para 39 freguesias, uma mudança significativa entre 2011 e 2014⁶. O centro histórico da cidade contém duas freguesias: Santa Maria Maior e Madalena e Samaiões (esta última é uma junção de duas freguesias⁷).

1.1.2. Contexto Histórico e Cultural

Uma vez que o património cultural pode constituir um motor de desenvolvimento do território há a necessidade de estudar a história do património flaviense dotado de uma elevada carga histórica sacra, militar e arqueológica de cronologias romana e medieval.

Enquanto o património construído é essencialmente de índole militar ou religiosa, o património arqueológico que está presente em toda a malha do concelho de Chaves foi considerado um elemento importante no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves – Chaves 2015:

“O património construído e cultural releva para a importância da Região. Destaca-se a Ponte de Trajano que se configura num ex-líbris da Cidade, alguns monumentos da idade média e período das guerras da restauração e a construção castreja existente na Região. Para além do património enunciado de forma isolada é de destacar o valor patrimonial dos centros Históricos de Chaves e Vidago”⁸.

³ Chaves, C.M, 2015, *Estudos de Caracterização de Acessibilidade*, p.3.

⁴ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Ocupação do Solo*, p. 8.

⁵ Chaves, C.M., 2015, *Estudos de Caracterização da População e Habitação*, p. 8.

⁶ Chaves, C.M., 2015, *Estudos de Caracterização da Paisagem*, p. 8.

⁷ DR, I Série, n.º 19/2013, 1º Suplemento, 2013-01-28.

⁸ Chaves, CM, 2015, Plano Estratégico do Desenvolvimento do Município- de Chaves – Chaves 2015,p.22

No contexto do património romano dá-se conta das diversas infraestruturas desta cronologia existentes na malha de Chaves (Quadro 6.1.), sendo que as de maior relevância localizam-se na freguesia em estudo, Santa Maria Maior:⁹

Nome	Classificação	Tipo de Sítio	Freguesia
Povoado Fortificado da Curalha/Castelo	Inexistente	Povoado	Curalha
Ponte de Oura	Inexistente	Ponte	Oura
Vale de Lagares	Inexistente	Lagar de Vinho	Outeiro Seco
Museu das Termas Medicinaias Romanas de Chaves	Monumento Nacional	Termas	Santa Maria Maior
Ponte de Trajano	Monumento Nacional	Ponte	Santa Maria Maior
Ponte do Arco	Inexistente	Ponte	U. Freguesias Eiras, São Julião de Montenegro e Cela
Barragem Romana da Abobeira	Imóvel de Interesse Público	Barragem	Vale de Anta

QUADRO 6.1 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E EDIFICADO ROMANO DE CHAVES. FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO (SIPA)

A análise do Quadro 6.1. revela que apenas dois sítios estão classificados como Monumento Nacional. Para além disso, apesar da existência e do reconhecimento como património arquitetónico romano, a Ponte de Oura, Ponte do Arco e Vale de Lagares, não apresentam qualquer proteção oficial. Enquanto Imóvel de Interesse Público, apenas se regista a Barragem Romana da Abobeira¹⁰. Tal como refere Dr. Mário Gonçalves Carneiro (1974) aquando da pertinência do legado romano na obra *A Evolução Termal de Chaves*:

“A evolução termal de Chaves anda intimamente ligada à história de Chaves – uma terra de 2000 anos de história conhecida. Com nome, sabemo-lo só a partir do domínio romano na Península: *Aquae Flaviae*. E nós aqui nascemos, ainda hoje nos chamamos flavienses”¹¹.

⁹ Quadro construído pela autora com base no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), disponível em www.monumentos.pt e consultado em 11 de fevereiro de 2017.

¹⁰ Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), disponível em www.monumentos.pt, consultado em fevereiro de 2017.

¹¹ Carneiro, 1974:99.

Chaves tem comprovadamente sete infraestruturas romanas que de alguma forma se relacionam entre si, dado que as suas funcionalidades remetem para as diversas características da ocupação romana.

De acordo com a informação do Sistema de Informação do Património Arquitetónico (SIPA), foi possível determinar a sua localização e tipologia¹². O povoado fortificado de Curalha, com uma função de defesa, foi construído no topo de penhascos e representa um típico castro da Idade do Ferro que foi sujeito à aculturação da romanização, no processo de destruição ou expurgação das fortificações indígenas aquando da expansão das legiões romanas.

Em relação à ponte de Oura são quase inexistentes as referências bibliográficas acerca da sua origem. A origem romana é demonstrada pela arquitetura de tabuleiro, com uma largura de 4 metros e 14,1 metros de comprimento; assente num arco único de volta perfeita, sendo que o seu pavimento encontra-se alterado, constituído por cubos graníticos¹³. Esta ponte compreende diferentes fases de construção: romana, medieval e pressupõe-se também moderna¹⁴. A infraestrutura enquadra-se num ambiente rural e isolado na periferia de Oura. O estado de conservação é mau. Localiza-se perto de um antigo *habitat* de cronologia romana, denominado por Couces, que foi destruído¹⁵.

Quanto a Vale de Lagares, que pertence a Outeiro, é constituído por dois lagares, escavados no afloramento de granito, que apresentam uma forma retangular e que se acredita ter uma origem que remete para o período romano. Tal como a Ponte de Oura, situa-se numa localidade rural e isolada e está associado ao achado de moedas, das quais qual o Portal do Arqueólogo e o Estudo de Caracterização do Património Arqueológico de 2015 da Câmara Municipal de Chaves desconhecem o paradeiro¹⁶.

A herança romana de Chaves tem uma identidade muito marcada pela convergência das vias romanas, nomeadamente as de Braga/*Bracara Augusta*, a de Astorga/*Asturica*, a de Lamego/*Lamecum*. Na Estrada Nacional que liga a Chaves a Valpaços, à entrada de São Lourenço, encontram-se vestígios arqueológicos de uma via romana bem conservada que atualmente é utilizada como caminho agrícola¹⁷. Apesar de não constar do SIPA, é notória a importância patrimonial da calçada romana em relação ao conjunto das vias romanas da região¹⁸. Depois da povoação de São Lourenço, encontra-se uma ponte romana com 8 metros

¹² Machado, 2000:47.

¹³ Sistema de Informação do Património Arquitetónico (SIPA), consultado em fevereiro de 2017.

¹⁴ Sistema de Informação do Património Arquitetónico (SIPA), consultado em fevereiro de 2017.

¹⁵ Chaves, C.M., 2015, *Estudos de Caracterização do Património Arqueológico*, p. 57-58,

¹⁶ DGPC, “Vale de Lagares, Outeiro Seco (Chaves, Portugal)”, *Portal do Arqueólogo Português*.

¹⁷ Verdelho, 2003:6.

¹⁸ Verdelho, 2003:5.

de comprimento e 4 de largura, com um arco com três metros de largura e 2 metro de altura; o piso de lajes de granito encontra-se degradado¹⁹. Esta ponte localiza-se no traçado da via XVII do Itinerário de Antonino, no troço entre *Aquae Flaviae* e *Asturica Augusta*²⁰.

Um outro vestígio da romanização do território é a barragem romana de Abobeira, considerado Imóvel de Interesse Público desde 1992, localizado na freguesia de Valdanta²¹.

Pressupõe Pedro Verdelho que o reservatório, com uma base de 5 metros e uma altura 20 metros era o principal abastecimento de água potável de *Aquae Flaviae*; sendo que para o efeito teriam sido construídas canalizações e condutas em direção à cidade; no entanto há quem defenda que a sua finalidade era abastecer as minas romanas que teriam existido em Outeiro Machado²².

Durante o período romano as zonas das aldeias de Valdanta, Granjinha, Cando e Abobeira, Soutelo e Sanjurge foram bastante povoadas com uma ocupação de carácter rural e agrícola, sendo conhecidas algumas *villas* desta época. De acordo com Pedro Verdelho em Chaves há um grande conhecimento relativamente à existência de *villae* romanas, sendo uma das mais relevantes a *villa* Romana da Granjinha²³, localizada junto à capela da Granjinha (datada do século XVII foi considerada Imóvel de Interesse Público em 1972)²⁴.

Por fim, o património arquitetónico edificado flaviense é imenso, sendo que os dados proporcionados pelo SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) remetem para 212 resultados. Fora da freguesia em estudo, a nível de classificação só existe uma pequena porção classificada como Imóvel de Interesse Público (14 resultados) ou Monumento Nacional (2 resultados) (Quadro 7.1.).

¹⁹ Verdelho, 2003:6.

²⁰ Verdelho, 2003:5.

²¹ Verdelho, 2003:8.

²² Verdelho, 2003:8.

²³ Verdelho, 2003:7.

²⁴ Sistema de Informação do Património Arquitetónico, (SIPA), consultado em fevereiro de 2017

Nome ²⁵	Classificação	Tipo de Sítio	Freguesia
Quinta da Macieira em Casas Novas	IIP	Conjunto arquitetónico	Redondelo
Castelo de Santo Estevão	MN	Residencial/ casa	Santo Estevão
Igreja Paroquial de Cimo de Vila de Castanheira / Igreja de São João Baptista	MN	Igreja paroquial	Cimo de Vila da Castanheira
Igreja Paroquial de São Julião de Montenegro / Igreja de São Julião	MIP	Igreja Paroquial	União das freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela
Solar dos Viscondes do Rosário/ Solar do Conde Penamacor/ Hotel Rural de Casas Novas	MIP	Residencial	Redondelo
Povoado Fortificado de Santiago do Monte/ Crasta de Santiago	IIP	Povoado fortificado	São Pedro de Agostém
Povoado fortificado de Loivos / Povoado fortificado Muradal	IIP	Povoado proto-histórico	União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações
Pelourinho de Ervededo	IIP	Pelourinho	Ervededo
Igreja Paroquial de Soutelinho da Raia / Igreja de Santo António	IIP	Igreja Paroquial	União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia
Igreja Paroquial de Santa Leocádia /	IIP	Igreja Paroquial	Santa Leocádia
Igreja Paroquial de Nogueira da Montanha / Igreja de São Miguel	IIP	Igreja Paroquial	Nogueira da Montanha
Igreja de Nossa Senhora da Azinheira	IIP	Igreja Paroquial	Outeiro Seco
Gravuras rupestres de Outeiro Machado / Estação rupestre	IIP	Sítio pré-histórico	Vale de Anta
Fonte e Tanque da Mina	IIP	Chafariz/ Fonte	União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia
Cruzeiro de Eiras	IIP	Cruzeiro	União das freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela
Castelo do Mau Vizinho/Castelo dos Mouros	IIP	Castelo	Cimo de Vila da Castanheira
Casa na Rua do Abade de Baçal / Casa Onde Viveu o Abade de Baçal	IIP	Casa	Mairos
Capela da Granjinha	IIP	Capela/Ermida	Vale de Anta

QUADRO 7.1 PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO DO CONCELHO DE CHAVES. FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO (SIPA)

²⁵ Sistema de Informação de Património Arquitetónico (SIPA), disponível em www.monumentos.pt e consultado em 5 de Maio de 2017.

1.2. Santa Maria Maior

1.2.1. Contexto Geográfico e Demográfico

Santa Maria Maior é uma freguesia do concelho de Chaves, parte integrante do centro histórico da cidade.

A superfície ocupada por esta freguesia constituiu uma pequena porção face ao conjunto territorial do concelho de Chaves²⁶: dos 591,23 km² de superfície de Chaves, Santa Maria Maior ocupa 5,63km² ou seja 0,8% da superfície total do concelho. Quanto aos limites geográficos da freguesia há alguma irregularidade, sendo definidos pela Alameda do Tabolado, onde se inserem as “Termas de Chaves” ou “Caldas de Chaves”.²⁷

No plano demográfico, Santa Maria Maior caracteriza-se por ser uma freguesia com uma população muito envelhecida, tal como é descrito no *Estudo de Caracterização, População e Habitação da Câmara Municipal de Chaves*:

“De uma forma geral, verifica-se que a diminuição da população é, em Chaves, menos acentuada que nos seus espaços mais imediatos do Alto Tâmega e de Alto Trás-os-Montes. No entanto, se restringirmos a análise aos centros urbanos de maior dimensão, verifica-se uma tendência de decréscimo da população da cidade de Chaves que contrasta com o registado noutros centros. A reflexão sobre o crescimento e a dimensão da cidade constitui, assim, um tópico relevante para o planeamento territorial do município”²⁸.

1.2.2. Contexto Histórico e Cultural

Dentro da freguesia de Santa Maria Maior predominam espaços físicos que revelam a presença de vestígios e património construído de índole diversa, sendo que fica patente a importância de ser um núcleo populacional com um centro religioso constante²⁹.

Em termos de história, a freguesia de Santa Maria Maior tem uma diversidade de ocupação cronológica inerente à mutação da sociedade desde dos tempos áureos de *Aquae Flaviae*, com a Ponte Romana de Trajano, com as colunas comemorativas e as águas medicinais³⁰. A importância deste património edificado revela-se também na obra *Chaves*, de Pedro Verdelho, onde afirma as suas particularidades:

²⁶ De acordo com a análise de dados recolhidos Instituto Nacional de Estatística (INE), superfície (km² das unidades territoriais por localização geográfica (Divisão administrativa a partir de 2013), consultado em Abril de 2017

²⁷ Santa Maria Maior, J. F., *Mapa da Freguesia de Santa Maria Maior*, consultado a 28 de Abril de 2017.

²⁸ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização da População e Habitação*, p. 11.

²⁹ Verdelho, 1993: 5-9.

³⁰ Verdelho, 1993: 11.

“Talvez o monumento mais notável de Chaves esta ponte romana é também o seu mais característico ex – libris. Já no século XVI, altura em que D. Manuel I concedeu à vila um foral, aí figurava um brasão de armas no qual estava representada a ponte romana”³¹.

As Caldas de Chaves, como são conhecidas na região e na periferia, designavam um conjunto de nascentes de águas termais quentes. Atualmente estrutura um moderno complexo termal - Spa do Imperador/*Termas Aquae Flaviae*³².

De seguida, a presença histórica mais relevante corresponde às Idades Média e Moderna, com o Castelo de Chaves, o Forte de São Francisco e o Forte São Neutel. De tempos mais recentes, comprovando a presença ideológica e arquitetónica do Estado Novo, encontra-se o edifício do Tribunal³³.

Destaco também a presença de antigos edifícios urbanos. O edifício dos Paços do Concelho (atual Câmara Municipal de Chaves) situado na Praça de Camões, de meados do século XIX, edificado por António Pereira Coutinho, morgado de Vilar de Perdizes; ao lado está o Paço dos Duque de Bragança (atual Museu da Região Flaviense) que foi originalmente construído para albergue por D. Afonso, 1.º Duque de Bragança, no século XV. No século XVIII foi um albergue da guarda principal da praça-forte que se manteve até meados do século XX³⁴; também o Hospital Misericórdia e a Igreja da Misericórdia, relativamente perto do poder municipal, têm características barrocas do século XVII³⁵.

Outro edifício emblemático é o antigo Liceu (Escola Secundária Fernão Magalhães), localizado onde existiu anteriormente o Convento das Freiras. Remodelado na década de 40 do século XX com características que indiciam a origem conventual do edifício³⁶. Por fim, na década de 60 do mesmo século, foi construído o Tribunal, cujas características advém do estilo arquitetónico proposto pelo Estado Novo. O edifício privado marcante da década de 40 do século XX é o Hotel de Chaves, imponente com um estilo próprio. Atualmente vai ser renovado e reaproveitado numa temática de índole romana, indo ao encontro de achados romanos localizados no subsolo deste espaço^{37 38}.

³¹ Verdelho, 1993: 11.

³² Verdelho, 1993: 11.

³³ Verdelho, 1993: 3.

³⁴ Verdelho, 1993:3.

³⁵ Verdelho, 1993:3-5.

³⁶ Verdelho, 1993:5.

³⁷ Entrevista presencial de Sérgio Carneiro, em entrevista realizada a 1 de Março de 2017, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Rua da Trindade, Chaves.

³⁸Entrevista presencial a João Ribeiro, a 2 de Junho de 2017, Largo das Freiras, Chaves.

Chaves medieval era pequena e limitada por muralhas, sendo que a atual Rua Direita era um alinhamento direto para as portas principais da fortificação. Pedro Verdelho reforça a teoria de Francisco Carneiro desta corresponder à via principal (Decumano) da ocupação romana³⁹. Pedro Verdelho destaca a preocupação em rentabilizar o espaço intramuros, sendo feitas e construídas varandas ao nível do 1.º andar que avançavam para a rua, elementos arquitetónicos que tornam estes arruamentos típicos da construção flaviense⁴⁰.

“Domina ainda a cidade o que resta da antiga praça-forte de Chaves. Localizada no mais alto da cidadela medieval, a torre de menagem, residência do alcaide, era o centro militar, político e administrativo da terra. Por isso mesmo, perto dela foi construído o pelourinho, lugar e símbolo da justiça municipal”⁴¹.

Destaca-se ainda o património religioso, com importantes igrejas e capelas. Assim, temos a Igreja Matriz ou Igreja de Santa Maria Maior, onde consta, na fachada de topo do período românico, uma escultura de Santa Maria⁴². Ao lado está a já mencionada Igreja da Misericórdia, tipicamente barroca. De seguida, de menores dimensões, estão as capelas⁴³.

Dentro da freguesia de Santa Maria Maior destaca-se a Capela da Lapa, a Capela de Sta. Cabeça ou Capela de Nossa Senhora do Loreto, a Capela da Sra.do Pópulo, a Capela da Sra. do Calvário, a Capela de S. João e Capelas de Casas dos Montes. Estes edifícios tidos como identitários para o povo flaviense, são considerados património municipal⁴⁴. De facto, segundo os *Estudos de Caracterização da Câmara Municipal de Chaves*, a classificação de património dentro desta freguesia é sobretudo dos elementos religiosos⁴⁵. De seguida, há a destacar o Pelourinho Manuelino de Chaves, de 1500, classificado como Imóvel de Interesse Público em 1933⁴⁶.

Para além do património cultural edificado mencionado, revela-se a importância do Edifício da P.S.P e do Monumento aos Combatentes da Grande Guerra. Por fim, com uma vertente educativa e científica há o Museu da Região Flaviense⁴⁷.

³⁹ Verdelho, 1993:7

⁴⁰ Verdelho, 1993:7.

⁴¹ Verdelho, 1993:1.

⁴² Verdelho, 1993:2.

⁴³ Verdelho, 1993:3-6.

⁴⁴ Verdelho, 1993:3-6.

⁴⁵ Verdelho, 1993:4 -6.

⁴⁶ Verdelho, 1993:6.

⁴⁷ Chaves, C.M., 2015, *Estudos de Caracterização do Património Arquitetónico*, p. 237.

1.3. Contextualização de *Aquae Flaviae* na Expansão do Império Romano

Um dos edifícios mais característicos das cidades romanas são as termas, os banhos públicos⁴⁸. Iniciou-se essencialmente no século I a. C a construção destas instalações termais, cuja arquitetura baseava-se em critérios mais funcionais do que propriamente estéticos, sendo feita em três espaços: salas de ar quente, banho quente e banho frio⁴⁹.

Ao terminar a Segunda Guerra Púnica, com a derrota de Cartago (202 a. C), o poder romano começou a aplicar uma decisiva política de expansão⁵⁰ englobando um alargamento pelo Mediterrâneo ocidental e costa atlântica, apropriando-se de uma importante vertente comercial e de interligação entre as regiões. No Noroeste da Península Ibérica formaram-se três colónias (*civitas*) durante o Império de Augusto, áreas territoriais onde se tinham aglomerado a maioria das populações, deslocadas dos castros e citânias, *Lucas Asturica Augusta* (Lugo), *Bracara Augusta* (Braga) e *Asturica Augusta* (Astorga), que se conjugavam com a permanência de legiões para uma efetiva colonização⁵¹. A rica e produtiva Península Ibérica era parte da estratégia de expansão territorial romana. Os antigos centros indígenas converteram-se em importantes núcleos habitacionais, sobretudo nos mandatos de César e Augusto⁵².

“El noroeste peninsular es una región rica en manifestaciones de termalismo y que cuenta con un número importante de asentamientos romanos vinculados a la explotación de este valioso recurso natural”⁵³.

O interesse romano recaiu com uma grande expressividade na exploração das jazidas minerais (especialmente ouro) que permitiam a manutenção da hegemonia romana, uma vez que suportavam os custos da guerra e da expansão romana. É numa vertente de exploração comercial e como plataforma de mobilização de recursos que vem a nascer e a desenvolver a futura *Aquae Flaviae*⁵⁴.

Aquae Flaviae comporta-se como um centro urbanístico, integrado na província romana da Galécia – administrado desde o Douro até às nascentes do Rio Tâmega. *Aquae Flaviae*

⁴⁸ Grimal, 2003:79.

⁴⁹ Bono (coord), 2001:62.

⁵⁰ Colmenero et al, 2004:16

⁵¹ Machado, 2000:31.

⁵² Bono (coord.), 2001:53.

⁵³ Tradução: O noroeste peninsular é uma região rica em manifestações de termalismo e conta com um número importante de vias romanas vinculadas à exploração deste valioso recurso natural. A tradução é nossa (Sorribas, 2012:519).

⁵⁴ Machado, 2000:31.

era um ponto de comércio e de permanência militar, e era já um ponto de referência no itinerário de Antonino, de Bracara Augusta (Braga) a Astúrica Augusta⁵⁵.

No que respeita ao poder administrativo *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae* surgem como centros da atividade do poder romano⁵⁶. Em 78.d.C a característica rara das suas águas bicarbonadas contribuiu para elevar o estatuto da região, que se tornou sede do município, fundado por Tito Flávio Vespasiano.

A qualidade das águas termais contribuiu para uma cultura de lazer, e desempenhava uma função medicinal muito apreciada, particularmente durante o governo de Tito Flávio Vespasiano⁵⁷. A *Lenda das Duas Chaves*⁵⁸ testemunha as particularidades medicinais das águas de *Aquae Flaviae*.

“Esta é uma das lendas da origem do nome da Cidade de Chaves – uma lenda em que o amor supera todas as faltas. Passa-se na época remota do poderio romano na Península. Quando reinava o imperador Flávio Vespasiano, as legiões romanas chegaram triunfantes à Ibéria, atravessando as regiões da Galiza de Trás-os-Montes”⁵⁹.

Assim, na lenda das Duas Chaves, conta-se um enredo de uma relação amorosa entre patrícios romanos, tendo por palco um palácio em Roma e a Termas de Chaves, com uma carga simbólica inerente ao objeto “chaves”⁶⁰.

“Porque a Terra era boa, fixaram-se nesta última província, começando a construir estradas e pontes. Ora, tendo os Romanos uma autêntica devoção pela água, grande foi a sua alegria quando descobriram «águas quentes jorrando da terra». Construíram logo aquedutos e um grande tanque onde se iam banhar, conseguindo curas fantásticas por intermédio dessas águas medicinais. Tal foi a sua fama, que chamaram à cidade, ali construída, *Aquae Flaviae*”⁶¹.

A partir do século III e IV d.C., no contexto das invasões bárbaras ao território peninsular há uma profunda crise da dinastia dos Severos e o fim das explorações auríferas; no século seguinte decaí a importância de *Aquae Flaviae*:

⁵⁵ Colmenero, Sierra e Asorey, 2004:31.

⁵⁶ Colmenero, Sierra e Asorey, 2004: 32.

⁵⁷ Viçoso, 2015:350.

⁵⁸ Marques, 1999: 189-203.

⁵⁹ Marques, 1999:189.

⁶⁰ Marques, 1999:189.

⁶¹ Marques, 1999:189.

“Foy tal a desgraça das memórias e monumentos que os Romanos erigirão em Aquas Flaviae e no seu termo que os mais importantes e de que podíamos colligir as principais noticias para a Geografia e História destas terras, ou se perderão, ou se acharam tão viciadas (...)”⁶².

Depois do século V d.C. a região foi tomada pelos suevos e outros povos invasores, arrasando *Aquae Flaviae*. A “cidade romana” perdeu toda a sua hegemonia, foi deixada no esquecimento a sua qualidade de referência às águas termais⁶³

De seguida, dá-se conta do mapeamento do encontro de achados arqueológicos na malha urbanística de parte do centro histórico: Santa Maria Maior. Antes de especificar a implementação de regras fundamentais e de definições de estratégias para constituir um meio de consciencialização da necessidade de preservação e conservação do património (Fig.1.1).⁶⁴



FIGURA 1.1 MAPA IDENTIFICATIVO DOS INDÍCIOS ROMANOS DE CHAVES NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR. FONTE: DGPC, PORTAL DO ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS, MAPA ELABORADO COM BASE NO SUPORTE GOOGLE MAPS.

1.3.1. Estudo de caso: Freguesia de Santa Maria Maior

Aquae Flaviae (actual Chaves) revive a sua monumentalidade como cidade em pequenos pedaços de património e história com quem cria e aprofunda as raízes da sua identidade. Tal como é demonstrando na obra *Apontamentos de Achados Arqueológicos* (1930), o Padre Francisco Manuel Alves destaca o legado da cidade:

⁶² Argote (1732) *apud* Machado, 2000:41.

⁶³ Viçoso, 2015:351.

⁶⁴ Alarcão, 2007:33.

“Salvé Chaves gloriosa! Salvé, terras flavienses! Salvé, terras flavienses! Salvé montanhas, outeiros, castros do teu território, exuberantes de poesia, de luz no passado, povoado de mouras encantadas, de lendas, de tradições cheias do lirismo poético da tua gente”⁶⁵.

Segundo Diana Fonseca Sorribas, apesar da importância da prática termal de *Aquae Flaviae* ser preponderante, a escassez de trabalhos de investigação arqueológica limitam a identificação da “civita”⁶⁶. Acrescenta que há um obstáculo na datação da localidade enquanto município ⁶⁷. Somente três inscrições epigráficas ⁶⁸ demonstram esta característica e identificam Chaves como órgão municipal: *Concordiae Municipum Aquiflaviensium por Lucius Valerius Longinus (rnins.I d.C)*, *Iupiter Optimus Maximus (final s.I d.C)* e *Tutela Municipio Municipi Aquiflaviensium por Marcus Ulpius Saturninus (s. II d.C)*⁶⁹.

Diana Fonseca Sorribas considera e conclui que a *civitas* de *Aquae Flaviae* terá sido fundada no âmbito da rota *Bracara – Asturica*, esta com um enorme peso económico, e vincula-se ao processo de reorganização do noroeste peninsular pelo Imperador Vespasiano. Tal como preconiza António Montalvão, na sua obra “Notas sobre vidas romanas em Terras Flavienses: “*Deve ter sido Chaves, as antigas Aquae Flaviae, ao que parece, um importante nó de comunicações em tempos do Império Romano*”⁷⁰.

Para além disso, Sorribas põe em evidência as teorias de investigadores como Rodriguez Colmenero que defendem que a cidade foi fundada durante a época de Flávio Vespasiano, daí a sua toponímia “Flaviae” e mais tarde, a sua hegemonia foi reforçada durante a época de Trajano; foi relacionada com este período hegemónico, que se encontrou dedicatórias dentro de Chaves e seus arredores⁷¹.

Em Chaves o peso da romanização faz-se sentir de uma forma muito marcada e é perceptível no nível de importância nos vários achados arqueológicos e no património construído. Colocando a possibilidade da principal malha urbanística da cidade romana centrar-se no espaço da atual freguesia de Santa Maria Maior (figura 1.1), afigura-se importante perceber como é composta a malha urbanística de *Aquae Flaviae*.

⁶⁵ Alves, 1930:37.

⁶⁶ Sorribas, 2012:523.

⁶⁷ Sorribas, 2012:523.

⁶⁸ A grande maioria dos achados arqueológicos romanos estão depositados na Câmara Municipal de Chaves, no setor de Arqueologia da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, exceto os que estão em exposição no Núcleo de Pré-História e Arqueologia do Museu da Região Flaviense e os achados encontrados do espaço do atual Museu das Termas Medicinais Romanas de Chaves estão a ser restaurados pela empresa *Arqueologia e Património* do Porto.

⁶⁹ Sorribas, 2012: 525; Silva e Centeno, 2005: 19.

⁷⁰ Montalvão, 1971: 5.

⁷¹ Sorribas, 2012:523.

De acordo com o Roteiro da Exposição do Museu da Região Flaviense, a coleção de epigrafia romana representa diversas variantes do modelo do centro urbanístico romano e revela a importância de *Júpiter Ótimo e Máximo* como patrono de *Aquae Flaviae*⁷². Das aras votivas dedicadas a divindades romanas, indígenas e orientais sobressai Júpiter Municipal, Júpiter, Vénus, Concórdia dos munícipes do Município Aquiflavienses⁷³. Tendo em conta o estudo de caso restrito à freguesia de Santa Maria Maior, dá-se ênfase às aras votivas, à sua designação e à localização da sua descoberta (Quadro 8.1).

De acordo com Sérgio Carneiro, técnico superior do Departamento de Arqueologia, as aras que foram encontradas no Quartel dos Caçadores, são um vestígio de divinização do próprio estatuto municipal, isto é, a divinização do próprio município⁷⁴.

Designação	Localização da descoberta	Ano da descoberta
Júpiter Municipal	Praça de Camões	1972
Júpiter	Margem esquerda do rio Tâmega 150 m a N. da ponte romana	1943
Vénus	Travessia da Farmácia	1929
Concórdia dos munícipes do Município Aquiflaviense	Quartel dos Caçadores	1935
Ninfas	Rua de Santa Maria/ Rua da Alfândega Velha	--
Mãe dos Deuses	Quartel dos Caçadores, Chaves	1935
Reburus*	Quartel dos Caçadores	1935

QUADRO 8.1 ARAS VOTIVAS DENTRO DA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, FONTE: ROTEIRO DO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE E ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, SIMPLIFICADO PELA AUTORA

*Estela funerária.

João Manuel Gonçalves Ribeiro na sua dissertação *O tecido urbano flaviense: De Aquae Flaviae a Chaves Medieval* remete para uma outra perspetiva, utilizando referências bases como Paulo Amaral e Ricardo Teixeira.

“Para o estudo da cidade romana de *Aquae Flaviae*, definimos como objectivos específicos: reavaliar a localização dos eixos estruturantes da cidade (*Kardus* e *decumanus maximus*) e as ruas secundárias, bem como a localização do *forum*; propor uma malha teórica segundo a qual

⁷² Silva e Centeno, 2005: 19.

⁷³ Silva e Centeno, 2005:19.

⁷⁴ Informação recolhida no âmbito da entrevista a Sérgio Carneiro, realizada em 1 de março de 2017.

a cidade se organizaria, designadamente a dimensão e a localização de algumas *insulae*, bem como a orientação da cidade romana nos períodos alto e baixo-imperiais e por fim analisar a localização e funcionalidade de alguns edifícios”⁷⁵.

Deste modo, é perceptível a necessidade da constante reavaliação da cidade romana de *Aquae Flaviae*, sendo difícil, no momento, reestruturar os seus eixos, influenciados também pela própria variação das mudanças do Império romano e da própria perceção urbanística da cidade romana⁷⁶. Assim, dando conta de alguns vestígios arqueológicos na cidade, revela-se a pretensão de identificar algumas características do urbanismo romano flaviense, sendo que as escavações arqueológicas que vem sendo efetuadas desde a década de 80 do século XX permitem identificar alguns traços da malha urbanística de *Aquae Flaviae*⁷⁷.

Caracterizam-se algumas evidências de urbanismo romano: termas, centro administrativo, teatro/anfiteatro, mas no entanto revela-se a insuficiência de informações de localização de edifícios religiosos e áreas comerciais⁷⁸, assim como de equipamentos públicos⁷⁹ cuja compreensão pressupõe o entendimento da sua função inerente.

De *Aquae* há diversos estudos e propostas sobre o seu urbanismo (Antonio Colmenero) e de uma forma mais abrangente das cidades romanas, toma-se como referência Pierre Grimal ou Pelletier.

“Se é verdade que as colónias romanas não passavam na ideia dos seus fundadores, de imagens da metrópole, temos de nos interrogar sobre os princípios que presidiram à criação e ao desenvolvimento urbano de Roma”⁸⁰.

⁷⁵ Ribeiro, 2010:22.

⁷⁶ Ribeiro, 2010:22.

⁷⁷ Ribeiro, 2010:46.

⁷⁸ Ribeiro, 2010:45.

⁷⁹ Ribeiro, 2010:45.

⁸⁰ Grimal, 2003:37.

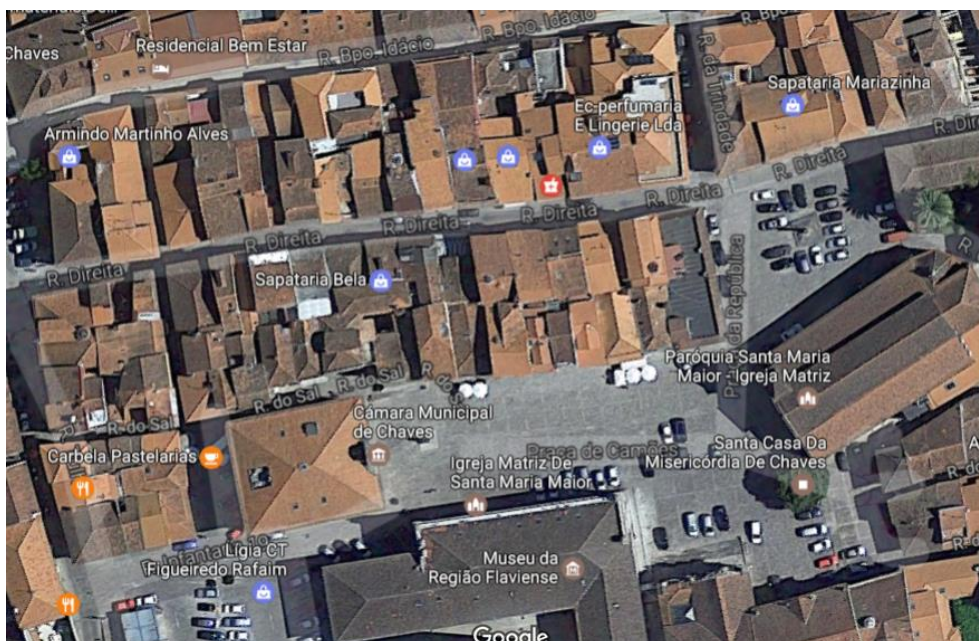


FIGURA 2.1 REPRESENTATIVIDADE DA ATUAL PRAÇA DE CAMÕES (SANTA MARIA MAIOR, 2016). MAPA PRODUZIDO PELA AUTORA COM BASE NO GOOGLE MAPS

Diana Fonseca Sorribas faz uma tentativa, ao nível urbanístico, de reconstruir os elementos principais da cidade de acordo com as notícias antigas⁸¹. Reivindica ainda a falta da prática de intervenção arqueológica para consolidar a teoria do seu legado de “civitas”⁸², que deveria ser sujeita a um maior aprofundamento, uma vez que assenta em dados informativos pouco palpáveis. .

De acordo com António Montalvão Machado e recorrendo a Pierre Grimal, a forma retangular como é predisposta a cidade, com “decumano” e “cardo máximo” e o traçado de cruzamento da localização das entidades, remete para a particularidade dos acampamentos militares e povoações de planícies⁸³.

Antonio Rodrigues Colmenero propõe a delimitação do fórum com base em dados epigráficos e arqueológicos, sustentada em três epígrafes em concreto: duas dedicadas a Júpiter e Concórdia Municipal, que indicam o limite do fórum romano no sector delimitado pelas ruas da Tulha, da Trindade e pela Rua Bispo Idácio⁸⁴.

António Montalvão, através do número de vestígios arqueológicos e da forma como estão dispersos, aponta para uma representatividade da presença romana nos principais arruamentos, como a Rua Direita e a Rua da Alfândega, e adianta que a posição privilegiada dos edifícios do

⁸¹ Sorribas, 2012:520.

⁸² Sorribas, 2012:520.

⁸³ Montalvão, 1972:3.

⁸⁴ Ribeiro, 2010:47.

poder local, tais como a Torre de Menagem, Igreja Matriz e Paços do Duque de Bragança, definem um largo, revelando a hipótese de ser o Fórum⁸⁵ (Figura 2.1)

“A própria concepção de uma cidade quadrada está em contraste evidente com as numerosas cidades italianas e foi preciso importá-la na maior parte da península e impô-la pela conquista. Muito gostaríamos, de saber como é que ela nasceu mas, no que a tal se refere, temos de nos reduzir a conjecturas”⁸⁶.

Nos arruamentos da freguesia de Santa Maria Maior foram identificados vários elementos romanos⁸⁷. Tendo presente a localização dos achados arqueológicos supõe-se que a presença urbanística romana⁸⁸ relaciona-se com a Rua Direita e a Rua da Cadeia, pela forte proximidade aos principais poderes centrais de autoridade romana e atual⁸⁹. Hoje remete para a presença da Câmara Municipal de Chaves, do Paços de Duques de Bragança (Museu da Região Flaviense) e da Igreja Matriz (Figura 2.1.).

João Ribeiro define o espaço romano pelo Largo do Anjo, Rua do Bispo Idácio e Praça de Camões e aventa a possibilidade de localizar o fórum romano na Praça de Camões⁹⁰. A evidência é correspondida também por António de Montalvão em traços mais concretos à região geográfica correspondente ao fórum e a distância do Rio Tâmega.⁹¹ Recentemente foram encontrados vestígios arqueológicos que podem ser interpretados como pertencentes a um edifício público de grande dimensão na Torre de Menagem a julgar pelo conjunto de estruturas imponentes⁹². Para além desta referência também encontraram dois muros paralelos⁹³.

Foi ainda descoberta uma calçada de cronologia romana, durante as intervenções de Sérgio Carneiro, que comprova a tese da localização do fórum do romano de *Aquae Flaviae*⁹⁴.

Outro espaço, típico do urbanismo romano é o teatro/anfiteatro, tendo geralmente o primeiro uma configuração em semicírculo, enquanto o segundo apresenta uma forma pseudo-elíptica⁹⁵. O tipo de edifício que preconiza melhor esta realidade é o teatro romano de *Bracara Augusta*, sendo marcante a ligação entre esta e *Aquae Flaviae*. Outra das infraestruturas

⁸⁵ Montalvão, 1972:2.

⁸⁶ Grimal, 2003:28.

⁸⁷ Montalvão, 1972:3.

⁸⁸ Montalvão, 1972:2.

⁸⁹ Montalvão, 1972:2.

⁹⁰ Ribeiro, 2010:46.

⁹¹ Ribeiro, 2010:47.

⁹² Ribeiro, 2010:47.

⁹³ Ribeiro, 2010:48.

⁹⁴ Ribeiro, 2010:48.

⁹⁵ Ribeiro, 2010:48.

visitáveis é o Teatro Romano de *Olissipo*⁹⁶, que apesar de ser deslocado em termos geográficos, capta algumas particularidades do que é o teatro romano.⁹⁷

Sobre a existência de um anfiteatro em *Aquae Flaviae* há propostas que o localizam na proximidade do Largo do Anjo, pela configuração que apresenta relativamente aos arruamentos da cidade⁹⁸. António Colmenero admite que a configuração em círculo das fachadas dos edifícios a oeste do Largo do Anjo é indicativa da existência de um teatro no limite do perímetro urbano⁹⁹.

Relativamente às termas, a posição geográfica do vale de Chaves é dominada pelo relevo granítico e xistoso. Localizam-se as nascentes das águas mineromedicinais no campo do Tabolado e no Forte de São Francisco; demarca esta exploração desde a Idade Medieval¹⁰⁰:

“Também *Aquae Flaviae* deve o seu nome à exploração das águas mineromedicinais que desempenharam um importante papel na implantação da cidade, porquanto as infra-estruturas inerentes a tal exploração constituíam o núcleo definidor do aglomerado urbano, que deveria ocupar uma parte significativa da área total da cidade”¹⁰¹.

João Ribeiro destaca a particularidade das águas que conferem determinadas vantagens medicinais, o que torna propício o desenvolvimento de espaços consagrados ao culto da água¹⁰². Daqui há a destacar o aparecimento deste tipo de espaços, com o aproveitamento das propriedades medicinais a remontar ao século XVIII, com Tomé Távora de Abreu, que destaca a sua existência na margem direita do Rio Tâmega. Todavia, durante a Guerra da Restauração, o Conde de Mesquitela mandou destruir o balneário antigo, dando lugar ao aproveitamento da pedra para a muralha seiscentista, motivado pela defesa militar; de alguma forma deu-se uma “desvalorização” das águas minerais¹⁰³.

Durante o século XVIII recupera-se o uso do ato termalista e fomentam-se práticas no sentido de desenvolvimento de uso das fontes pelas classes sociais mais altas. Em 1945 começa a ser feito o estudo científico das águas, com os trabalhos de Mário Gonçalves Carneiro (1917-2008) que demonstrou fulgor na identificação do património cultural arqueológico romano, num contexto de beneficiação das águas quentes (“As Caldas de Chaves” de Mário Carneiro, publicado em 1945)¹⁰⁴. A intrusão da cultura do património termal flaviense formalizou-se numa

⁹⁶ Leite, 2007:14

⁹⁷ Ribeiro, 2010:49.

⁹⁸ Ribeiro, 2010:49.

⁹⁹ Colmenero,1997, *apud* Ribeiro, 2010:50.

¹⁰⁰ Amaral, 1993, *apud* Ribeiro, 2010:51.

¹⁰¹ Ribeiro, 2010:51.

¹⁰² Ribeiro, 2010:51.

¹⁰³ Ribeiro, 2010:51

¹⁰⁴ Carneiro, 1945.

marca turística: “Termas Spa do Imperador/ Chaves Termas Spa Aquae” nos jardins do Tabolado.¹⁰⁵

Mais recentemente, em 2006, no Largo do Arrabalde foi descoberto um balneário romano, bem como uma muralha seiscentista, na sequência de trabalhos de construção civil de um parque subterrâneo¹⁰⁶. Devido ao bom estado de conservação do indício arqueológico iniciou-se o processo de musealização dos vestígios, com inauguração prevista para 2018¹⁰⁷. O Largo do Arrabalde está dentro de uma Zona Especial de Protecção do Castelo de Chaves e do Forte de São Francisco, considerados Monumentos Nacionais. Os vestígios arqueológicos aqui encontrados foram classificados em 2012 como Monumento Nacional. Assim fica patente a importância da referência da prática termalista romana¹⁰⁸.

O património, arquitetónico e arqueológico, é composto por duas piscinas, um tanque (banhos individuais), uma sala em “opus signinum”¹⁰⁹, um sistema de abastecimento e escoamento das águas termo-medicinais, bem como espólio de artefactos ligados ao lazer da sociedade romana, tal como o piro (torre para lançar dados de um jogo)¹¹⁰. João Ribeiro e Sérgio Carneiro consideram que a morfologia dos vestígios arqueológicos do Largo do Arrabalde têm semelhanças com as termas romanas de *Aquae Sulis* na *Britannia*.

“A indissociável da análise da morfologia urbana de *Aquae Flaviae* encontra-se a implantação das termas romanas recentemente descobertas no Arrabalde, cujas dimensões fazem antever um edifício de apreciável envergadura, provavelmente de natureza pública, cujo modelo arquitetónico parece assemelhar-se ao das termas de *Aquae Sulis*, na *Britannia*”¹¹¹.

De acordo com o que sugere Sérgio Carneiro¹¹² e a informação disponibilizada pela DGPC¹¹³, a evidência da monumentalidade deste bem patrimonial torna-o no mais completo conjunto termal romano português, apenas comparável com grandes infraestruturas desta categoria como Bath (Inglaterra) e Vichy (França).

¹⁰⁵ Artigo n.º 2 e linha e) In Regulamento das Termas de Chaves, 2009: 1

¹⁰⁶ Carneiro, 2013: 791

¹⁰⁷ Informação obtida no âmbito da entrevista a Sérgio Carneiro, realizada em 1 de Março de 2017, Edifício da Cadeia Velha, Chaves.

¹⁰⁸ Museu das Termas Romanas de Chaves, Santa Maria Maior, Chaves, Vila Real, Portugal, *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)*, acedido a fevereiro de 2017.

¹⁰⁹ Carneiro, 2013:795.

¹¹⁰ Carneiro, 2013:795.

¹¹¹ Ribeiro, 2010:54.

¹¹² Carneiro, 2013:796.

¹¹³ Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), Pesquisa de Património Imóvel, Museu das Termas Mediciniais Romanas de Chaves, Acedido em Abril de 2017.

Uma das aras patentes no Museu da Região Flaviense destaca o culto das Ninfas, e pode constituir uma evidência da possibilidade de existência de um *Nimpheum*, uma fonte de proporções monumentais em que conjuga duas funções: uma fonte de água e um local de culto às ninfas¹¹⁴.

Relativamente a infraestruturas públicas na cidade, João Manuel Ribeiro indica ainda que não é possível, nesta fase, conhecer estas realidades tipológicas de uma forma global¹¹⁵. No entanto há evidências arqueológicas, como um sistema de muros que se relaciona com um “criptopórtico” de uma casa romana entre a Rua Sto. António com a Padre Fontoura¹¹⁶. Localiza-se no trajeto de acesso à ponte romana. De acordo com João Ribeiro foram descobertos, em 1989, neste local, vestígios arqueológicos relevantes¹¹⁷.

Ainda de acordo com João Ribeiro e com o *Estudo de Caracterização do Património Arqueológico*, a confrontação destes dados com as evidências documentais apresentadas por Ricardo Teixeira¹¹⁸ e Paulo Amaral¹¹⁹ permitiu caracterizar os achados enquanto estruturas romanas de cariz público e ainda um pórtico¹²⁰. Estas construções remetem para uma argumentação no sentido da proposta de consolidação de *Aquae Flaviae* enquanto município¹²¹. Sérgio Carneiro remeteu estas hipóteses de trabalho como ponto de partida fulcral para a salvaguarda do património arqueológico romano¹²².

Uma outra intervenção arqueológica realizada no n.º 57 da Rua da Direita, permitiu identificar uma estrutura em *opus quadratum*, tendo sido interpretada como um muro integrante de um edifício¹²³. Esta estrutura emerge numa das principais vias e, segundo João Ribeiro, coincide em termos de orientação com a ponte de Trajano¹²⁴. Também na Rua do Poço n.º 25 foram encontrados estruturas romanas de momentos cronológicos pertencentes à primeira metade do século I e finais do século I e início do século II¹²⁵.

Em 2002, numa intervenção à Cadeia Velha de Chaves, na esquina entre a Rua Bispo Idácio e a Rua da Trindade foi descoberto um forno de pão e os alicerces de uma habitação,

¹¹⁴ Ribeiro, 2010:54.

¹¹⁵ Ribeiro, 2010:54.

¹¹⁶ Teixeira, 1996: 124 e Amaral, 1993:14 *apud* Ribeiro, 2010:54.

¹¹⁷ Ribeiro, 2010:54.

¹¹⁸ Dr. Ricardo Teixeira, sócio-gerente da empresa de Arqueologia e Património

¹¹⁹ Dr. Paulo Amaral, técnico superior da Direção Regional da Cultura do Norte

¹²⁰ Ribeiro, 2010:54.

¹²¹ Ribeiro, 2010:54.

¹²² Informação obtida no âmbito da entrevista a Sérgio Carneiro, realizada em 1 de Março de 2017, Edifício da Cadeia Velha, Chaves.

¹²³ Ribeiro, 2010:55.

¹²⁴ Ribeiro, 2010:56.

¹²⁵ Ribeiro, 2010:57.

que, segundo Sérgio Carneiro, reforçado por João Ribeiro, pode tratar-se de infraestruturas romanas de índole privada¹²⁶.

Outros indícios de estruturas e construções romanas que remontam ao século I¹²⁷ foram identificadas no subsolo do centro de Chaves, no entanto revelam-se ser insuficientes os seus dados para a perceção do tipo de ocupação urbanística. Localizam-se no atual Arquivo Municipal de Chaves, na Rua Bispo Idácio, que foram sujeitas a processo de musealização com um claro objetivo¹²⁸.

A nível de arruamento de *Aquae Flaviae*, foi recentemente descoberta uma calçada na Rua de 1.º Dezembro. As evidências arqueológicas encontradas permitem fazer um esboço da malha urbanística, concretamente dos eixos principais da cidade romana, utilizando o manuscrito de Tomé Távora de Abreu (1721) que destaca esta e muitas das particularidades da cidade romana¹²⁹. Esta descoberta vem ao encontro da necessidade de enriquecimento de investigação do urbanismo de *Aquae Flaviae*¹³⁰. No que diz respeito ao traço urbanístico, segundo João Ribeiro, é destacado uma tendência ortogonal, sendo o *cardus maximus* à Rua da Trindade, o *Decumanus Maximus* à Rua Direita ou Rua do Bispo Idácio com os seus prolongamentos; esta é uma teoria aceite por muitos outros autores.

É também de referir a função das muralhas, revelando uma estratégia tanto de defesa militar como de prestígio. No entanto em *Aquae Flaviae*, ainda se desconhece a existência de uma muralha alto-imperial, apenas se verifica a existência de uma muralha baixo-imperial¹³¹. As intervenções realizadas no Baluarte do Castelo detetaram vestígios pertencentes à muralha baixo-imperial (finais do século III e inícios do século IV)¹³². No entanto, a caracterização dos troços da muralha não permitem fazer uma real configuração de um esboço da fortificação romana de *Aquae Flaviae*.

Outro aspeto a considerar para o estudo do urbanismo romano são as pontes, equipamentos com uma função de transporte e passagem do eixo fluvial. De *Aquae Flaviae*, há a destacar a ponte romana de Chaves ou Ponte de Trajano e as colunas comemorativas que são Monumento Nacional (Decreto de 16-06-1910/23-03-1938) e constituem a referência mais durável do legado romano da região. Na Ponte, permanecem visíveis 12 arcos, sendo parcialmente soterrados nas margens¹³³. Encontram-se dois marcos comemorativos: Padrão de

¹²⁶ Ribeiro, 2010:58

¹²⁷ Ribeiro, 2010:58.

¹²⁸ Ribeiro, 2010:61.

¹²⁹ Ribeiro, 2010:61- 62.

¹³⁰ Ribeiro, 2010:62.

¹³¹ Ribeiro, 2010:63.

¹³² Ribeiro, 2010:64.

¹³³ Verdelho, 2003:10.

Trajano e Padrão dos Povos¹³⁴. Segundo Júlio Machado não se sabe quantos arcos teria a ponte romana original, comparando com outra ponte romana e de Trajano em Salamanca que apresenta 22 arcos¹³⁵. Confronta que não tem originalmente os 150 metros destacado na obra de D. Jerónimo, “Memórias do Arcebispado de Braga”¹³⁶. Das colunas comemorativas é de referir que a primeira é dedicada ao Imperador Trajano enquanto a segunda remete para a existência de *Aquae Flaviae*, integrada no conjunto das dez *civitates*.

“As inscrições das colunas da ponte e a riqueza epigráfica da época garantem-nos a identidade de Chaves com esse povo e igualmente a derivação fonética do nome actual, a partir da Flavia medieval, antes disso decorrente da (Aquae) Flaviae romana¹³⁷”.

Em 1980 encontrou-se, durante a dragagem do rio Tâmega, outro indício arqueológico que veio por em causa a autenticidade do Padrão dos Povos¹³⁸. Esta coluna remete para uma fase anterior da construção da ponte, sendo exclusiva dos aquiflavienses¹³⁹.

O Monumento Nacional esteve em constante mutação, provocada por sucessivas reconstruções durante a Idade Média bem como as cheias que terão destruído parcialmente a ponte¹⁴⁰. De acordo com o excerto publicado a 5 de Setembro de 1980 no jornal local *Notícias de Chaves* lê-se o seguinte sobre o padrão encontrado:

“Ao proceder à separação e fortalecimento dos pilares da Ponte romana e limpeza do rio, a máquina escavadora dos Empreiteiros Anteros, trouxe à luz do dia diversas achados arqueológicos que se encontram soterrados. E assim temos (...) Um padrão falante, de forma cilíndrica com uma falha de 1,50 de comprimento, e sensivelmente metade do mesmo e felizmente na parte oposta a epigráfica. (...)”¹⁴¹

Deste modo dando conta da existência do padrão em 1980 é de referir a particularidade de ser transmitida a descrição exaustiva dos achados arqueológicos, que permitem conceber a investigação da cidade enquanto *Aquae Flaviae*.

¹³⁴ Ribeiro, 2010:64.

¹³⁵ Machado, 2000:37.

¹³⁶ Machado, 2000.

¹³⁷ Machado, 2000:40.

¹³⁸ Colmenero, 1997 *apud* Ribeiro, 2010:65.

¹³⁹ Ribeiro, 2010:46.

¹⁴⁰ Ribeiro, 2010:46.

¹⁴¹ “Achados arqueológicos no Rio Tâmega junto à Ponte Romana de Chaves”, *Notícias de Chaves*, 5 de Setembro de 1980.

É relevante fazer um realce da identificação breve do património arqueológico romano, de acordo com António da Silva Neves, no jornal “Notícias de Chaves” em “Chaves: A cidade mais romana de Portugal”

“Mas Chaves é a cidade mais «romana de Portugal» pelo menos a cidade que mais invoca a sua romanização (...) Chaves apresenta ainda hoje três argumentos fortes: a ponte romana do tempo de Trajano, as milenares caldas flavienses e o seu nome latino «*Aquae Flaviae*»¹⁴²”.

Outro dos equipamentos essenciais para o urbanismo romano é a estrutura de abastecimento de água e de escoamento de águas residuais, com especial destaque para barragens e sistema de aquedutos e canalizações. Em Chaves encontra-se a Barragem da Abobeira. O traçado do aqueduto até *Aquae Flaviae* poderia assentar em duas soluções: de Sansurge a Chaves até ao Largo do Anjo ou então nas imediações do Regimento de Infantaria e Avenida dos Aliados, através do Terreiro da Cavalaria em direção ao Largo do Anjo¹⁴³.

João Ribeiro destaca que a Barragem Abobeira abastecia *Aquae Flaviae*¹⁴⁴. Mais recentemente foram encontrados e identificados achados arqueológicos, concretamente uma conduta romana e outros achados arqueológicos na Rua 25 de Abril e a Rua do Tabolado.

A identificação dos achados arqueológicos na freguesia de Santa Maria Maior tem tido um desenvolvimento constante, visto que as escavações arqueológicas estão ativas no centro histórico da cidade, particularmente nesta freguesia. Tendo em conta os traços gerais do urbanismo romano, que para além de espaços públicos, contempla espaços privados subentende-se que no espaço ocupado pela atual freguesia de Santa Maria Maior se concentraria o cerne da vida romana, dado que aqui se encontra a grande maioria das infraestruturas básicas e vivenciais do legado romano.

No entanto é de realçar também as infraestruturas construídas na periferia tal como a Barragem da Abobeira, em Vale de Anta.

Os trabalhos realizados e em realização potenciam o conhecimento sobre o passado romano da cidade, pondo em evidência traços do urbanismo romano, e identificando estruturas, edifícios e equipamentos que permitem construir uma narrativa histórica de *Aquae Flaviae*.

¹⁴² Neves, António da Silva, “Chaves: a cidade mais romana de Portugal”, *Notícias de Chaves*, 30 de Novembro de 1984.

¹⁴³ Ribeiro, 2010:46.

¹⁴⁴ Ribeiro, 2010:46.

CAPÍTULO 2 – Estratégias de valorização do património arqueológico romano

2.1. Valorização do Património Arqueológico

O património arqueológico abrange todos os vestígios ou indícios que permitem retratar a história da humanidade.

Tal como é redigido na Lei n.º 107/2001, no artigo 3.º, é função do Estado Português a transmissão da herança nacional e enriquecimento do conhecimento para as gerações futuras.

No que respeita ao património arqueológico importa saber e estabelecer um ordenamento e gestão do território, que remeta para a garantia da preservação dos achados arqueológicos¹⁴⁵. Durante a década de 60 do século XX houve uma reação face à transformação das cidades¹⁴⁶. Nesta época amadureceu a arqueologia urbana e a valorização do património surge associada à prática arqueológica¹⁴⁷. Uma política eficaz de salvaguarda do património arqueológico¹⁴⁸ tornou-se essencial para uma estratégia mais global de conservação do património.

“A valorização de um sítio arqueológico é parte de um processo controlado por regras e princípios distintos. Sendo aceite como valor facial que o fundamento da pesquisa arqueológica é o aumento do conhecimento sobre o passado, trata-se de um problema bastante diferente, quando se trata de escolherem e justificarem outros usos para esses vestígios.”¹⁴⁹

Tal teve reflexo na comunidade internacional que produziu documentação sobre este assunto, como a Convenção de Malta (1992)¹⁵⁰, a Carta de Cracóvia (2000), o Código Europeu de Arqueologia e o Projeto Urbano (2000). O tratamento dos achados arqueológicos orienta-se por regras e princípios fundamentais, no qual o Estado assegura a transmissão da herança nacional, sendo um direito e um dever o conhecimento, estudo protecção, valorização do património cultural¹⁵¹. Pela Convenção de Malta (1992) definem-se as normas relativas à conservação integrada do património arqueológico, com ênfase na articulação dos interesses da arqueologia com o ordenamento do território através das políticas de planeamentos

¹⁴⁵ Decreto de Lei n.º 107/2001, *Diário da República*, I série –Série A, Nº 209, 8 de Setembro de 2011, p. 5824, acedido a Junho de 2017.

¹⁴⁶ Teller e Warnotte, 2003:2.

¹⁴⁷ Teller e Warnotte, 2003:2.

¹⁴⁸ Lemos, 2004: 38.

¹⁴⁹ Teller e Warnotte, 2003: 3.

¹⁵⁰ A Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico ou Convenção de Malta de 1992, foi ratificada e aprovada em Portugal em 9 de Outubro de 1997.

¹⁵¹ Lei 107/20 01, *DR*, I série –Série A, nº 209, 8 de Setembro de 2011.

equilibrada¹⁵². Estudo, levantamento, registo dos achados arqueológicos são tarefas essenciais que permitem o conhecimento e salvaguarda do património arqueológico. Esta noção é reforçada pela Carta de Cracóvia (2000) sobretudo na questão do ordenamento do território e a intervenção dos vários agentes ativos na salvaguarda dos interesses da comunidade¹⁵³. Tal como é descrito no artigo 11.º, a Carta de Cracóvia, preconiza o seguinte:

“A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das com unidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades.”

Das intervenções patrimoniais a nível da arqueologia, a escavação tem de ter um acompanhamento com documentação, sendo que é encorajada a utilização de técnicas modernas e de sistemas de informação e de apresentação, suscetíveis aos critérios de mínima intervenção no património. O trabalho arqueológico visa o reconhecimento histórico e identitário de cada sociedade e, como tal, têm que ser respeitados os registos de interpretação e divulgação dos resultados da intervenção¹⁵⁴, reforçando a importância da adoção de um conjunto procedimentos e preceitos técnicos.

2.2. Planos e Programas estratégicos

A gestão territorial da Câmara Municipal de Chaves caracteriza-se por uma diversidade e multiplicidade de planos e documentos estratégicos¹⁵⁵, que operam no plano nacional, regional e local. Focamos essencialmente os programas regionais e locais.

2.2.1. Programas de Âmbito Regional:

ON2

O património flaviense, sobretudo a sua gestão e valorização, está enquadrado em programas específicos de ação, com incidência no IV Programa de Coesão Local Urbana ON2¹⁵⁶. (Quadro nº9.2) Este programa enquadra a salvaguarda do património cultural, e sobretudo o arqueológico, em estratégias de competitividade e inovação e de regeneração urbana.

¹⁵² Decreto de Lei nº 75/97, Ratificação da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, *DR*, I série – Série A, Nº 289, 16 de Dezembro de 1997.

¹⁵³ Princípios para a conservação e o restauro do património construído - *Carta de Cracóvia (2000)*

¹⁵⁴ Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, Decreto-Lei nº 932014, *DR*, I série – Série A, nº 213, 4 de Novembro de 2014.

¹⁵⁵ Masterplan, 2014: 8

¹⁵⁶ Projetos aprovados do Eixo IV – Coesão Local Urbana do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), site institucional *Novo Norte, QREN, Portugal.*

Regulamento Específico	Designação da Operação	Valor
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Salvaguarda e Musealização do Património	1 776 216,67 €
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Operacionalização da Reabilitação e Revitalização de Áreas Estratégicas do Centro Histórico	19 341,75 €
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Divulgação e Promoção do Património Arquitetónico e arqueológico	123 473,55 €
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Desenvolvimento de Ações Preparatórias para elevação de Chaves a Património Mundial"	141 215,69 €
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Supressão de barreiras urbanísticas e arquitetónicas no Centro Histórico	123 319,95 €
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Dinamização das ações de animação de rua no Centro Histórico	85 843,45 €
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Renovação de mobiliário urbano e sinalética no Centro Histórico (toponímica, sinalética	107 215,43 €
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	Reabilitação Paisagística da Alameda de Trajano e zona envolvente à Ponte Romana (margem direita do Rio Tâmega)	88 087,87 €

QUADRO 9.2 COESÃO LOCAL URBANA, ON.2. FONTE: PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE - INVESTIMENTO PÚBLICO, ON.2. NORTE, 2014.

EIDT- AT

Um outro plano estratégico, de âmbito regional é a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Urbano do Alto Tâmega que dentro do enquadramento do património natural e cultural, remete para as seguintes medidas: ¹⁵⁷

Medida 4.1. Criação da marca e da estratégia turística para o território	OE4. Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo
Medida 4.2. Gestão integrada das áreas protegidas	
Medida 4.3. Gestão integrada do património cultural	
Medida 4.4. Criação de rotas turísticas de valorização patrimonial	
Medida 4.5. Dinamização de programa de rede de núcleos rurais, articulando a vertente turística com a promoção socioeconómica local	
Medida 4.6. Valorização turística de infraestruturas existentes	
Medida 4.7. Criação de aplicações móveis para fins turísticos	

QUADRO 10.2 MEDIDAS E OBJETIVO ESTRATÉGICO DE ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ALTO TÂMEGA (EIDT-ALTO TÂMEGA). FONTE: QUADRO PRÉVIO DE ORDENAMENTO, PDM DE CHAVES.

TURISMO SUSTENTÁVEL

Ainda no âmbito de estratégias regionais figura a criação de redes de cooperação intrarregional e/ou transfronteiriça (Eurocidade Chaves – Verin) e o reforço da presença na Rede Termal Europeia – THERMAE –EUROPAE” ¹⁵⁸.

Promoção do desenvolvimento sustentável do turismo e desenvolvimento de eventos culturais	Construção do Palácio da Água
	Desenvolvimento do Plano de Comunicação e Marketing para as Termas de Chaves
	Criação do Centro Transfronteiriço de Dinamização e Investigação do Turismo
	Dinamização das rotas de percurso nomeadamente “Vias Romanas”
	Construção do complexo lúdico temático “ <i>Aquae Flaviae</i> ”

QUADRO 11.2 PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL. FONTE: QUADRO PRÉVIO DE ORDENAMENTO, PDM

¹⁵⁷ Aviso EIDT-99 -2015 -03, Portugal 2020: 12.

¹⁵⁸ Quadro Prévio de Ordenamento, 2014: 52.

2.2.2. Programas de Âmbito Local:

As políticas prosseguidas pela CM Chaves, remetem para:

“Investimentos necessários à viabilização da estratégia temática de cooperação, incluindo a construção de equipamentos coletivos e a recuperação e valorização de elementos do património histórico e cultural¹⁵⁹.

É no centro histórico da cidade, sobretudo na freguesia de Santa Maria Maior, que se verifica uma maior incidência de instrumentos de políticas patrimoniais.

MASTERPLAN 2014

O Município de Chaves, de acordo o *Masterplan* de 2014 procurava enquadrar e despoletar a reabilitação urbana no centro histórico da cidade, assentado em princípios básicos, numa estratégia com a seguinte finalidade: sustentabilidade, manutenção e criatividade da revitalização do centro histórico¹⁶⁰ (Figura nº 3.2).

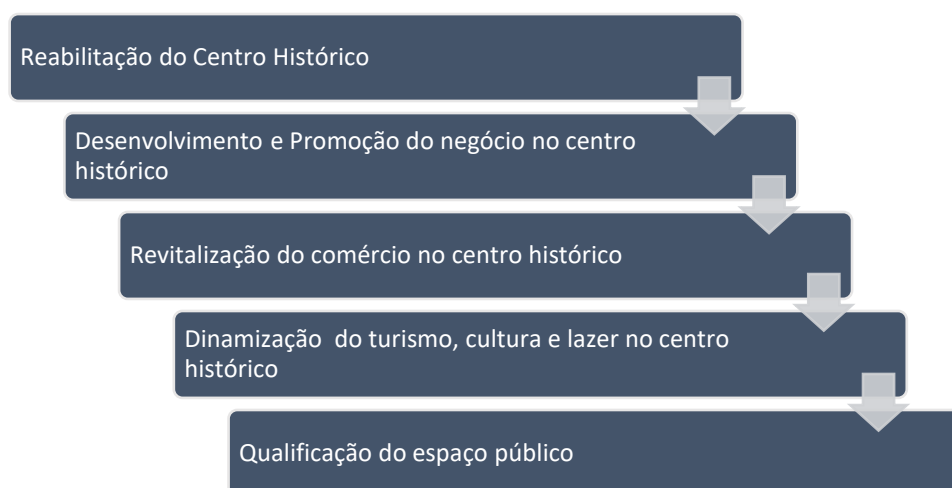


FIGURA 3.2 VETORES DO DESENVOLVIMENTO DO MASTERPLAN, ADAPTADO DE MASTERPLAN DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES, JANEIRO, 2014.

Em termos de políticas de património, o enfoque é dado particularmente aos elementos de génese romana e medieval. Uma vez que a ocupação romana ultrapassa os limites do concelho de Chaves, é necessário um tipo de gestão amplo, isto é, “*tem que haver uma equidade de gestão, o que é património é património independentemente da sua localização*”¹⁶¹ Que valor de investimento é então necessário para a consolidação de uma política patrimonial em Chaves? De acordo, com o Quadro 9.2 constata-se um conjunto significativo de projetos, conjuntamente

¹⁵⁹ Regulamento de Especifico da Política de Cidades – Redes Urbanas, QREN: 7

¹⁶⁰ Masterplan, 2014: 9

¹⁶¹ Depoimento do Arqueólogo Rui Lopes, técnico superior de Arqueologia, suporte digital, 19 de Abril de 2017

com o valor preconizado pelos fundos europeus, que indica a estratégia de salvaguarda do património arqueológico, bem como medidas respeitantes à revitalização do centro histórico¹⁶². Para além disso, a elaboração do Masterplan do Centro Histórico, é cofinanciada pelo FEDER, sendo abrangido pelo Programa Estratégico “Chaves Monumental – Valorização e Promoção dos Valores culturais e Patrimoniais”¹⁶³.

O Relatório do Masterplan apresenta estratégias de reabilitação e de revitalização, tendo em vista a definição de operações, de ações estruturantes e o tipo de gestão-modelo em espaços públicos, estabelecendo áreas prioritárias¹⁶⁴.

PDM

O outro documento estratégico é o Plano Diretor Municipal (PDM), que de momento encontra-se em revisão.

Este instrumento articula diversos estudos desde da população, atividades económicas até à geografia do solo. Perante a temática há uma articulação entre o *Estudo de Caracterização do Património Arqueológico* com o *Estudo de Caracterização do Património Arquitetónico*, de forma a conceber a informação sobre a localização, conservação, classificação e valorização dos bens patrimoniais, em articulação com um programa de desenvolvimento turístico e de ações para o património flaviense.¹⁶⁵

O *Estudo de Caracterização do Património Arqueológico* constitui-se no seguimento das metodologias de Carta Arqueológica. No caso do Património Arquitetónico a ênfase é colocada na inventariação, diagnóstico e caracterização.

PARU

No caso do Plano de Acção de Regeneração Urbana (PARU), foram candidatas acção materiais e imateriais, numa estimativa orçamental de 3.800.000, 00 € na área de reabilitação urbana no Centro Histórico de Chaves¹⁶⁶.

No caso da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) têm que ser enquadradas pelos respetivos planos estratégicos sendo o instrumento, a memória descritiva e justificativa da área de delimitação de área urbana do centro histórico de Chaves (ARU)¹⁶⁷.

¹⁶² Regulamento de Especifico da Política de Cidades – Redes Urbanas, QREN: 6

¹⁶³ *Masterplan*, 2014: 8.

¹⁶⁴ ORU, 2016: 3.

¹⁶⁴ *Quadro Prévio de Ordenamento*, 2014: 53.

¹⁶⁴ ORU, 2016: 5.

¹⁶⁵ *Estudo de Caracterização do Património Arqueológico*, 2015:3.

¹⁶⁶ ORU, 2016: 5.

¹⁶⁷ ORU, 2016: 1.

A caracterização das zonas incluídas na Operação de Reabilitação Urbana (ORU) incide em duas áreas delimitadas pelo Rio Tâmega: a área Termal e Turística e a área do Museu de Arte Contemporânea de Nadir Afonso¹⁶⁸. Dentro desta área de reabilitação urbana, as ações são enquadradas pelos programas “Mais Chaves” e “Chaves Monumental” assentes numa base patrimonial¹⁶⁹. No âmbito deste programa prevê-se a ampliação do Museu da Região Flaviense para expor o espólio arqueológico que tem sido exumado, particularmente das Termas Romanas de Chaves¹⁷⁰.

PEDU

Quanto ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU é um instrumento estratégico de desenvolvimento territorial, em que se estabelecem os problemas e prioridades a partir do diagnóstico do território¹⁷¹.

A estratégia do PEDU reflete a matéria patrimonial no segundo eixo: “Promover a qualidade do ambiente urbano e a dinamização sociocultural e económica da cidade”, que consolida o reforço da relação do património da comunidade e o fomento da integração dos espaços da cidade¹⁷². Neste plano foram candidatados um conjunto de projetos localizadas dentro da área de Reabilitação urbana no Centro Histórico de Chaves.¹⁷³

Projeto	Objetivo:	Situação Atual
Construção do Museu das Termas Romanas	Proteção e valorização das estruturas descobertas. Criação de um Museu Termal	Falta a Musealização
Reabilitação do Museu da Região Flaviense	Promover a reabilitação e conservação do edifício e melhorar a atração da visita ao museu.	Proposto
Remodelação do Balneário Termal	Criação de um observatório de investigação das águas termais, dinamizando a atividade turística da cidade e combatendo a sazonalidade.	Concluído

QUADRO 12.2 PROJETOS PROGRAMADOS/EM CURSO. FONTE: DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, OPERAÇÃO REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES (ORU).

¹⁶⁸ ORU, 2016: 9.

¹⁶⁹ ORU, 2016:10.

¹⁷⁰ Depoimento do arqueólogo Sérgio Carneiro, entrevista realizada a 1 de Março de 2017, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Rua da Trindade, Chaves.

¹⁷¹ Aviso EIDT -99 -2015 -03, Portugal 2020: 11.

¹⁷² Quadro Prévio de Ordenamento, PDM, 2015: 58.

¹⁷³ Quadro Prévio de Ordenamento, PDM, 2015: 59.

A operação designada por “Salvaguarda e Musealização do Património” do Programa Estratégico “Chaves Monumental” foi o instrumento de financiamento para o edifício do Museu das Termas Romanas e de outras iniciativas que apelam ao passado romano, nomeadamente a reconstituição digital das termas romanas e a realização de “*Symposium Aquae – As Cidades Termas no Império Romano*” (2014)¹⁷⁴.

Mais recentemente as candidaturas ao “Norte 2020 – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”, que se enquadram na intervenção de “Salvaguarda e Musealização do Património”, permitem a conclusão e musealização do sítio arqueológico no Largo do Arrabalde¹⁷⁵. De acordo com a notícia de “A Voz de Chaves – Jornal do Alto Tâmega”, em que reforça o objetivo principal a nível estratégico do Município de Chaves operação no desenvolvimento da região:¹⁷⁶

“Com o restauro, conservação e valorização do património arqueológico dos espaços que compõem o conjunto arquitetónico das Termas Romanas, o município pretende qualificar e intensificar a integração da cidade de Chaves, não só na região envolvente, mas também em redes internacionais, através da divulgação e promoção do seu património monumental como fator diferenciador de atratividade e competitividade, assente a sua vocação turística, permitindo-lhe afirmar a sua imagem internacional.”.¹⁷⁷

No que diz respeito ao centro histórico da cidade, a Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico da Cidade, especificamente a área de arqueologia, define desde 2002, os critérios-base para a proteção e salvaguarda do património. De acordo com o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, António Cabeleira, existe um esforço por parte do município de Chaves na comparticipação do orçamento para a preservação dos indícios arqueológicos, apesar de ser a níveis percentuais reduzidos (entre 15% e 20% do investimento local) comparada às obras de empreitadas de maior dimensão, realizadas no âmbito de operações com comparticipação de fundos da União Europeia¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Depoimento do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, suporte digital, 7 de Abril de 2017.

¹⁷⁵ Depoimento do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, suporte digital, 7 de Abril de 2017.

¹⁷⁶ *A Voz de Chaves – Jornal do Alto Tâmega*, 2 de Junho de 2017.

¹⁷⁷ *A Voz de Chaves – Jornal do Alto Tâmega*, 2 de Junho de 2017.

¹⁷⁸ Depoimento do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, suporte digital, 7 de Abril de 2017.

2.3 Gestão e manutenção do património arqueológico em Chaves

A gestão do património arqueológico do Município de Chaves está enquadrada na Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico de Chaves (DSCHC). Da equipa de salvaguarda patrimonial fazem parte Sérgio Carneiro e Rui Lopes, técnicos superiores do setor da arqueologia¹⁷⁹.

De acordo com Sérgio Carneiro a preocupação com a salvaguarda do património caracterizou-se por um processo lento a nível da compreensão dos restantes departamentos da Câmara Municipal, sendo que, de acordo com o seu relato, o critério base para a compreensão da necessidade da salvaguarda do património foi realizado através do vetor urbanismo.

Na repercussão do desenvolvimento do trabalho na salvaguarda do património foi criada a Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, que teve efeitos benéficos, como no caso da Cadeia Velha ou Largo da Trindade, cuja escavação arqueológica promoveu a criação de uma relação entre os funcionários públicos e o achado arqueológico¹⁸⁰.

As obras públicas desenvolvidas pelo município de Chaves utilizam os serviços de arqueologia da Câmara para a sua concretização. Tal fica condicionado à capacidade do serviço, sendo os trabalhos de arqueologia realizados pelos arqueólogos municipais coadjuvados pela restante equipa devidamente orientada. No caso de trabalhos demasiado grandes ou em simultâneo são requisitados serviços de entidades externas, mediante as regras da contratação autárquica em vigor¹⁸¹. O setor de arqueologia avalia o teor dos projetos e o seu grau de impacto sobre o subsolo, definindo posteriormente uma metodologia de acompanhamento dos trabalhos arqueológicos¹⁸² posta em prática através da execução de cadernos de encargos específicos para tal. Deste modo o principal instrumento de salvaguarda do património arqueológico em Chaves é a prevenção e a proteção; este é o princípio em que é redigida a estratégia de salvaguarda do património flaviense¹⁸³.

A arqueologia preventiva, de acordo com Rui Lopes, assume-se como uma forma de investigação e salvaguarda dos vestígios arqueológicos de forma responsável, em paralelo com uma arqueologia planeada e com objetivos de investigação bem definidos, remetendo para a importância da criação de projetos – plataformas para uma investigação continuada e bem sustentada.¹⁸⁴ A implementação de um qualquer projeto no centro de Chaves carece da

¹⁷⁹ Depoimento de Sérgio Carneiro, em entrevista realizada a 1 de Março de 2017, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Rua da Trindade, Chaves.

¹⁸⁰ Depoimento do arqueólogo Sérgio Carneiro, entrevista realizada a 1 de Março de 2017, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Rua da Trindade, Chaves.

¹⁸¹ Depoimento do arqueólogo Sérgio Carneiro, entrevista realizada a 1 de Março de 2017, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Rua da Trindade, Chaves

¹⁸² Depoimento do arqueólogo Sérgio Carneiro, entrevista realizada a 1 de Março de 2017, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, Rua da Trindade, Chaves.

¹⁸³ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtido via eletrónica em 19 de Abril de 2017.,

¹⁸⁴ Depoimento do arqueólogo. Rui Lopes, obtida via eletrónica em 19 de Abril de 2017.

intervenção da arqueologia, em cooperação com o planeamento urbano e o licenciamento de obras¹⁸⁵. Para além da arqueologia preventiva, outros mecanismos são aplicados em Chaves tendo por objetivo a salvaguarda do património romano.

Tal é relatado pelo arqueólogo João Ribeiro que refere a utilização de novas tecnologias, sobretudo as escalas de evidências em base de planta, fotograma, e *softwares* em 3D¹⁸⁶. O reforço da ligação entre diversas entidades museológicas é patente, por exemplo, na utilização do laboratório do Museu Dom Diogo de Sousa de Braga para tratamento dos achados arqueológicos mais frágeis como vestígios metálicos. De acordo ainda com o arqueólogo João Ribeiro, a virtualização do património romano flaviense revela-se como uma estratégia de salvaguarda com benefícios para o tratamento da informação, de trabalho e de interpretação, permitindo uma salvaguarda patrimonial “sem custos” nem a nível financeiro nem a nível de conservação e restauro¹⁸⁷. Estas metodologias revelam-se significativas e, em paralelo com estudos efetuados tanto a nível documental, fotográfico e pesquisa de terreno, contribuem para uma efetiva salvaguarda¹⁸⁸. A utilização de uma metodologia assente em relatórios preliminares permite um efetivo conhecimento dos trabalhos a realizar, redigindo objetivos específicos e sondagens arqueológicas precisas¹⁸⁹, evitando custos excessivos para as entidades que necessitam dos serviços e permitindo uma melhor gestão do território, salvaguardando o património arqueológico (Quadro nº 13.2).

A gestão do património arqueológico romano de *Aquae Flaviae* tem em conta a ampla área de ocupação, e preocupa-se com uma equidade na gestão das zonas urbanas e não urbanas¹⁹⁰. Dentro da freguesia de Santa Maria revela-se uma multiplicidade de sítios arqueológicos romanos, sendo de referir um padrão de ocorrência de achados especialmente ativo partir do ano 2000 (Quadro 8.2). Este padrão teve em conta todos os achados feitos no âmbito de todas as obras que implicavam um trabalho urbanístico, onde era feito um acompanhamento arqueológico¹⁹¹.

¹⁸⁵ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtido por via eletrónica em 19 de Abril de 2017.

¹⁸⁶ Depoimento do arqueólogo João Ribeiro, entrevista realizada a 1 de Junho de 2017, Largo das Freiras, Chaves.

¹⁸⁷ Depoimento do arqueólogo João Ribeiro, entrevista realizada a 1 de Junho de 2017, Largo das Freiras, Chaves.

¹⁸⁸ Depoimento do arqueólogo João Ribeiro, entrevista realizada a 1 de Junho de 2017, Largo das Freiras, Chaves.

¹⁸⁹ Depoimento do arqueólogo João Ribeiro, entrevista realizada a 1 de Junho de 2017, Largo das Freiras, Chaves.

¹⁹⁰ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtida por via eletrónica em 19 de Abril de 2017.

¹⁹¹ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtido por via eletrónica em 19 de Abril de 2017.

Sítios arqueológicos	Ação	Executor		Ano
Ponte do Trajano e as colunas comemorativas	Classificação como Monumento Nacional	Estado Português		1910/ 1938
	Desassoreamento do rio remoção do lajeado da Ponte Romana	Câmara Municipal de Chaves		1980 -1982
	Relocalização/ Identificação do achado arqueológico	Relocalização, identificação e inspeção de sítios pela Extensão do IPA - Macedo de Cavaleiros		2006
	Requalificação do Pavimento da Ponte Romana	“Requalificação do Pavimento e das Infraestruturas da Ponte Romana – Chaves – Travessia da Conduta sob o Rio Tâmega na Ponte Romana.”		2008
Chaves – Rua Bispo Idácio, Arquivo Municipal de Chaves	Sondagem arqueológica	Projeto Municipal de Reabilitação e Revitalização do Centro Histórico de Chaves		1997-1998-1999
	Acompanhamento arqueológico	Projeto Trabalhos arqueológicos na Rua Bispo Idácio, Chaves		2005
	Escavação arqueológica	Projeto Trabalhos arqueológicos na Rua Bispo Idácio, Chaves		2006
	Musealização do espaço arqueológico	Arqueologia e Património		2015
Museu das Termas Mediciniais Romanas (Aquae Flaviae)	Escavações arqueológicas	Câmara Municipal de Chaves	Arqueologia e Património	2006
	Construção do edifício que abriga as Termas Romanas	Operação “Salvaguarda e Musealização do Património”		2006 -2012
	Classificação como Monumento Nacional	DGPC		2012
	Musealização do espaço arqueológico	Operação “Conservação, protecção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” Norte 2020		2018

QUADRO 13.2 AÇÕES REALIZADAS NOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS ROMANOS EM SANTA MARIA MAIOR (CHAVES). QUADRO ADAPTADO PELA AUTORA A PARTIR DOS DEPOIMENTOS DE ARQUEÓLOGOS SÉRGIO CARNEIRO E RUI LOPES E AINDA RECORRENDO AO PORTAL DO ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS (DGPC) E AOS JORNAIS VOZ DE CHAVES – JORNAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO.

2.4. Musealização do património arqueológico romano

A musealização do património arqueológico é um processo científico que envolve atividades ligadas à investigação, à conservação e à comunicação¹⁹². De acordo com Françoise Choay a tendência dominante da indústria patrimonial apresenta-se associada a termos como “conservação e restauro”; “encenação”, “modernização” e “rentabilização”¹⁹³.

Na opinião de Francisca Hernandez–Hernandez, da Universidade Complutense de Madrid, durante muito tempo, o património arqueológico era tratado apenas como uma variante científica, não sendo considerado o lado da comunicação para a sua conservação, protecção. Daí a pertinência de dar a conhecer à comunidade o seu património, de uma forma simples e compreensível.

“Más que una devaluación u olvido, lo que ha sucedido es que no se ha explicado lo suficientemente a la sociedad cuál era su utilidad y qué beneficios se podían conseguir con su conocimiento y disfrute.”¹⁹⁴

Juan Gonçalves¹⁹⁵ preconiza que, das estratégias de salvaguarda do património arqueológico, a mais prática será a musealização, o conjunto das condições económicas, sociais, políticas, culturais e discursivas que possibilitam a musealização – a museabilidade. Através da musealização, ambiciona-se o convívio entre diferentes ideologias na atuação da salvaguarda do património. Os “museus” passam a ser elementos que sentem o apelo e a necessidade de um serviço para a comunidade, através do desenvolvimento das várias valências, sem deixar de parte as prioridades das políticas e práticas museológicas¹⁹⁶.

Assim, tal como é ratificado por Alexandre Matos em *Da Escavação ao Museu, Caminhos da Informação*, que tipo de esforços são estabelecidos no equilíbrio do trabalho de escavação e o local onde vão estar patentes os resultados?¹⁹⁷ É relevante admitir que as instituições responsáveis pelo património cultural necessitam de uma interdependência na partilha das informações e contacto dos diversos domínios associados. Desta forma para uma gestão eficaz

¹⁹² Desvallées, 2013.

¹⁹³ Choay, 2014.

¹⁹⁴ Depoimento a Francisca Hernandez – Hernandez, 21 de Abril de 2017, via mail tradução (da autora): “Mais que uma desvalorização ou esquecimento, o que aconteceu é que não tenha sido explicado suficientemente para a sociedade qual era a sua utilidade e que benefício se podiam conseguir com o seu conhecimento e prazer.”

¹⁹⁵ Investigador na «Secção de Investigação e de Estudos em Ciências da Arte e do Património – Francisco de Holanda», na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Doutorando em Belas-Artes – especialização em Ciências da Arte – e mestre em Museologia e Museografia, ambos pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Mestre em Gestão Cultural, pela Universidade da Madeira.

¹⁹⁶ Depoimento a Juan Gonçalves, 19 de Abril de 2017, via mail.

¹⁹⁷ Matos, 2007: 39.

do património arqueológico e para uma melhor compreensão dos fenómenos patrimoniais, é necessária a partilha e acesso das informações¹⁹⁸.

Para a museóloga Francisca Hernandez–Hernandez,¹⁹⁹ o património arqueológico, para ser valorizado, tem que ser relacionado com os diversos agentes do terreno: arqueólogos, museólogos e historiadores; numa relação estreita de interdisciplinaridade que se reflete no discurso expositivo²⁰⁰

“Si queremos que el patrimonio arqueológico sea valorado en su justa medida es necesario que la relación entre arqueólogos, museólogos e historiadores sea cada vez más estrecha y se potencie la interdisciplinariedad con el objeto de definir el discurso que se pretende transmitir al público. En la media que todos ellos trabajen al unísono, el conocimiento y la difusión del patrimonio arqueológico se verán potenciados y valorados en su justa medida.”²⁰¹

Predomina com frequência uma posição dos arqueólogos de um certo desvinculo de um compromisso direto com os museus, sendo que se limitam a depositar os materiais exumados das escavações. Para além disso, os museus consideram-se um mundo diferente para o qual os arqueólogos não precisavam de contribuir diretamente²⁰². Reportando ao testemunho da museóloga Francisca Hernandez–Hernandez, no caso da sociedade espanhola, durante muito tempo não houve necessidade das universidades criarem currículos de museologia e apenas se encarregavam do potencial da investigação e conservação do património arqueológico²⁰³.

Atualmente tem-se evidenciado a importância da projeção social da arqueologia e, de acordo com Francisca Hernandez–Hernandez, é com agrado que se faz a tomada de consciência e o reforço de uma “obrigação” dos arqueólogos perante a musealização e a divulgação do património arqueológico²⁰⁴. O Museu é uma instituição que tem uma visibilidade pública, tendo em vista a exposição de conhecimentos, mas com uma importante função económica, política e

¹⁹⁸ Importância da documentação e necessidade de normas In o Conselho da Europa e o Inventário, Disponível em: <http://www.cidadeimaginaria.org/pc/ConsEuropa.htm>

¹⁹⁹ Investigadora do Grupo de Investigação Complutense “Património Arqueológico” e Docente Titular da Universidade Complutense, Madrid.

²⁰⁰ Depoimento a Francisca Hernandez–Hernandez, 21 de Abril de 2017, via mail.

²⁰¹ Depoimento a Francisca Hernandez–Hernandez, 21 de Abril de 2017, via mail. A tradução (da autora) “Se queremos que o património arqueológico seja valorizado em sua medida, é necessário que a relação entre arqueólogos, museólogos e historiados seja cada vez mis estreita e se potencie a interdisciplinaridade com o objetivo de definir o discurso que se pretende transmitir ao público. Geralmente, todos trabalham em unísono, o conhecimento e a difusão do património arqueológico serão potenciados e valorizados na sua medida”.

²⁰² Depoimento a Francisca Hernandez–Hernandez, 21 de Abril de 2017, via mail.

²⁰³ Depoimento a Francisca Hernandez–Hernandez, 21 de Abril de 2017, via mail.

²⁰⁴ Depoimento a Francisca Hernandez–Hernandez, 21 de Abril de 2017, via mail.

social.²⁰⁵ Os museus arqueológicos apresentam critérios de exposição que vão evoluindo, sendo que inicialmente apresentava-se fundamentalmente a natureza dos objetos, a sua forma e a sua possibilidade de função.²⁰⁶ A partir da evidência arqueológica pode reconstruir-se vários aspetos de um quotidiano passado: a técnica da talha, a cerâmica etc.²⁰⁷ Quando o museu dispõe de materiais representativos os temas podem ser variados quase numa infinidade²⁰⁸. O modelo de parque arqueológico permite a conciliação de achados materiais mais significativos com a experiência e evidência do território – através do aproveitamento dos achados arqueológicos no seu local de origem (*in situ*)²⁰⁹.

2.4.1 Museu da Região Flaviense – Núcleo de Pré-História e Arqueologia, Exposição 2000 anos – Arquivo Municipal de Chaves e Termas Mediciniais Romanas de Chaves

No caso das entidades museológicas do Município de Chaves, apesar de não haver uma centralidade expositiva única e exclusiva do legado romano, pode, no entanto, constar-se dois tipos de museus: museu convencional (Museu da Região Flaviense, Núcleo de Pré-História e Arqueologia) e a intervenção da musealização *in situ* nomeadamente na Exposição 2000 anos do Arquivo Municipal de Chaves. Destes dois casos, o primeiro apresenta um acervo que contém elementos desde a Idade do Ferro e da Romanização enquanto no segundo constata-se a própria passagem do tempo, desde a época romana, medieval, moderna e contemporânea, isto é, não se confronta num sentido restrito do domínio arqueológico exclusivo romano.

Deste âmbito exclusivo, apenas o Museu das Termas Mediciniais Romanas rege-se por uma musealização *in situ*, em que está patente um outro tipo de prática expositiva. Sendo a única entidade museológica inteiramente dedicada ao legado romano, ainda não tem efetiva a musealização, requerida pelos especialistas com alguma urgência, dado à premência de degradação do achado arqueológico.

Por fim, a autarquia de Chaves dispôs-se a interligar a história do legado romano e tornar a própria cidade num “museu”, em que em cada espaço público estava patente um achado arqueológico da Idade do Ferro ou Romano. Já em execução numa primeira fase, coloca-se o seguinte conjunto de questões: será que é um incentivo para o conhecimento da comunidade? Ou distanciamento para a comunidade do domínio da arqueologia?

²⁰⁵ Depoimento a Juan Gonçalves, 19 de Abril de 2017, via mail.

²⁰⁶ Hernández-Hernandez, Francisca, 2008: 216.

²⁰⁷ Hernández-Hernandez, Francisca, 2008: 216.

²⁰⁸ Hernández-Hernandez, Francisca, 2008: 216 -217.

²⁰⁹ Hernández-Hernandez, Francisca, 2008: 216 -217.

2.4.2 Projeto “Chaves. Cidade Museu”

A Câmara Municipal de Chaves em 2013, imbuída do espírito do desenvolvimento cultural e de preservação da memória requereu uma afinação do aparelho museológico, isto é, apresentou um projeto em que não se confinava ao espaço físico da infraestrutura expositiva, mas tornava todo o espaço envolvente da cidade um “Museu”²¹⁰.

Este projeto integra espólio da época Pré-Romana e Romana, com base nas reservas dos museus municipais e numa primeira fase decorria dentro dos espaços físicos pertencentes à autarquia, sendo que numa segunda- fase remetia para a rede comercial do Centro Histórico da Cidade²¹¹.

O projeto não conseguiu uma implementação na íntegra que se deveu, de acordo com a análise swot, a uma falta de informação relativamente às entidades ligadas à cultura, a uma fraca informação turística que potencie a história local e a uma falta de investimento cultural sólida no Museu da Região Flaviense e por fim, a razão fulcral foi claramente motivada pela resistência por parte das entidades comerciais²¹².

Acrescente-se a relevância dos custos inerentes à aquisição de suporte e de elementos de segurança para a proteção dos objetos em exposição dado que os aderentes não pretendiam assumir os custos²¹³. Atualmente o centro histórico ainda apresenta espólio romano, sobretudo nos espaços públicos como a Câmara Municipal de Chaves, a Biblioteca Municipal de Chaves, o Arquivo Municipal de Chaves, o Serviço de Águas Livres²¹⁴.

2.5 Sinalização e acessibilidades

No centro histórico de Chaves, e praticamente em toda a malha urbanística de Santa Maria Maior, consolida-se a diferenciação de toponímia e de sinalética turística.

Para além da habitual sinalética turística cultural referente à normalização das regras do código da estrada e a maior restrição de trânsito de automóvel nas principais ruas emblemáticas do centro histórico da cidade é relevante a informação relativa à *Red de Turismo Cultural Galaico*

²¹⁰ Projeto Chaves, Chaves, Cidade – Museu (formato pdf). Acedido através do Chefe da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, arquiteto António Malheiro por transmissão de técnico superior Jorge Leite no dia 6 de Junho de 2017.

²¹¹ Projeto Chaves, Chaves, Cidade – Museu (formato pdf). Acedido através do Chefe da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, arquiteto António Malheiro por transmissão de técnico superior Jorge Leite no dia 6 de Junho de 2017.

²¹² Depoimento de Jorge Leite, Técnico Superior de Setor de Museus, 7 de Julho de 2017, suporte eletrónico.

²¹³ Depoimento de Jorge Leite, Técnico Superior de Setor de Museus, 7 de Julho de 2017, suporte eletrónico.

²¹⁴ “A cidade de Chaves vai ser um museu vivo”, *Diário Atual*, 26 de Julho de 2013.

– *Portuguesa*, projeto de cooperação transfronteiriça concebido para criar um produto turístico sustentável e competitivo.²¹⁵ Deste modo, dentro do centro histórico da cidade há a indicação dos museus, enquadrando o Museu da Região Flaviense numa rede museológica municipal com os núcleos de Pré- Arqueologia e História, Museu Militar e Museu de Arte Sacra, que se caracterizam por uma proximidade significativa em que o acesso é feito de forma pedonal²¹⁶.

No que concerne ao património cultural foi definido um conjunto de critérios de qualidade e requisitos de sinalização para os museus pertencentes à *Red de Turismo Cultural*. Deste projeto percecionam-se os sinais direcionais de estrada e dentro do próprio município²¹⁷.

Os projetos de valorização/musealização são feitos numa articulação com as preocupações no domínio de conservação e da interpretação testemunhada pela estratégia de aplicação de sinalização existente na *Red*. No caso de Chaves as duas estratégias sinalizadoras coexistem, verificando-se uma harmonia entre as ruas emblemáticas, onde subsiste a sinalética relativa às entidades museológicas (Museu da Região Flaviense, Museu de Arte Sacra, Museu Militar e Museu Ferroviário)²¹⁸.

Os locais de existência de sinalética para a entidade museológica, dedicada ao património em estudo dentro da freguesia de Santa Maria Maior são: Rua Direita, Travessa das Caldas/Rua de Santa Maria, Largo de Camões/Largo Caetano Ferreira, Rua de Infantaria, Postigo das Caldas, Escadas dos Manos (Rua 25 de Abril) Rua da Trindade (Largo da Trindade)²¹⁹. Na entrada da Ponte Romana, na freguesia de Madalena há uma indicação da respetiva entidade museológica²²⁰. Dado a diversidade e multiplicidade de sinalética é relevante anunciar a sinalização coesa feita pelo projeto *Red Cultural Galaico- Portuguesa*²²¹.

²¹⁵ *Red de Turismo Cultural Galaico – Portuguesa. Apresentação, Situação actual ações desenvolvidas e perspetivas de futuro* (2005) Antar Taller de Estrategias Creativas, S. L, suporte powerpoint, cedido a 6 de Junho de 2017.

²¹⁶ *Red de Turismo Cultural Galaico – Portuguesa. Apresentação, Situação actual ações desenvolvidas e perspetivas de futuro* (2005) Antar Taller de Estrategias Creativas, S. L, suporte powerpoint, cedido a 6 de Junho de 2017

²¹⁷ Locais de seleção de sinalética no Centro Histórico da Cidade, *Red de Turismo Galaico- Portuguesa*, Museu da Região Flaviense, Arquivo Interno do Arquiteto António Malheiro, Chefe de Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, cedido a 1 de Junho de 2017.

²¹⁸ Locais de seleção de sinalética no Centro Histórico da Cidade, *Red de Turismo Galaico- Portuguesa*, Museu da Região Flaviense, Arquivo Interno do Arquiteto António Malheiro, Chefe de Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, cedido a 1 de Junho de 2017.

²¹⁹ Locais de seleção de sinalética no Centro Histórico da Cidade, *Red de Turismo Galaico- Portuguesa*, Museu da Região Flaviense, Arquivo Interno do Arquiteto António Malheiro, Chefe de Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, cedido a 1 de Junho de 2017.

²²⁰ Locais de seleção de sinalética no Centro Histórico da Cidade, *Red de Turismo Galaico- Portuguesa*, Museu da Região Flaviense, Arquivo Interno do Arquiteto António Malheiro, Chefe de Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, cedido a 1 de Junho de 2017.

²²¹ Chaves, C.M., 2009, *Renovação do Imobiliário do Centro Histórico da Cidade*, informação cedida por Eng. Abel Peixoto, Câmara Municipal de Chaves no dia 1 de Junho de 2017.

A renovação do imobiliário do centro histórico a partir de 2009 coincidiu com a aplicação de sinalética dos monumentos, em que se revela o imaginário romano: o Museu da Região Flaviense, a Ponte Romana do Trajano, as Termas Mediciniais Romanas (*Aquae Flaviae*) e também a actual Termas de Chaves na Alameda do Tabolado²²². Da sinalética dos monumentos dentro do centro histórico existem três placares informativos: Rua Direita/Largo de 8 de Julho, frente ao Hotel Forte São Francisco e no Largo do Arrabalde²²³. (Figura 4.2 e 5.2)

No entanto também foi encontrado um placar informativo na Rua de Joaquim José Delgado, relativamente perto das Termas de Chaves²²⁴. Deste modo, a sinalética patrimonial encontra-se dispersa mas apoiada pela sinalética turística-cultural: ²²⁵



FIGURA 4.2 E 5.2 PLACARES DE SINALÉTICA DE MONUMENTOS. FOTO DA AUTORA COM BASE NO MAPA DO PROJECTO "RENOVAÇÃO DO IMOBILIÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES (2009)"

²²² Chaves, C.M., 2009, "Peças desenhadas", *Renovação do Imobiliário do Centro Histórico da Cidade*, informação cedida por Eng. Abel Peixoto, Câmara Municipal de Chaves no dia 1 de Junho de 2017.

²²³ Chaves, C.M., 2009, *Renovação do Imobiliário do Centro Histórico da Cidade*, informação cedida por Eng. Abel Peixoto, Câmara Municipal de Chaves no dia 1 de Junho de 2017.

²²⁴ Chaves, C.M., 2009, *Renovação do Imobiliário do Centro Histórico da Cidade*, informação cedida por Eng. Abel Peixoto, Câmara Municipal de Chaves no dia 1 de Junho de 2017.

²²⁵ Chaves, C.M., 2009, *Renovação do Imobiliário do Centro Histórico da Cidade*, informação cedida por Eng. Abel Peixoto, Câmara Municipal de Chaves no dia 1 de Junho de 2017 de 2017.

2.6 Divulgação e Comunicação

O Município de Chaves tem diversos instrumentos de comunicação desde o Boletim Municipal à Agenda Cultural, passando pela utilização dos serviços da *Voz de Chaves*²²⁶/*Diário Atual*²²⁷, às publicações da associação cultural *Aquae Flaviae*²²⁸.

	Eventos	Data	Organização:
Eventos culturais de temática romana	Desfile de Carnaval – “Chaves Romana”	fevereiro 2015	Município de Chaves e Escolas do Concelho
	AQVAE VITAE – Queima e Renasce	novembro 2015	Associação Projeto Enraizarte e Município de Chaves
	Aquae Vitae – Chaves Romana	março de 2015	Associação Projeto Enraizarte e Município de Chaves
	Concurso Guarda – Roupas Galaicas – Romano em Chaves” – Exposição	12 e 18 de junho de 2015	Município de Chaves
	Desfile de Moda Galaica – Romano	27 de junho de 2015	Município de Chaves
	Festa dos Povos – Chaves Romana	agosto de 2011	Município de Chaves
	Jogos Populares de Aquae Flaviae	20 e 21 de agosto de 2016	Município de Chaves
	Festa dos Povos	19/20/ 21 de agosto de 2016	EHATB e Município de Chaves
	Aquae Vitae – O Despertar dos Povos”	19 a 21 de agosto	EHATB e Município de Chaves
	AQVAE VITAE – Devaneios	30 de abril de 2017	EHATB e Município de Chaves
	Exposição	Exposição “2000 anos” Arquivo Municipal de Chaves	11 de agosto de 2015
Conferências	Symposium Aquae: Cidades Termas no Império Romano” ²²⁹	16/17/18 de abril de 2014	Município de Chaves
	Ciclo de Conferências – Chaves como Destino: Museu das Termas Romanas de um parque estacionamento a um achado singular	29 de setembro de 2016	Município de Chaves

QUADRO 14.2. EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, ADAPTADO PELA AUTORA A PARTIR DA AGENDA CULTURAL DE 2016 E “A VOZ DE CHAVES – ALTO TÂMEGA E BARROSO/ DIÁRIO ATUAL”.

²²⁶ Informação disponível em www.avozchaves.pt, acessado a 12 de Junho de 2017.

²²⁷ Informação disponível em www.diarioatual.com, acessado a 12 de Junho de 2017.

²²⁸ Informação disponível em <http://www.grupoculturalaquaeFlaviae.pt/>, acessada a 13 de Junho de 2017.

²²⁹ Panfleto, Mapa Chaves- Verín, visit Chaves- Verín, a Eurocidade da Água, versão portuguesa.

Evidencia-se o imaginário romano sobretudo na Festa dos Povos que decorre geralmente no período da última quinzena de Agosto²³⁰. Dos eventos culturais cuja temática se concentra no legado romano sintetiza-se e destaca-se no mencionado quadro 14.2.

No Posto de Turismo aposta-se essencialmente na potencialidade das Caldas de Chaves, salientado a vertente do Turismo de Saúde. Aqui, entre 2015 e 2017, entraram no primeiro ano, 6050 visitantes e 2016 registou um aumento para 6878 visitantes; desde de Janeiro a Maio de 2017 registaram-se 1691 visitantes.²³¹

É através do Posto de Turismo no Terreiro da Cavalaria que se percebe o tipo de estratégia de divulgação e comunicação decisiva face ao termalismo e turismo, desencadeado sobretudo pelo projeto Eurocidade. Neste ano, 2017 foi fomentado à larga escala e a nova localização do mesmo, dentro do edifício do Museu da Região Flaviense, testemunha a relação que Chaves procura entre as dinâmicas de valorização patrimonial e os processos turísticos. Relativamente aos valores patrimoniais romanos o Posto de Turismo de Chaves aposta na comunicação do percurso “Passeio Urbano de Chaves”, em que a partir do lado oposto de Santa Maria Maior, começa na freguesia de Madalena, com a travessia da Ponte Romana e de seguida pelas ruas emblemáticas do centro histórico, passando pelas Termas Medicinais Romanas, pelo Museu da Região Flaviense, pelos monumentos medievais, pela Alameda do Tabolado: “Chaves Termas & Spa”, pela Fonte do Povo e por outros sítios emblemático como Museu Contemporâneo de Nadir Afonso²³².

Numa outra vertente o Posto de Turismo comunica fortemente outros dos elementos identitários de Chaves, a água medicinal, testemunhado por exemplo na parceria Eurocidade Chaves – Verín – “A Eurocidade da Água”, sendo que se reflete na junção de cidades transfronteiriças de Chaves e Verín²³³ (Figura nº 6.2).



FIGURA 6.2. EUROCIDADE DA ÁGUA, CHAVES – VERÍN. FONTE: SITE INSTITUCIONAL DE EUROCIDADE CHAVES - VERÍN

²³⁰ Informação disponível em www.chaves.com, consultado em 11 de Junho de 2017.

²³¹ Roteiros turísticos, Chaves- Verín, visit Chaves- Verín, a Eurocidade da Água, versão portuguesa, suporte: panfleto.

²³² Roteiros turísticos, Chaves- Verín, visit Chaves- Verín, a Eurocidade da Água, versão portuguesa, suporte: panfleto.

²³³ Roteiros turísticos, Chaves- Verín, visit Chaves- Verín, a Eurocidade da Água, versão portuguesa, suporte: panfleto.

CAPÍTULO 3 – Identificação dos impactos das ações no património

3.1. Análise das dinâmicas de crescimento do Centro Histórico

Perceciona-se um esforço por parte do Município de Chaves em dotar de maiores condições o centro histórico da cidade, com reforço do investimento em património cultural, como forma de contribuir para o fomento turístico²³⁴.

Na freguesia de Santa Maria Maior localizam-se a maior parte dos elementos do domínio cultural, sobretudo a presença das entidades museológicas dentro do perímetro desta área urbana.²³⁵ (Quadro 15.3.)

Domínio cultural (património)	Tipo de despesa	Despesas em património cultural (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de despesa e Domínio cultural (património); Anual		
		2015	2014	2013
Museus	Despesas correntes	103322	177873	130921
	Despesas de capital	48345	783400	183427
Monumentos, centros históricos, sítios protegidos	Despesas correntes	0	0	159
	Despesas de capital	1046	14503	1810801
Sítios arqueológicos	Despesas correntes	102401	109029	111734
	Despesas de capital	0	0	0
Património imaterial	Despesas correntes	0	7434	0
	Despesas de capital	0	0	0
Outras atividades não especificadas	Despesas correntes	43917	0	0
	Despesas de capital	14372	0	0

QUADRO 15.3. DESPESAS EM PATRIMÓNIO CULTURAL DE CHAVES- SANTA MARIA MAIOR, INE (2013), INQUÉRITO AO FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS, CRIATIVAS E DESPORTIVAS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS.

As preocupações parecem centrar-se no aumento da melhoria da qualidade de vida dos habitantes do CH. De acordo com o *Estudo de Caracterização de População e Habitação* há um contrabalanço a todos os níveis no funcionamento do padrão da comunidade, nomeadamente na própria estrutura do seio e composição das famílias. A nível de mudanças da estrutura etária da população residente é exemplificativo o envelhecimento da população residente²³⁶.

²³⁴ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Actividades económicas – Serviços/Turismo*, p. 15.

²³⁵ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Actividades económicas – Serviços/Turismo*, p. 67.

²³⁶ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de População e Habitação*, p. 13.

Porém verifica-se um aumento contínuo da longevidade da população, estando o valor médio em 75 ou mais anos. Para além disso, há uma mudança a nível da dinâmica económica e de emprego no município. A conclusão do estudo da população infere uma melhoria generalizada das condições de habitação. Para além disso, a atividade económica e a introdução do emprego é uma medida de coesão social e territorial²³⁷. De acordo com o Quadro 15.3. relativamente aos anos entre 2013 e 2015, houve uma evolução a nível de despesas que aponta para um menor investimento financeiro nos domínios culturais. No caso dos museus prevê-se uma descida gradual, relevante no domínio da despesa no âmbito do centro histórico, sítios protegidos e monumentos, sendo uma descida significativa relativamente ao ano de 2013.

O centro histórico de Chaves tem um conjunto de potencialidades capazes de contribuir para a sua revitalização. Ao tecido comercial junta-se o pertinente comércio ambulante e itinerante²³⁸. Dai a importância da sua dinamização por parte da autarquia e da ACISAT (Associação Empresarial do Alto Tâmega) através dos Projetos Especiais de Urbanismo Comercial que visam a modernização das atividades empresariais multifuncionais e de desenvolvimento económico, social e cultural.

Desde de 1998 tem sido feito uma programação através do “Projecto Especial de Urbanismo Comercial”. Este constitui um instrumento estratégico de planeamento no conceito “centro comercial em céu livre”. Em 2007 foi constituída uma associação, ProCentro – Associação para a promoção do Centro Urbano de Chaves, que tem como missão o acompanhamento do centro urbano, zelando pelos interesses dos privados e também pelo cumprimento da legislação. Para além disso, tenta também revitalizar o centro histórico através da modernização dos vários serviços, visando a inversão do seu declínio²³⁹.

Na freguesia de Santa Maria Maior, o dinamismo marca-se pela variante comercial, pelo polo turístico termal, pelos serviços de hotelaria e de atividades turísticas bem como pela cooperação transfronteiriça²⁴⁰. Algumas das principais atrações turísticas do centro são a “Rota Termal da Água”, que recorre à representatividade da água das atuais Termas de Chaves e Termas de Vidago e também o “Circuito Urbano Chaves”, uma visita aos principais pontos do património cultural existente na região²⁴¹. Chaves ocupa assim um papel central, na estrutura económica, comercial e turística do Alto Tâmega, sendo perceptível a estrutura comercial dominante mantendo contudo uma dependência do setor primário. Derivado à multiplicidade e crescimento galopante de diversos estabelecimentos comerciais, ocorre por sua vez uma diminuição dos espaços de habitação e um forte aumento do sector terciário e escassez de

²³⁷ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas e serviços/turismo*, p. 7

²³⁸ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas e serviços/turismo*, p. 16

²³⁹ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas e serviços/turismo*, p. 16

²⁴⁰ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas e serviços/turismo*, p. 66

²⁴¹ *Quadro de Ordenamento Prévio*, 2015: 59.

locais de estacionamento²⁴². É também evidente o crescimento do sector da hotelaria dentro do centro histórico da cidade e também o aumento gradual do comércio internacional. São essencialmente as potencialidades do centro de Chaves enquanto polo turístico que são vistas como uma grande aposta, tal como é evidenciado no *Estudo de Caracterização de Atividades Económicas Turísticas*.²⁴³

“O município de Chaves assume-se como o principal polo turístico do interior norte de Portugal. Esta posição deve-se sobretudo à procura dos fins terapêuticos das águas termais existentes na região que converteram a rede de termas do Alto Tâmega numa referência a nível nacional.”²⁴⁴

Chaves apresenta uma tendência de desenvolvimento no âmbito do crescimento das cidades médias portuguesas das áreas fronteiriças, o que confere uma uniformidade à rede urbana da Península Ibérica.²⁴⁵ Por sua vez, este dinamismo das cidades, confere um estímulo às trocas comerciais, à expansão do turismo e à cooperação cultural²⁴⁶:

“Também a cooperação transfronteiriça tem vindo a contribuir para a criação e dinamização de novos espaços museológicos incluídas em rotas transfronteiriças temáticas de Galiza e Norte de Portugal, no âmbito da Rede de Turismo Cultural Galaico- Portuguesa, de modo a conhecer a fundo a identidade cultural deste território transfronteiriço.”²⁴⁷

3.2. Análise das estruturas museológicas

As estruturas museológicas em Chaves têm vindo a evoluir ao longo do tempo, desde a mais antiga entidade museológica – Museu da Região Flaviense - até à mais recente – Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso.

Entre o período de 2012 a 2015 identificam-se mudanças no número de museus: 2012 e 2013 o Museu da Região Flaviense e o Museu Militar, seguidos pelo Museu de Arte Sacra. Num momento posterior, há uma diminuição de infraestruturas museológicas, motivada por fecho ou falência, mas ainda por compreender um tipo de gestão diferenciado a nível museológico – Rede de Museus Municipais.

A sede dos Museus Municipais é no Museu da Região Flaviense, sendo atualmente composto cinco núcleos: Pré-História e Arqueologia (Museu da Região Flaviense), Militar, Ferrovia e Etnografia na região de Mairos. Em 2016 foi inaugurado o Museu da Arte

²⁴² Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas e serviços/turismo*, p. 20

²⁴³ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas - Comércio e Serviços*, p.42

²⁴⁴ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas – Comércio e Serviços*, p.42.

²⁴⁵ Relatório do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNOT), 2016,p. 25.

²⁴⁶ Relatório do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNOT), 2016, p. 25.

²⁴⁷ Chaves, C.M., 2015, *Estudo de Caracterização de Atividades económicas e serviços/turismo*, p. 66

Contemporânea Nadir Afonso, daí não constar a nível estatístico, e também não é mencionado o Museu das Termas Mediciniais Romanas de Chaves por ainda não estar concluído e aberto para fruição. (Quadro 16.3.)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Museus (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual			
	Período de referência dos dados			
	2015	2014	2013	2012
	N.º	N.º	N.º	N.º
Chaves	1	1	3	2

QUADRO 16.3 EVOLUÇÃO DOS MUSEUS DE CHAVES. FONTE: INE, 2013, “MUSEUS (N.º) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS)”, *INQUÉRITO AOS MUSEUS*.

A parte mais antiga da cidade testemunha uma maior quantidade de valores patrimoniais²⁴⁸. Seguindo este modelo, as entidades museológicas em Chaves estão maioritariamente localizadas na freguesia de Santa Maria Maior; que atualmente remetem para uma disposição geográfica relativamente aproximada dos edifícios públicos do centro histórico.

No domínio da arqueologia existem atualmente grandes polos museológicos referentes ao legado romano na freguesia de Santa Maria Maior: Museu das Termas Mediciniais Romanas, Ponte Romana do Trajano e as colunas comemorativas, o Núcleo de Pré-História e Arqueologia do Museu da Região Flaviense e a *Exposição 2000 anos* patente no Arquivo Municipal de Chaves. Apesar de não haver uma total certeza relativamente ao progresso do Museu da Região Flaviense e de outros espaços dedicados à salvaguarda do património romano, podemos ter uma perceção geral do cenário dos visitantes em Chaves, a partir dos resultados de controlo de visitantes em todos os núcleos da rede de museus municipais.

No período entre 2012 e 2015, em termos de visitantes de museus por habitante, revela-se uma participação reduzida, sendo que aumenta ligeiramente em 2013 e por fim nos anos 2014 e 2015 não é possível analisar os dados por inexistência dos mesmos.

Em contrapartida, em termos de visitantes estrangeiros por museus revela-se um aumento de 3755 pessoas para 6954 pessoas, o que significa um aumento de fluxo de 3 199 pessoas entre o ano de 2012 e 2013. Relativamente aos anos de 2014 e 2015 não existem valores relativos ao fluxo de visitantes dos museus. Em termos de grupos de visitantes escolares revê-se uma descida de 2369 pessoas em 2012 para 1185 em 2015. Em suma, constata-se um impacto ligeiro em termos de controlo de visitantes entre 2012 e 2015.

²⁴⁸ Gomes, 2014: 317.

a) Museu da Região Flaviense

O Museu da Região Flaviense é a sede da Rede Municipal de Museus, e aqui se acolhe o núcleo de Pré-História e Arqueologia. No entanto, no seguimento da lógica de um único espaço museológico, em 1978 foi apresentada a empreitada da instalação do museu no atual edifício, e que viria substituir o Museu Regional criado em 1922²⁴⁹, provisoriamente instalado no edifício da Câmara Municipal, ficando as despesas de instalação e a conservação a cargo da autarquia²⁵⁰.

No final do ano de 1993, face às exigências da modernidade e à escassez do espólio, foi requisitada uma mudança ou reformulação do Museu da Região²⁵¹.

Assim iniciou-se um novo ciclo criando-se a Comissão de Reformulação do Museu da Região Flaviense, com projeto arquitetónico de Manuel Furtado Mendonça ²⁵² e projeto museológico de Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Sobral Centeno. No entanto o controlo estatístico de visitantes neste Museu apenas aconteceu a partir de maio de 2003, com alguns hiatos em alguns anos²⁵³. (Figura nº 7.3)

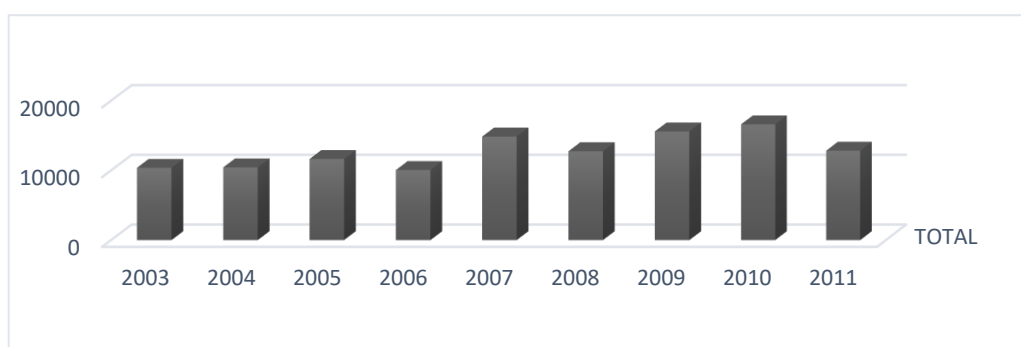


FIGURA 7.3 EVOLUÇÃO DE VISITANTES - NÚCLEO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA - MRF, MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE, REDE DE MUSEUS MUNICIPAIS DE CHAVES

De acordo com a evolução a nível genérico de visitantes, sem especificar a tipologia, revê-se um aumento significativo sobretudo no ano de 2007 e 2010 comparado com os anos iniciais de controlo²⁵⁴. No entanto, também é demonstrativo e significativa a descida entre 2005 e 2007. Apesar de não estar a demonstrar valores brutos de números de pessoas, é perceptível uma descida acentuada, que novamente acontece em 2008. Mesmo com a quebra em 2008, verifica-se porém, que há uma subida gradual do número de visitantes no Museu entre 2008 e 2010.

²⁴⁹ Decreto n.º 8410 de 6 de Outubro de 1922.

²⁵⁰ Roteiro da Exposição do Museu da Região Flaviense, 2005: 9.

²⁵¹ Roteiro da Exposição do Museu da Região Flaviense, 1998: 8.

²⁵² Roteiro da Exposição do Museu da Região Flaviense, 2005: 9.

²⁵³ Como é o caso do ano de 2011 em que não existem dados relativamente ao mês de Outubro, Novembro e Dezembro. *Museu da Região Flaviense - Rede de Museus Municipais (inativo), Serviço Educativo, Estatísticas*, consultado em 1 de julho de 2017.

²⁵⁴ *Museu da Região Flaviense - Rede de Museus Municipais, Serviço Educativo, Estatísticas*, acedido a 2 de Julho de 2017.

De seguida, no ano de 2011, de janeiro a setembro, foram contabilizadas 12829 visitantes não sendo totalmente passiva de interpretação esta descida, uma vez que não foi registado o último trimestre do referido ano.

Numa lógica de estudar a evolução refira-se os dados existentes entre 1990 e 2004 relativamente ao número de visitas no Museu da Região Flaviense e no Museu Militar.²⁵⁵ Os anos em que se verificam os valores mais altos coincidem com a fase posterior à da criação e estudo por parte da Comissão de Reformulação do Museu da Região Flaviense e também com a criação do primeiro roteiro da exposição permanente “Museu da Região Flaviense Da idade dos Metais à Romanização”²⁵⁶.

Relativamente ao ano de 2016, a informação foi disponibilizada pelo serviço de balcão do Museu da Região Flaviense, e permite caracterizar a quantidade e tipologia de visitantes. Face à tipologia de visitantes (Figura 8.3), são maioritariamente da comunidade portuguesa; de origem estrangeira revela-se a entrada de 2057 pessoas e 1064 pessoas ligadas ao concurso do município. Os visitantes mais representativos enquadram-se na faixa etária de 65 anos ou mais e nos jovens entre 4-18 anos (muito associado aos públicos escolares).

Há ainda uma representatividade da utilização do cartão jovem, com 276 pessoas que usufruíram do espaço físico, utilizando este suporte. No que diz respeito à comunidade escolar, os alunos do 1º ciclo e do 7º e 8º anos são os que mais afluem ao Museu, sendo menos representativos os alunos do Pré-Escolar, 5º e 6º ano, 9º e Ensino Secundário.

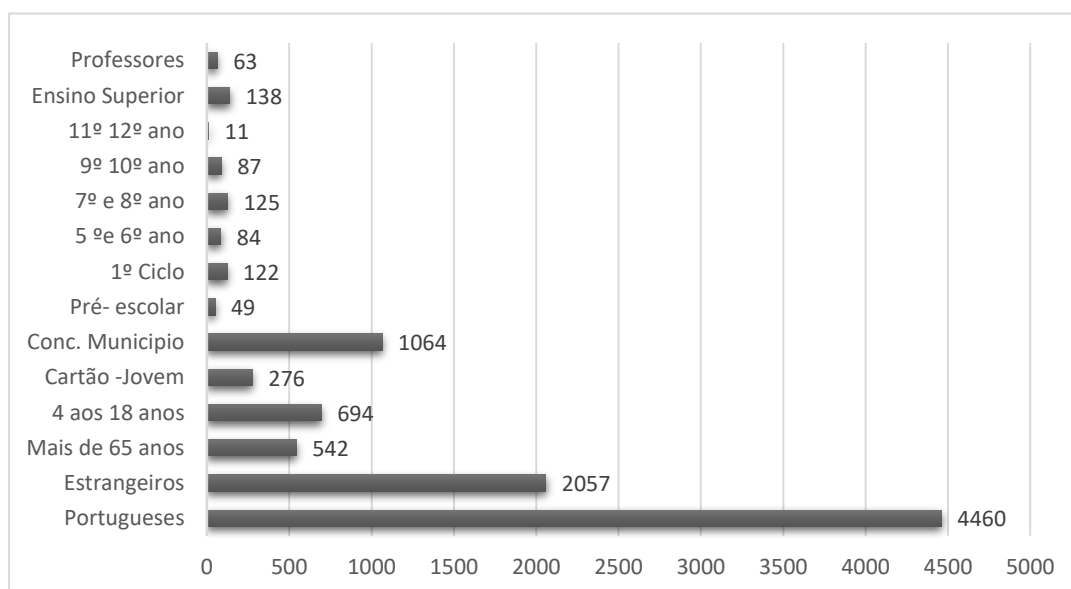


FIGURA 8.3 VISITANTES DO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE POR TIPOLOGIA EM 2016. FONTE: MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE - NÚCLEO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA.

²⁵⁵ Chaves, C.M. de (s/data), *Diagnóstico Social Concelhio*, p. 185

²⁵⁶ *Roteiro da Exposição do Museu da Região Flaviense. Da Idade dos Metais à Romanização*, 2005, 3ª edição.

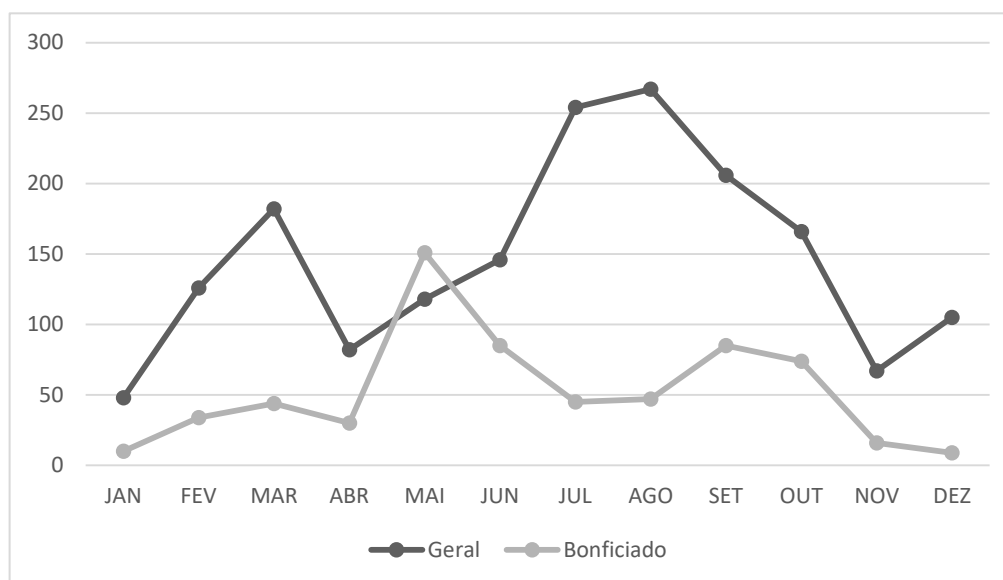


FIGURA 9.3 CONTROLO DE BILHETERIA DO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE EM 2016, FONTE: MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE- NÚCLEO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA.

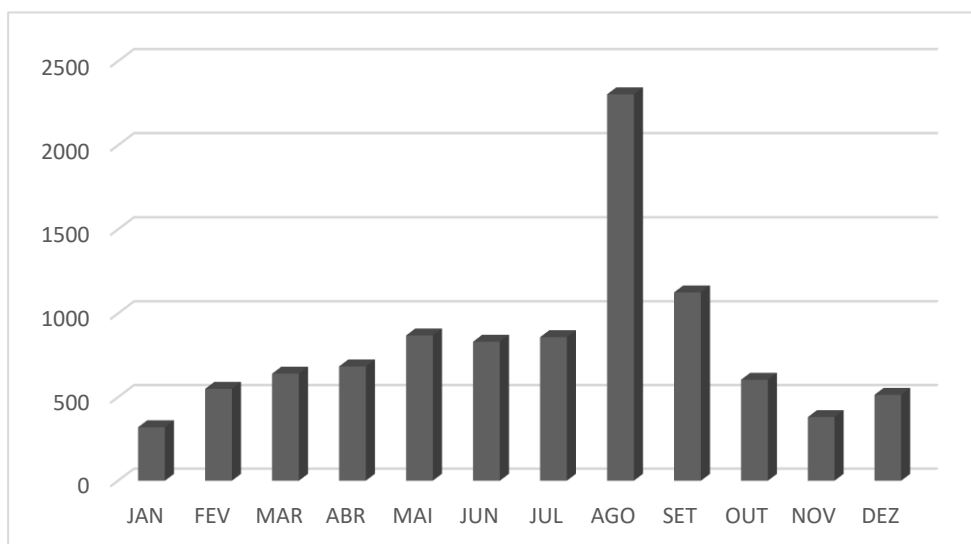


FIGURA 10.3. CONTROLO MENSAL DE VISITANTES AO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE. FONTE: MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE - NÚCLEO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA.

Em relação à quantidade de visitantes verifica-se uma evolução gradual entre janeiro a maio e uma descida pouco expressiva e estável entre junho e julho e de seguida a subida acentuada em agosto, para descer, progressivamente, até dezembro. Neste mês, o Museu regista uma ligeira subida do n.º de visitantes (figura 9.3). Relativamente à quantidade de bilhetes vendidos (Quadro 9.3) no ano de 2016 foram vendidos 2397 bilhetes no Museu da Região Flaviense. Deste número, 1767 correspondem à bilheteira geral e 630 à bilheteira bonificada (descontos para estudantes/idosos etc).

Uma comparação com a evolução mensal permite verificar, em termos de bilheteria geral, um aumento entre janeiro e março e uma descida abrupta de março para abril. A partir de maio, a

venda de bilhetes segue em crescendo até agosto, para de novo se refletir numa queda que se prolonga até novembro; apenas em dezembro há um ligeiro aumento do n.º de bilhetes vendidos. Face à bilheteria bonificada revela-se ser mais elevada entre abril a maio e agosto a setembro e também revela uma descida significativa entre outubro a dezembro.

Deste modo, conclui-se que há uma disparidade da venda de bilheteria face às épocas de maior fluxo de visitantes (Quadro 9.3.). Assim, paralelamente ao gráfico de bilheteria em geral e de entradas de controlo diário é demonstrativo a relevância do número de visitantes verificadas no mês de agosto (Figura nº10.3). O que explica para ascensão a pique de entradas de visitantes do mês agosto no Museu da Região Flaviense? A resposta pode advir do facto de ser uma época festiva no município, com dois grandes eventos que celebram a cidade de Chaves: a Feira do Pastel (5 a 7 de Agosto) e a Festa dos Povos – *Aquae Flaviae* (19 a 21 de Agosto), isto para o ano de 2016²⁵⁷.

b) Exposição 2000 anos – Arquivo Municipal de Chaves

No Arquivo Municipal de Chaves, a *Exposição de 2000 anos*, de acordo com os serviços responsáveis bem como o Arqueólogo Rui Lopes ²⁵⁸, tem recebido um afluxo acentuado de visitantes que procuram sobretudo visitas guiadas, especialmente as escolas regionais e nacionais e também de outros tipos de grupos como empresas turísticas e universidades seniores²⁵⁹. Esta exposição, especialmente vocacionada para o público escolar²⁶⁰ contém um nível de comunicação mais orientado para uma vertente educacional em que remete ao quotidiano do período romano, medieval e contemporâneo, passando pelos vários patamares de evolução cronológica do sítio intervencionado²⁶¹.

A *Exposição 2000 anos de História* foi inaugurada em 11 de Agosto de 2015, uma opção estratégica por parte da autarquia derivado à proximidade do evento da Festa dos Povos de *Aquae Flaviae*.

As visitas guiadas são efetuadas pelos técnicos superiores de arqueologia através de marcação de reserva sendo a entrada gratuita²⁶². A *Exposição de 2000 Anos de História!* tem controlo de visitantes em 2016 e parte de 2017²⁶³. Do início da exposição até ao final de 2015

²⁵⁷ Chaves, C.M., 2016, *Agenda Cultural, Agosto de 2016*, consultado em 2 de Julho de 2017.

²⁵⁸ Arqueólogo Rui Lopes, Técnico Superior de Arqueologia da Câmara Municipal de Chaves. Atualmente também faz visitas guiadas à *Exposição 2000 anos* patente no Edifício do Arquivo Municipal de Chaves.

²⁵⁹ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtida por via eletrónica em 19 de Abril de 2017.

²⁶⁰ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtida por via eletrónica em 19 de Abril de 2017.

²⁶¹ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtida por via eletrónica em 19 de Abril de 2017.

²⁶² Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtida por via eletrónica em 19 de abril de 2017.

²⁶³ Os dados foram disponibilizados, por via eletrónica, pela Assistente Técnica Administrativa do arquivo Municipal, Olga Paulo, no dia 8 de junho de 2017.

não há dados para serem estudados. Em 2016 visitaram esta exposição 692 pessoas, enquanto no ano de 2017 entre janeiro e março foram registados 83 visitantes²⁶⁴.

3.3. Reflexo das ações no património romano edificado

Os valores patrimoniais romanos existentes na freguesia de Santa Maria Maior materializam a romanização no Noroeste Peninsular²⁶⁵. O património classificado totaliza 28 registos, independentemente da tipologia/categoria, o que significa uma pequena percentagem em relação ao património do Município de Chaves²⁶⁶.

No domínio do património arqueológico romano são classificadas três infraestruturas arquitetónicas, sendo duas consideradas Monumento Nacional e a terceira considerada como Imóvel de Interesse Público²⁶⁷.

Assim dado o conjunto do legado romano patente em toda a malha urbanística, será que é dado uma efetiva relevância à valorização deste património?

Esta questão vai de encontro à necessidade contínua de inventariação do património arqueológico, em constante desenvolvimento desde da década de 80 do século XX até aos dias de hoje. Destacam-se dois momentos cronológicos relativamente ao processo de reconhecimento oficial da importância dos vestígios romanos de Chaves e ao reconhecimento da necessidade da sua salvaguarda: no início do século XX, classificam-se em 1910 (Decreto e 23 de Junho de 1910) a Ponte Romana e as Colunas comemorativas.

Na década de 80, a partir de ações de inventariação e escavação arqueológica com o desassoreamento do rio, é revisto um padrão de conduta que mantém alguma continuidade nessa década²⁶⁸ e que resulta na publicação de Editais com a lista do património classificado, bem como as suas zonas de proteção²⁶⁹.

Novas classificações acontecem em 2004, 2006, de 2008 e o destaque para a categoria de monumento nacional em 2012²⁷⁰. De seguida, é retratada a classificação e a intervenção dentro do centro histórico da cidade (Quadro 17.3.):

²⁶⁴ Depoimento do arqueólogo Rui Lopes, obtida por via eletrónica em 19 de abril de 2017.

²⁶⁵ “Chaves ganha novo monumento nacional”, *Diário Atual*, 12 de Dezembro de 2012.

²⁶⁶ Resultados a partir da análise de pesquisa do *síte* institucional da Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

²⁶⁷ Estudo de Caracterização do Património Arquitetónico, PDM, 2015: 18.

²⁶⁸ De acordo com o Jornal A Voz de Chaves – Alto Tâmega e do Barroso, entre 1980 e 1989.

²⁶⁹ “Edital”, *Notícias de Chaves – Jornal do Alto Tâmega e do Barroso*, 10 de Março de 1989.

²⁷⁰ “Chaves ganha novo monumento nacional”, *Diário Atual*, 14 de Dezembro de 2012.

Sítios arqueológicos	Ação	Executor		Ano	Decreto
Ponte do Trajano e as colunas comemorativas	Classificação como Monumento Nacional	Estado Português		1910/ 1938	Decreto de 16-6-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910 Decreto nº 28 536, DG, 1ª série, nº 66 de 22-03-1938 Decreto-lei 106F/92, DR, 1.ª série A, n.º 126; 1992
	Desassoreamento do rio remoção do lajeado da Ponte Romana	Câmara Municipal de Chaves		1980 - 1982	
	Tutela do património construído	Instituto do Património Arqueológico e Arquitetónico		1992	
	Relocalização/ Identificação do achado arqueológico	Relocalização, identificação e inspeção de sítios pela Extensão do IPA - Macedo de Cavaleiros		2006	
	Requalificação do Pavimento da Ponte Romana	“Requalificação do Pavimento e das Infraestruturas da Ponte Romana – Chaves – Travessia da Conduta sob o Rio Tâmega na Ponte Romana.”		2008	
Museu das Termas Medicinai Romanas (Aquae Flaviae)	Escavações arqueológicas	Câmara Municipal de Chaves	Arqueologia e Património	2006	Decreto nº 31-H/2012, DR, 1ª Série, nº 252 de 31-12
	Construção do edifício que abriga as Termas Romanas	Operação “Salvaguarda e Musealização do Património”		2006 - 2012	
	Classificação como Monumento Nacional	DGPC		2012	
	Musealização do espaço arqueológico	Operação “Conservação, protecção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” Norte 2020		2018	

QUADRO 17.3 EVOLUÇÃO INTERVENIONISTA DO PATRIMÓNIO ROMANO EDIFICADO. FONTE: IPA, DGPC E PORTAL DO ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS.

a) Ponte romana e as colunas comemorativas

Em 2008 introduzem-se medidas destinadas a minimizar os impactos no património: o trânsito condicionado e a requalificação do pavimento, sendo que se verifica nos periódicos nomeadamente em “A Voz de Chaves – O Jornal do Alto Tâmega e Barroso”, uma forte crítica perante os condicionalismos. Deste modo, de acordo com o artigo de opinião, “Mais uma vez: é proibido, mas pode-se fazer! Ponte Romana... Mal tratada!” do jornal mencionado, preconiza a acção descaracterizadora da ponte bem como o desuso das potencialidades como fonte turística:

“...não se entende porque desvaloriza a Ponte de Chaves porque não consta sequer da sinalética turística intra-urbana, porque não se disponibiliza mais informações sobre a história da ponte e suas vicissitudes, porque não se cria um circuito histórico romano que envolva a Ponte, os restantes monumentos de valor patrimonial e os vestígios recentemente descobertos nas escavações arqueológicas do Largo do Arrabalde.”²⁷¹

A Ponte Romana levou a uma grande discussão política e social que moveu a comunidade para a criação de iniciativas em prol do património edificado e da pedonalização, nomeadamente o movimento “Pont’ a Pé”²⁷².

De acordo com o 3.10 da Carta do ICOMOS, de 2003, relativamente aos Princípios para análise de conservação e restauro estrutural do património arquitetónico (*Principles for analysis conservation and structural restoration of architectural heritage*), das medidas curativas e controlo, a carta menciona o seguinte:

"As características dos materiais utilizados no trabalho de restauração (em particular os novos materiais) e sua compatibilidade com os materiais existentes devem ser totalmente estabelecidas. Isso deve incluir impactos a longo prazo, de modo que os efeitos colaterais indesejáveis sejam evitados.”²⁷³

Deste modo, complementando-se com este critério, a valorização do património arqueológico não se consolida somente à estética mas também à integridade dos componentes de construção específica da época.²⁷⁴

²⁷¹ “Mais uma vez: é proibido, mas pode-se fazer! Ponte Romana...Mal Tratada!!!”, *A Voz de Chaves – O Jornal do Alto Tâmega e Barroso*, 6 de Junho de 2008.

²⁷² “Pont’A Pé,Movimento Pont’a Pé”, *A Voz de Chaves – O Jornal do Alto Tâmega e Barroso*, 13 de Junho de 2008.

²⁷³ Tradução de: “The characteristics of materials used in restoration work (in particular new materials) and their compatibility with existing materials should be fully established. This must include long term impacts, so that und esirable side-effects are avoided. »

²⁷⁴ Artigo nº 1.3 de Critérios Gerais dos Princípios para a análise de conservação e restauro estrutural do património arquitetónico (2003)

Face à questão do trânsito automóvel, o Movimento “Pont’A Pé” ratifica a defesa da salvaguarda do centro histórico da cidade e do património edificado romano. Porém, há uma oposição²⁷⁵ que remete para a perda da travessia para a Madalena e que assenta numa função não apenas simbólica e identitária:

“A Ponte Romana é hoje para Chaves não só uma representação de simbolismo e identidade que normalmente o património dá aos territórios.”²⁷⁶

De acordo com a notícia de 13 de Junho de 2008, o Movimento Pont’A pé (figura 11.3) através de abaixo-assinado e *internet*, moveu uma ação para a proibição do trânsito automóvel. Deste modo, o ex-libris da cidade, Ponte Romana de Chaves esteve em constante debate²⁷⁷.

A interiorização da importância e significado do património arqueológico por parte da comunidade, permitiu uma ação intervencionista, eficaz e dominante perante as políticas tornando-se feliz para a salvaguarda e protecção do património. Atualmente a Ponte Romana de Trajano é utilizada para travessia pedonal²⁷⁸.

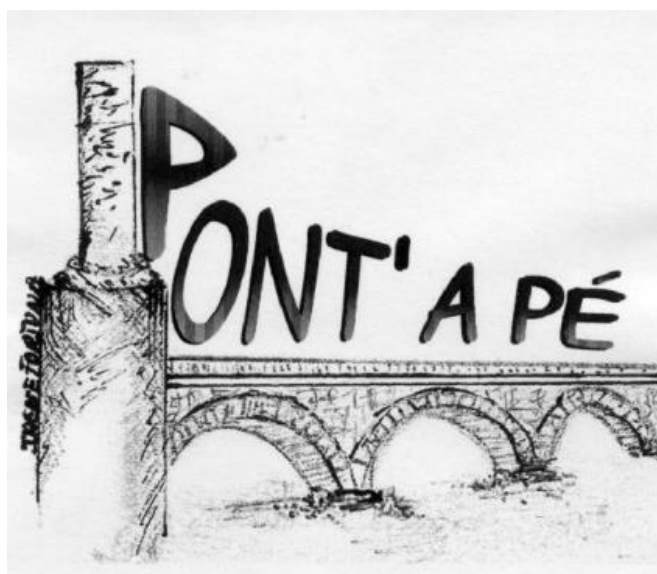


FIGURA 11.3. MOVIMENTO PONT'A PÉ. FONTE: “A VOZ DE CHAVES - O JORNAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO”, 13 DE JUNHO DE 2008.

²⁷⁵ “Queremos referendo concelhio para apurar a vontade do povo”, *A Voz de Chaves – O Jornal do Alto Tâmega e Barroso*, 23 de Maio de 2008.

²⁷⁶ “Transito na Ponte Romana divide a cidade”, *A Voz de Chaves – O Jornal do Alto Tâmega e Barroso*, 30 de Maio de 2008.

²⁷⁷ “Queremos referendo concelhio para apurar a vontade do povo”, *A Voz de Chaves – O Jornal do Alto Tâmega e Barroso*, 23 de Maio de 2008.

²⁷⁸ “A Ponte Romana”, *Diário Atual*, 14 de Outubro de 2011

b) Museu das Termas Mediciniais Romanas de Chaves (Aquae Flaviae)

Em 2006 foram realizadas as escavações no Largo do Arrabalde, onde foram encontrados vestígios arqueológicos, cuja qualidade de preservação viabilizou a ideia de construção de um espaço museológico²⁷⁹. Durante o período de conservação e construção do edifício, os vestígios foram classificados como Monumento Nacional, no entanto foi marcante a duração inerente ao processo de construção e musealização, sendo retomada a construção em 2013²⁸⁰.

Assim, tendo em vista o teor deste achado arqueológico, de acordo com o Arqueólogo Sérgio Carneiro, foi proposta a criação de uma rede: “Proyecto Aquae: red europea de ciudades termales romanas” que visa a cooperação municípios europeus com vestígios arqueológicos termalista.²⁸¹

De acordo com os depoimentos realizados com o sector de arqueologia foi reforçada a necessidade de maior divulgação dos conhecimentos nutridos pelo legado romano e a urgência da musealização dado à lenta degradação do achado que remete e especifica a qualidade do património flaviense. Daí a importância da consciência patrimonial do legado romano na salvaguarda do património. Existe consciência patrimonial mas é lenta em termos intervencionais do património edificado. Deste modo, o Museu é o exemplificativo face às políticas culturais inerentes da região. Como se reflete o no quadro de Observatório das obras públicas (Quadro nº18.3)

Objetivo	Procedimento	Entidade adjudicante	Ano	Valor final
Fornecimento do estudo geotécnico e hidrogeológico da área do Museu	Ajuste Direto	Município de Chaves	2011	11.800.00 €
Construção do edifício do Museu das Termas Mediciniais Romanas	Concurso Público	Município de Chaves	2012 - 2016	1.840.457,62 €
Prestação de serviços para reformulação do Projeto do Museu	Ajuste Direto	Município de Chaves	2013	45.000,00€
Alteração do corredor suspenso – Museu das Termas	Ajuste Direto	Município de Chaves	2016	35.999,00 €

QUADRO 18.3. EVOLUÇÃO DA EMPREITADA DO MUSEU DAS TERMAS MEDICINAIS ROMANAS DE CHAVES ENTRE 2011 E 2016. QUADRO SIMPLIFICADO PELA AUTORA, BASEADO NO OBSERVATÓRIO DAS OBRAS PÚBLICAS.

²⁷⁹ “Banhos Públicos no Arrabalde”, *A Voz de Chaves – O Jornal do Alto Tâmega e Barroso*, 10 de Março de 2006.

²⁸⁰ Chaves, C.M., *Boletim Municipal*, Julho de 2013, p. 12.

²⁸¹ Carneiro, 2006: 38 -29.

CONCLUSÃO

Em Santa Maria Maior, Chaves, existem claramente estratégias de salvaguarda do património arqueológico romano.

A grande concentração dos achados arqueológicos do período romano centra-se no centro histórico da cidade, sendo aqui marcante uma posição de predomínio da arqueologia, que se impõe à comunidade que, por sua vez, demonstra resistência aos trabalhos arqueológicos. Assim ressalta-se a necessidade de novos meios de divulgação do património, remetendo a necessidade de estratégias mais orientadas para a comunidade. No entanto revê-se um nível de reconhecimento e conhecimento da grande maioria dos achados arqueológicos por parte da comunidade, bastante deficitário.

O objetivo principal desta dissertação passou por determinar se existiam políticas consistentes para a salvaguarda do património arqueológico romano em Chaves e que tipo de estratégias decorre nesse processo. No fundo identificar se existiam realmente estratégias de valorização do património. No caso desta cidade transmontana perceber ainda se estas estratégias incidiam particularmente na musealização ou em estratégias de conservação no local. Procurou-se estudar se a apropriação do legado romano, enquanto símbolo de um passado de cidade termalista romana, se considera como uma estratégia de salvaguarda do património. De facto, remete-se à persistência e dominância deste traço diferenciador face aos municípios dos arredores.

Através dos depoimentos dos diversos técnicos referem-se as medidas principais de salvaguarda e valorização do património arqueológico. Assim, no que respeita à estratégia de salvaguarda de património romano identificou-se a prevenção e a proteção como as principais medidas a decorrer em Chaves. Assim destacou-se uma metodologia de arqueologia preventiva, utilizada como a forma preferencial para a investigação e salvaguarda dos vestígios arqueológicos. No caso da arqueologia identificou-se ainda que é necessária uma gestão entre os diversos elementos de urbanismo e de ordenamento do território.

No caso de Chaves, a preservação e valorização do património, associou-se essencialmente a processos museológicos. Em termos de estratégias de salvaguarda do património arqueológico romano este estudo demonstrou evidências que ancoram estas políticas em práticas de musealização ou de “cobrimento” dos achados arqueológicos. A gestão dos acervos arqueológicos em contexto museológico pressupõe uma gestão ao nível estratégico que obriga a uma renovação contínua da interpretação do património arqueológico. No caso do Museu da Região Flaviense até 2016 revela-se a necessidade de renovação expositiva na exposição permanente.

Este mesmo Museu da Região Flaviense revelou-se até 2015 como o principal polo de demonstração expositiva do legado romano; a aguardar a inauguração está um novo museu inteiramente dedicado ao legado romano de Chaves; adotaram-se outras estratégias como a *Exposição 2000 anos de História*, uma experiência de alguma interatividade, que se reverteu não somente numa forma de divulgação de património, mas também uma revitalização expositiva voltada para uma comunidade mais abrangente.

Também aqui o papel do turismo é um elemento potenciador para uma maior valorização do legado romano de Chaves. Tal é testemunhado por alguns projetos e pela consagração do património termalista enquanto marca da cidade, que beneficiou largamente da descoberta do balneário romano em 2006. Chaves é uma cidade termal cujas origens remontam a um aproveitamento destas características desde o período romano.

A estratégia de valorização do património arqueológico de Chaves é feita de acordo com a legislação portuguesa, sendo respeitados os procedimentos de acção arqueológica. As ações arqueológicas pertencem efetivamente a um programa mais abrangente e internacional, com a utilização de fundos europeus, sendo credível afirmar que existe efetivamente uma estratégia de valorização de património patente nos diversos estudos locais. Deste modo, para obter os fundos europeus há uma base de legislação nacional e internacional que é respeitada e percecionada nas diversas intervenções.

O estudo passou pela identificação das medidas de proteção, salvaguarda e valorização do património arqueológico romano e sua aplicação. Apesar das vantagens da musealização e do seu contributo para a comunidade, esta estratégia ainda não se revelou fortuita dada à morosidade do processo, e conseqüentemente da degradação do elemento patrimonial. Tal é especialmente evidente no Museu das Termas Mediciniais Romanas, marcada pela morosidade do processo de construção e paragem do processo de musealização.

Por outro lado, a sinalética revelou-se ser insuficiente face às necessidades do centro histórico. A nível de divulgação, a aposta da autarquia vai para o desenvolvimento de iniciativas que reforçam a ligação a um passado romano da cidade, nomeadamente com a Festa dos Povos – *Aquae Flaviae*.

No entanto, ficou patente a dificuldade no estudo dos impactos na comunidade das estratégias de intervenção e valorização do património arqueológico, apesar do estudo restrito de freguesia de Santa Maria Maior.

A importância do papel da autarquia deveria ser entendida com naturalidade como entidade essencial para proteger a herança e identidade da comunidade. Procurou-se, neste estudo determinar a existência de uma efetiva consciência patrimonial, por parte dos agentes no território.

Da parte de entidades decisoras é fundamental o ajustamento entre gestão e conservação do património arqueológico, garantindo a sua salvaguarda e conservação, ações essenciais para

a manutenção da sua materialidade. A preservação de qualquer património arqueológico deve ter em conta as circunstâncias em que foi encontrado. No entanto é necessário atentar que os princípios de conservação e manutenção remetem para projetos a longo prazo, sendo fundamental equacionar a intervenção das autarquias em processos de valorização do património arqueológico.

Em suma, no caso flaviense, concretamente da freguesia de Santa Maria Maior, torna-se necessário que a salvaguarda do património se torne uma ação do âmbito das políticas públicas, que emerge de uma consolidação de interesses públicos, em favor das comunidades e que por ser vez pode remeter ou não para a sustentabilidade e equilíbrio do centro histórico.

FONTES

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Classificação dos Monumentos Nacionais, Decreto lei de 16-6-1910, *Diário do Govêrno*, n.º 136, de 23-06-1910

Criação do Museu Regional na vila de Chaves, Decreto-Lei nº8410, *Diário de Govêrno*, nº209/1922 de 6-10-1922

Classificação dos Monumentos nacionais, Decreto-lei nº 28 536, *Diário do Governo*, 1ª série, nº 66 de 22-03-1938

Criação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Decreto-lei 106F/92, *Diário da República*, 1.ª série A, n.º 126, 01-06-1992

Ratificação do Plano Diretor Municipal de Chaves, Decreto – Lei nº 35/1995, *Diário da República*, série I – B, nº 35, 10-02-1995.

Ratificação da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista), Resolução da Assembleia da República nº71/97, *Diário da República*, I série, nº 289, 16-12-1997.

Bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, Decreto-Lei nº 107/2001, *Diário de República*, I série – Série A, nº 209, 8-09-2001.

Aprovação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Dec. – Lei nº 58/2007, *Diário da República*, Iª Série, nº 170, 4 de Setembro de 2007

Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, Decreto – Lei nº138/2009, *Diário da República*, 1º Série, nº 113,15 -06- 2009

Classificação das Termas Mediciniais Romanas de Chaves como Monumento Nacional, Decreto-lei nº 31-H/2012, *Diário da República*, 1ª Série, nº 252, 31-12-2012.

Projetos aprovados do EIXO IV – Coesão Local Urbana do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), 2007-2013, *Novo Norte, Quadro de Referencia de Estratégia Nacional (QREN)*.

Reorganização administrativa do território das freguesias, Decreto-Lei nº 11-A/2013, *Diário da República*, Série I, 1º suplemento, nº 19, 28-01-2013.

Regulamento do Sistema de Incentivo de Apoio Local a Microempresas, *Diário da República*, nº68/2013 série, nº133, 15-02-2013

FEDER e Fundo de Coesão, (2013), “Regulamentos específicos, Versão consolidada resultante das deliberações das CMC, Programas Operacionais Regionais do Continente, Património Cultural”, *Regulamento do regime de acesso aos apoios concedidos pelos Programas Operacionais do Continente (POR)*, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP.

Aprovação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, Decreto – Lei nº 213/2014, 1º Série, *Diário da República*, nº213, 4 -11- 2014

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, do Centro, de Lisboa e Alentejo, (2014), *Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, Convite para a apresentação de candidaturas*, PEDU, Portugal 2020.

Aviso EIDT – 99-2015 -02, “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, *Norte 2020*, pp. 1-62.

“Regulamento de Especifico da Política de Cidades – Redes Urbanas”, *Quadro de Referência Estratégia Nacional, (QREN), Programa Operacional Regional, 2007.*

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

ICMOS (1964), *Carta de Veneza*, II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

ICAHM (1990), *Charter for the Protection and Management of Archaeological Heritage*, Lausanne.

Europa, Conselho da (1997), *Convenção Europeia Para a Proteção do Património Arqueológico (revista)*.

Conferência Internacional sobre Conservação (2000), *Carta sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído (Carta de Cracóvia)*.

ICOMOS (2003), Principles for the analysis, conservation and structural restoration of architectural heritage.

ARQUIVOS LOCAIS

a) Câmara Municipal de Chaves

Chaves, C.M de (s/data), *Relatório de fundamentação avaliação da execução do Plano Director Municipal de Chaves e de identificação dos principais factores de evolução do Município*, Divisão de Ordenamento do território e desenvolvimento urbano.

Chaves, C.M. de (s/data), *Diagnóstico Social Concelho*, pp.13-53 Acedido através do a Biblioteca-Consultoria Digital da Associação Amigos da Grande Idade Inovação e Desenvolvimento, <http://www.associacaoamigosdagrandeidade.com/wpcontent/uploads/filebase/consultoria/CAMARA%20MUNICIPAL%20DE%20CHAVES%20Diagn%C3%83%C2%B3stico%20Social%20d%20concelho%20de%20Chaves.pdf>

Chaves, Posto de Turismo (s/d), *Roteiros turísticos, Chaves- Verín, visite Chaves- Verín, a Eurocidade da Água*, panfleto.

Chaves, CM (2009) *Regulamento das Termas de Chaves O Spa do Imperador*, Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EEM, pp. 1-20, acedido através do site institucional Eurocidade Chaves – Verín, <http://www.eurocidadechavesverin.eu/cf/126868>

Chaves, C.M. de (2011), “Ata da Reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves”, nº9, 2 de Maio de 2011, pp. F68-F124 (1-57)., acedido através do site institucional da Câmara Municipal de Chaves, http://www.chaves.pt/uploads/document/file/171/02_MAI0.pdf

Unidade Técnica para a reorganização Administrativa do Território (2012) Parecer Município de Chaves, 31 de Outubro, pp. 1-8, Acedido através do arquivo digital do parlamento: http://app.parlamento.pt/utrat/Municipios/Chaves/Chaves_Parecer.pdf

Unidade Técnica para a reorganização Administrativa do Território (2012), Anexo I, Mapa das Freguesias situadas no território do Município de Chaves, p. 1

Unidade Técnica para a reorganização Administrativa do Território (2012), Anexo II, reorganização administrativa territorial autárquica, 1-55. Acedido através do arquivo digital do Parlamento: <http://app.parlamento.pt/utrat/Municipios/Chaves/ANEXO%20II%20%20AM%20Chaves.pdf>

Quatenaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S.A, (Janeiro 2013), *Masterplan do Centro Histórico de Chaves, Proposta de delimitação da área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves.*,

Quatenaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S.A, (Fevereiro de 2014), *Masterplan do Centro Histórico de Chaves, Proposta de Projecto de Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves.*

Chaves, C.M. (2014), “Contracto nº14/141º adicional ao contracto nº 9/2012 – Para execução da empreitada “Museu das Termas Romanas de Chaves” – Trabalho a Mais”, p. 1-4.

Chaves, C.M. (2015), “Relatório de Avaliação”, *Opchaves, Orçamento Participativo*, pp. 1-21.

Chaves, C.M. (2015), “Componente 2, Promoção e dinamização – Projetos de âmbito social, cultural e desportivo no concelho”, *Orçamento Participativo*.

Chaves, C.M. (2015), “Ata da Reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves”, nº9, 7 de Agosto, pp. F.38 –F.41 (8-14) acedido através do site institucional da Câmara Municipal de Chaves, http://www.chaves.pt/uploads/document/file/1067/07_AGOSTO.pdf

Chaves, C.M. (2015), *Plano de Desenvolvimento Estratégico Chaves-2015*, pp. 1 – 80.

GIPP, Lda. (2015), “Estudo de Caracterização, Estudo Prévio de Acessibilidade”, *Plano Diretor Municipal (PDM)*, Novembro 2015.

GIPP, Lda. (2015), “Estudo de Caracterização, Estudo prévio de atividades económicas-comércio e serviço”, *Plano Diretor Municipal (PDM)*, Novembro 2015

GIPP, Lda. (2015), “Estudo de Caracterização, estudo prévio de ocupação do solo”, *Plano Diretor Municipal (PDM)*, Novembro 2015

GIPP, Lda. (2015) “Estudo de Caracterização, estudo prévio de património arqueológico”, *Plano Diretor Municipal (PDM)*, Novembro 2015

GIPP, Lda. (2015), “Estudo de Caracterização, estudo prévio de património arquitetónico”, *Plano Diretor Municipal (PDM)*, Novembro 2015

GIPP, Lda. (2015), “Estudo de Caracterização, estudo prévio de população e habitação”, *Plano Diretor Municipal (PDM)*, Novembro 2015

GIPP, Lda. (2015), “Estudo prévio de quadro prévio de ordenamento”, *Plano Director Municipal (PDM)*, Novembro 2015

Chaves, C.M. (2016), “Memória Descritiva, Alteração/Aditamento”, *Operação Reabilitação do Centro Histórico (ORU)*, Departamento de Coordenação Geral, Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, pp- 1-20.

b) Museu da Região Flaviense

Silva, Armando, e Rui Centeno (1999) *Roteiro da Exposição do Museu da Região Flaviense, Da Idade dos Metais à Romanização*, 2ª edição, Chaves, Edições ETNOS

Silva, Armando, e Rui Centeno (2005), *Roteiro da Exposição do Museu da Região Flaviense, Da Idade dos Metais à Romanização*, 3ª edição, Chaves, Edições ETNOS.

Flaviense, Museu da Região (2008), *Guia de apoio a visitas para públicos do ensino básico, o museu ensina-me a conhecer a nossa história*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves, Leite, Jorge (2011), *Roteiro Infantil da Coleção da Exposição do Museu da Região Flaviense, Da Idade dos Metais à Romanização*, Chaves, Rede de Museus Municipais de Chaves.

Keep solutions, acervo da rede dos museus flavienses online, disponível em: <http://museus.chaves.pt/community/#type/object> , acedido a fevereiro de 2017

Flaviense, Museu da Região Flaviense (2011), “Estatísticas da rede municipal entre 2003 até 2011”, suporte pdf, consultado em fevereiro de 2017.

Flaviense, Museu da Região (s/d), Mapa e Locais de seleção de sinalética no Centro Histórico da Cidade, Red de Turismo Galaico- Portuguesa Flaviense, cedido por arquiteto António Malheiro, Chefe da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico

Flaviense, Museu da Região (2016), “Controlo de visitante mensal e anual de 2016”., suporte Excel consultado em 2017.

c) Arquivo Contemporâneo das Finanças

Código de referência PT/ACMF/DGFP/RP/VLR/CHV/MONUN/002, Monumentos Nacionais, Proc. 4311, L. 6; Proc. 223, L. 7, *Cadastro Patrimonial da Ponte Romana – Chaves*, Fundo Direcção-Geral da Fazenda Pública (DGFP), subfundo Repartição do Património (DGFP/RP), secção DGFP/RP/VLR (Vila Real), Série DGFP/RP/VLR/CHV/MONUN (Monumentos Nacionais),Cx.7,1942-1944.

d) Arquivos Particulares:

“Apresentação e Caracterização da ACISAT- Associação Empresarial do Alto Tâmega”, p.1-3, arquivo particular de Ana Coelho, suporte pdf., consultado a 11 de Julho de 2017.

“Red de Turismo Cultural Galaico – Portuguesa, Apresentação, Situação actual, acções desenvolvidas e perspectivas de futuro (2005)”, arquivo particular de Antar Taller de Estrategias Creativas, documento em suporte powerpoint, acedido a 6 de Junho de 2017.

Ribeiro, João (s/data), *Escala de evidências histórico e arqueológico*, arquivo particular de João Ribeiro, César Figueira e PAR, acedido em 9 de Junho de 2017.

Ribeiro, João e Sérgio Amorim (2011) *Relatório dos trabalhos arqueológicos, Execução de sondagens arqueológicas de avaliação na Rua 1º Dezembro – Chaves*, arquivo particular de Archeo3D, acedido em 9 de Junho de 2017.

Ribeiro, João e Sérgio Amorim (2016), *Relatório dos trabalhos arqueológicos, Execução de sondagens arqueológicas de avaliação na Praça de Camões – Chaves*, arquivo particular de Archeo3D, acedido em 9 de Junho de 2017.

Ribeiro, João e Sérgio Amorim (2016), *Relatório dos trabalhos arqueológicos, Execução de sondagens arqueológicas de avaliação na Rua da Trindade- Chaves*, arquivo particular de Archeo3D, acedido em 9 de Junho de 2017

PERIÓDICOS

a) *A Voz de Chaves – Jornal do Alto Tâmega e Barroso*

“Banhos Públicos no Arrabalde”, 10 de Março de 2006.

“Empreendedorismo e a Inovação no desenvolvimento económico”, 7 de Abril de 2006.

Conhecer o património da Região, 28 de Abril de 2006.

"Turismo em Análise", 2 de junho de 2006.

"Dr. Mário Carneiro, Património da Cidade", 6 de Outubro de 2006.

"Ainda a Ponte Romana – Monumento Nacional", 16 de Maio de 2008.

"Porque não concordo com o trânsito automóvel na Ponte Romana", 23 de Maio de 2008.

"Queremos referendo concelhio para apurar a vontade do Povo", 23 de Maio de 2008.

“Mais uma vez: é proibido, mas pode-se fazer! Ponte Romana...Mal Tratada!!!”, 6 de Junho de 2008.

“Pont’a Pé”, 20 de Junho de 2008.

b) Diário Atual

Guimarães, Maria José Filol, “A Ponte Romana”, 14 de Outubro de 2011.

"Chaves ganha novo monumento nacional", 14 de Dezembro de 2012

- "Arranque da obra do futuro Museu das Termas Romanas", 15 de Fevereiro de 2013.
- "Chaves - Tertúlia sobre legado termal romano junta mais de uma centena de flavienses, 6 de Abril de 2013.
- "Symposium Aquae: Cidades termais romanas são tema de simpósio internacional em Chaves", 10 de Outubro de 2014
- "Projecto do Museu das Termas Romanas aprovado", 21 de Fevereiro de 2014.
- "Chaves: Municípios portugueses e espanhóis lançam rede de cidades termais do Império Romano, 20 de Outubro de 2014.
- "Vigas que dão tecto ao Museu das Termas Romanas foram centro das atenções em Chaves", 22 de Novembro de 2014.
- "2000 anos de História", 15 de Agosto de 2015.
- "Chaves: Município apresenta e esclarece projeto de conservação e musealização das Termas Mediciniais Romanas em Sessão", 15 de Abril de 2017.

c) Notícias de Chaves

- "Ara votiva dos Aveléias", ,16 de Maio de 1980.
- "Campanha para o Património", 30 de Maio de 1980.
- "Os Museus de Chaves", 25 de Julho 1980.
- "A Fonte do Campo", 16 de Julho de 1981.
- "A Ponte Romana", 20 de Novembro de 1981.
- "Os Miliários de São Julião", 30 de Março de 1984.
- "Castelos de Trás-Os- Montes", 16 de Fevereiro de 1987.
- "Troço da Via Romana (Bracara -Aquae Flaviae Asturica) em Curalha", 27 de Fevereiro de 1987.
- "Santo Estevão (Chaves)", 24 de Abril de 1987.
- "Capela da Granjinha", 17 de Novembro de 1989.
- "Edital, Publicação dos imoveis classificados/Monumentos Nacionais", 10 de Março de 1989,
- Parafita, Alexandre, "Aquae Flaviae Princesa (poema)", 3 de Fevereiro de 1989.

FONTES ORAIS

Entrevista presencial a Sérgio Carneiro, arqueólogo da C.M. de Chaves, realizada a 1 de março de 2017,

Entrevista presencial a Rui Lopes, arqueólogo da C.M. de Chaves, realizada a 3 de março de 2017.

Entrevista presencial a João Caldas, representante do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, realizada a 1 de junho de 2017.

Entrevista presencial a António Malheiro, arquiteto e Chefe da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico da CM de Chaves, realizada a 1 de junho de 2017.

Entrevista presencial a Abel Peixoto, engenheiro e Chefe da Divisão de Projectos e Mobilidade da CM de Chaves realizada a 1 de Junho de 2017.

Entrevista presencial a João Ribeiro, arqueólogo e investigador de Chaves, realizada a 2 de junho de 2017,

Entrevista presencial a Paulo Chaves, diretor do jornal A Voz de Chaves – Jornal do Alto Tâmega e Barroso e Diário Atual, realizada a 2 de junho de 2017,

Depoimento de:

Francisca Hernandez Hernandez, museóloga e docente da Universidade Complutense de Madrid, obtido por via eletrónica em 22 de abril de 2017.

Depoimento de Juan Gonçalves, museólogo pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e gestor cultural da Universidade da Madeira. Investigador na “Secção de Investigação e Estudos em Ciência da Arte e do Património – Francisco de Holanda” obtido por via eletrónica em 24 de abril de 2017

Depoimento de Rui Lopes. Arqueólogo da C.M. de Chaves, obtido por via eletrónica em 9 de maio de 2017.

Depoimento de António Cabeleira, Presidente da Câmara Municipal de Chaves, obtido por via eletrónica em 19 de maio de 2017.

Depoimento de Diretora e redatora, Maria Isabel Viçoso da Associação “Grupo Aquae Flaviae”, obtido por via eletrónica em 7 de junho de 2017.

Depoimento de, Diretor Professor Joaquim Tomaz do Agrupamento - Escola Secundária Júlio Martins, obtido por via eletrónica em 29 de junho de 2017.

Depoimento de Jorge Leite, Técnico superior do Setor de Museus da Câmara Municipal de Chaves, obtido por via eletrónica em 6 de julho de 2017.

Depoimento de Luís Félix Carvalho, Dirigente do Fórum Galaico Transmontano, obtido por via eletrónica em 8 de Julho de 2017.

Depoimento de Director Fernando Félix de Almeida Castro do Agrupamento - Escola Secundária Fernão Magalhães, obtido por via eletrónica em 11 de julho de 2017.

Depoimento da Secretária Geral Ana Coelho, ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega e Barroso, obtido por via eletrónica em 11 de julho de 2017.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Adília (1988), “Os museus monográficos e os sítios arqueológicos: uma opinião”, *Arquivo de Cascais*, (7), pp. 269-274.
- Alarcão, Adília (1993), “Valorização das ruínas de Conimbriga: critérios e realizações”, *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, (Coimbra, 18-20 Outubro, 1990), Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos/Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, p. 63-66.
- Alarcão, Adília (1994), “Preservação e valorização de ruínas arqueológicas em meio urbano”, *Bracara Augusta*, (45), pp. 281-284.
- Alarcão, Catarina (2007) “Prevenir para preservar o património arqueológico”, *Museal - Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro*, (2), pp. 8-34.
- Alarcão, Jorge (1973), *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo Editora.
- Alarcão, Jorge (1998), “Para quê conservar e como apresentar os vestígios do Passado”, *Almadan*, 2ª Série, (7), pp. 53-57.
- Alarcão, Jorge (2004), “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia II”, *Revista de Arqueologia*, volume 7, (2), pp. 193 – 216.
- Almeida, C. A. Ferreira de (1993), “Património: Riegl e hoje”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, II Série, (X), pp 407 -416
- Alves, Pe. Francisco Manuel (1930), “Chaves, Apontamentos Arqueológicos”, Conferência lida em Chaves na noite de 22 de novembro de 1930.
- Amaral, Paulo (1993). *O Povoamento Romano no Vale Superior do Tâmega – Permanência e mutações na Humanização de uma Paisagem*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Argote, Jerónimo Contador de (1732-34). *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*. Tomo I e II. Lisboa.
- Ballart Josep (2007), *El patrimonio historico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona, Ariel Património.
- Barata Maria Filomena (2004), “A Salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro”, *Património Estudos*, (6), pp.12 -18.
- Barata, Maria Filomena (2012), “Sabia que...uma Cidade Romana”, *Revista Portugal Romano* (Junho/ Julho), pp.39-43
- Barranha, Helena (2015), *Património Cultural: Conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa, IST Press e ICOMOS Portugal.
- Barros, Luís Aires (2003), “As dimensões intangíveis do Património Cultural”, *ARTIS, Revista do Instituto de História da Faculdade de Letras de Lisboa*, (2), pp. 261 -270.

- Bono Elisabetta, coord, (2001), *Grande História Universal, O Império Romano*, Lisboa, Ediciones Folio.
- Brito, Lúcia (2011), “Um museu na paisagem”, *Património Estudos*, (11), pp. 21 – 25.
- Cardoso, José (1982), *Crónica de Idácio, Descrição da Invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos*, Braga, Universidade do Minho.
- Cardozo, Mário (1943), *Algumas Inscrições Lusitano – Romanas na Região de Chaves*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves.
- Carneiro (2006) “Projecto Aquae: red Europeia de cidades termas romanas”, *Jornal Tribuna Termal, Turismo de Salud y Bienestar*, (33).
- Carneiro, Mário Gonçalves (1945), *As Caldas de Chaves*, Tese de Doutoramento na Faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra.
- Carneiro, Mário Gonçalves (1974), *Evolução termal de Chaves*, Chaves, Edição de Autor.
- Carneiro, Sérgio (2013), “As Termas Mediciniais Romanas de Chaves”, *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 793-802
- Centeno, Rui M. (2005), “Para uma valorização do Património do Distrito de Bragança, algumas reflexões”, *Seminário Internacional O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora – Atas*, 139-144
- Choay, Françoise (2014), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.
- Choay, Françoise (2014), *As Questões de Património*, Lisboa, Edições 70.
- Colmenero, António Rodrigues, (1984), “Los Miliários de S. Julião en la Via desde Aquae Flaviae hacia el sureste”, *Arqueologia*, (9), pp. 117 -118.
- Colmenero, António Rodriguez (1987), *Aquae Flaviae: Fontes Epigráficas*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves.
- Colmenero, Antonio Rodriguez, Santiago Ferrer Sierra e Rubén D. Alvarez Asorey,(2004), *Miliarios e outras inscrições viárias romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Séccion de Patrimonio Histórico, Coléccion Gran Formato.
- Desvallées, André e François Mairesse, (2013), *Conceitos- Chaves de Museologia*, São Paulo, ICOMOS.
- Fontes, L. e Roriz, A. (2012) – O traçado da via romana *Bracara – Asturica*, por *Aquae Flaviae*, no Concelho de Vieira do Minho In *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M/ Memórias*, nº 21
- Gentil Marques (1999), *Lendas de Portugal, lendas de amor*, Lisboa, Âncora Editora.
- Gomes, Elisabeth Carvalhal (2014), *Revitalização urbana e turismo: o caso de centro histórico de Chaves*, Dissertação de Mestrado em Turismo, Bragança, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Grimal, Pierre (1954), *Les villes Romaines*, paris, Presses Universitaires de France.

- Grimal, Pierre (2003), *As cidades romanas*, Lisboa, Edições 70.
- Guerra, Paula (2011), *Culturas urbanas e modos de vida juvenis: cenários, sonoridades e estéticas na contemporaneidade portuguesa*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Hernandez–Hernandez, Francisca (2008), *Manual de Museologia*, Madrid, Editorial Síntesis, Biblioteconomía y Documentación.
- Leite, Ana Cristina (2007) Teatro Romano de Lisboa, A importância do estudo das argamassas In *Pedra & Cal*, nº 3, Julho, Agosto, Setembro, pp.14-15
- Lemos, Francisco Sande (2004), “A salvaguarda do património arqueológico em contexto urbano”, *Património Estudos*, (6), pp. 33- 40.
- Lopes, Rui (2009) Terra Sigillata da Necrópole romana do Largo das Freiras, Chaves, *Revista Aquae Flaviae* (41), pp. 385-416
- Lopes, Rui (2016), “As Insulae do Arquivo, Conenoria de Chaves”, Chaves, pp. 65-68, texto cedido pelo autor.
- Machado, Júlio M, (2000), *Crónica da Vila Velha de Chaves*, 2ª edição, Chaves, Câmara Municipal de Chaves.
- Martins, Ana Margarida (2012), “A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacto ambiental e ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, (15), pp. 219 -256.
- Matos, Alexandre (2007), “Da Escavação ao Museu, Caminhos da Informação”, *Praxis Archaeologica*, (2), pp.37-48.
- Matos, Olga Maria Pinto (2002), *Subsídios para a História da Valorização do Património arqueológico em Portugal*, Tese de Doutoramento em Letras , Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade Coimbra.
- Matos, Olga (2008), "Valorização de Sítios Arqueológicos", *Praxis Archaeologica*, (3), pp. 31-46
- Montalvão, António (1971), *Notas sobre vidas Romanas em Terras Flavienses*, Bragança, Escola tipográfica
- Montalvão, António (1972), *Permanece a Urbanística em Aquae Flaviae?* , Coimbra, Conimbriga
- Pereira, António Henrique (1949), *Almanaque de Chaves*, Chaves, Nova Tipografia.
- Pereira, Isabel (1999), “Museus e colecções de arqueologia: conceitos e programas”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, (17), p.29-40.
- Poulot, Dominique (2001), *Patrimoine et Musées, L'institution de la culture*, Paris, Hachefé Supereur.
- Raposo, Luís (1989), *Portugal das origens à época romana*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

- Raposo, Luís (1999), "Museus de Arqueologia e sítios arqueológicos musealizados – identidades e diferenças", *O Arqueólogo Português*, Série IV, (17), pp. 51 -52.
- Ribeiro, João Manuel Gonçalves (2010), *O tecido urbano flaviense: de Aquae Flaviae a Chaves Medieval*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Braga, Universidade do Minho.
- Silva, António Carlos (2004), "A salvaguarda do património arqueológico em meio rural", *Património Estudos*, (6), pp. 41-49.
- Silva, António Manuel S. (2005), "O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, (1), pp.459-469.
- Silva, Armando Coelho Ferreira da (1999), "Museus com colecções de arqueologia. Programas Expositivos", *O Arqueólogo Português*, Série IV, (17), pp. 423 -427.
- Silva, Armando Coelho Ferreira, Filipe Soares Pinto, Núria Quintino e Vera Teixeira (2007), "Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves", *Revista Ciências e Técnicas de Património*, I Série, (V- VI), pp.549- 565.
- Silva, Isabel (1999), "A gestão de acervos nos museus de arqueologia", *O Arqueólogo Português*, Série IV, (17), pp. 83 -90.
- Sorribas, Diana Fonseca (2012), "El Municipium Romano de Aquae Flaviae y su problemática", *Antesteria*, (nº1), pp. 519 -528.
- Teller, Jacques e Warnotte, Anne (2003), " A valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano", APPEAR Position Paper
- Território, Direcção- Geral do (2016), *Relatório de Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território (PNOT)*, pp.20 -25.
- Teixeira, Ricardo (1996). *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 1 -24
- Verdelho, Pedro (1993), *Chaves*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves.
- Viçoso, Maria Isabel (2015), *Chaves – Percursos de Históricas Memórias*, Chaves, Edição de Autor.

ANEXOS

Anexo A: Guião de Entrevista a Arqueólogo Dr. Sérgio Carneiro



Entrevistado: Dr. Sérgio Carneiro

Cargo: Arqueólogo da Câmara Municipal de Chaves

Data da Entrevista: 1 de Março de 2017

Local da Entrevista: Edifício Pólis, Ladeira da Trindade, nº 13, Chaves

Data da entrevista:

Bom Dia/Boa Tarde

No ano lectivo de 2016/2017 vou desenvolver a dissertação de Mestrado de Empreendedorismo e Estudos da Cultura, da vertente de Museologia, com a seguinte temática: “Salvaguarda do Património Arqueológico Romano – Aquae Flaviae (Chaves).

No sentido de cumprir os objetivos propostos para a presente dissertação torna-se necessário recolher o seu testemunho na qualidade de Técnico Superior do Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de Chaves, dado que a sua acção centraliza-se no período romano e nas acções desenvolvidas na zona histórica.

Agradeço desde já a sua colaboração

Bárbara Pereira, nº60867

Quais os objetivos principais da estratégia de salvaguarda de património arqueológico romano em Chaves?

Quais as principais acções constantes na estratégia de valorização do património romano de Chaves?

A nível urbanístico quais as principais dificuldades em manusear os achados arqueológicos devido à sua posição geográfica no Centro Histórico da Cidade?

Quais foram as maiores dificuldades na musealização do Balneário romano no Largo Arrabalde?

Qual a política relativamente ao acesso da comunidade aos vestígios romanos de Chaves?

Qual a política relativamente à incorporação da comunidade nas estratégias de valorização do património romano de Chaves?

Entre musealização e preservação in situ, quais as opções executadas e porquê?

O legado romano de Aquae Flaviae está presente em toda a malha urbanística. Porquê a implementação de uma zona de protecção ao redor do Museu das Termas Medicinai Romanas?

Quais são as medidas de preservação relativamente a outros monumentos do passado romano de Chaves?

Anexo B: Anexo Guião de Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, via email.



Instituto Universitário de Lisboa

Nome do Entrevistado: António Cândido Monteiro Cabeleira

Cargo: Presidente

Local de Trabalho: Câmara Municipal de Chaves

Data do envio da entrevista: 7 de Abril de 2017

Data do envio da resposta da entrevista: 19 de Abril de 2017

Bom Dia

No ano lectivo de 2016/2017 vou desenvolver a dissertação de Mestrado de Empreendedorismo e Estudos da Cultura, da vertente de Museologia, com a seguinte temática: “Salvaguarda do Património Arqueológico Romano – *Aquae Flaviae* (Chaves) da freguesia de Santa Maria Maior.” No sentido de cumprir os objetivos propostos para a presente dissertação torna-se necessário recolher o seu testemunho na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Chaves e Vereador do Pelouro. A importância deste tipo de património remete a inculcação do legado romano na comunidade flaviense e comporta também uma componente para o desenvolvimento do turismo no centro histórico da cidade.

Agradeço desde já a sua colaboração

Bárbara Pereira, nº60867

1 – Qual é a sua opinião acerca do património arqueológico romano existente na freguesia de Santa Maria Maior?

2- na sua perspectiva, com a descoberta dos novos achados arqueológicos que têm sido intervencionados, há uma maior consciência por parte da comunidade na divulgação deste tipo de património?

3 – Da Câmara Municipal de Chaves, como descreve os esforços proporcionados na implementação activa das técnicas de comunicação?

4- Em termos de divulgação da cidade de “Aquae Flaviae”, quais são os eventos/ projectos designados para o efeito?

5- A operação designada por “Salvaguarda e Musealização do Património” do Programa Estratégico “Chaves Monumental” são os principais instrumentos de património arqueológico romano?

6 – Depreende-se com a musealização dos novos espaços intervencionados, no caso do Museu das Termas Romanas, aumentar o fluxo turístico?

7- A implementação das estratégias de salvaguarda do património arqueológico romano é um factor de desenvolvimento do centro histórico da cidade?

8- Dentro da freguesia de Santa Maria Maior, de índole arqueológico romano, têm o Museu das Termas Romanas, a Ponte do Trajano com as colunas comemorativas, o Núcleo de Pré-História e Arqueologia (Museu da Região Flaviense) e o espaço do Arquivo Municipal de Chaves. Há uma consciencialização por parte da comunidade na sua existência?

9 – De momento, de acordo com o Diário Actual, o Museu das Termas Mediciniais Romanas proporcionou o impulso para a candidatura para património da Humanidade. Na sua perspectiva, o que depreende desta candidatura?

10 – Há um grande esforço a nível orçamental para a preservação dos indícios arqueológicos de Aquae Flaviae?

Anexo C: Festa dos Povos – Aquae Flaviae

FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE									
ANO	MÊS	DATA	EVENTO	LOCAL	Público	Artistas		Figurante	Expositor
						locais	Fora		
2013	8	23	AQUAE FLAVIAE – Festa dos Povos – Mercado Romano	Alameda do Tabolado	8000	59	20	500	71
2013	8	24	AQUAE FLAVIAE – Festa dos Povos – Mercado Romano	Alameda do Tabolado	12000	60	21		
2013	8	25	AQUAE FLAVIAE – Festa dos Povos – Mercado Romano	Alameda do Tabolado	15000	61	22		
TOTAL					35000	180	63	500	71
2014	8	22	AQUAE FLAVIAE – Festa dos Povos – Mercado Romano	Alameda do Tabolado	10000	14	55	550	86
2014	8	23	AQUAE FLAVIAE – Festa dos Povos – Mercado Romano	Alameda do Tabolado	15000	15	60		
2014	8	24	AQUAE FLAVIAE – Festa dos Povos – Mercado Romano	Alameda do Tabolado	17000	14	55		
TOTAL					42000	43	170	550	86
2015	8	21	FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE	Alameda do Tabolado	12000	10	40	600	93
2015	8	22	FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE	Alameda do Tabolado	17000	20	70		
2015	8	23	FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE	Alameda do Tabolado	20000	10	60		
TOTAL					49000	40	170	600	93
2016	8	19	FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE	Alameda do Tabolado	15000	5	55	650	98
2016	8	20	FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE	Alameda do Tabolado	25000	10	70		
2016	8	21	FESTA DOS POVOS EM AQUAE FLAVIAE	Alameda do Tabolado	25000	35	65		
TOTAL					65000	50	190	650	98

Anexo C: : Evolução entre 2014 e 2016 da Festa *Aquae Flaviae* – Festa dos Povos. Fonte: “2Eventos de *Aquae Flaviae* - Festas dos Povos entre 2013 e 2016”, arquivo interno da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, Câmara Municipal de Chaves.

INFORMAÇÃO PESSOAL

Bárbara Filipa Videira Pereira



 Lisboa (Portugal)

Sexo Feminino | Data de nascimento 14/01/1994 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

14/09/2015–08/11/2017

Estagiária do Protocolo ISCTE-IUL - Vila Franca de Xira no âmbito do Centenário da Grande Guerra. Técnico Superior de História - Divisão de Património e Museus

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira (Portugal)

12/06/2014–18/08/2014

Colaboradora no Centro Comercial do Colombo

Glassdreams3D, Lisboa (Portugal)

- Boa comunicação
- Boa Pontualidade
- Boa Assiduidade
- Boa Cooperação

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

17/09/2015–Presente

Mestrado de Empreendedorismo e Estudos da Cultura- Vertente Museologia

ISCTE- IUL - Instituto Universitário de Lisboa

12/09/2012–12/07/2015

Licenciatura: História Moderna e Contemporânea

ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

12/09/2009–20/06/2012

Escola Secundária de Odivelas, Lisboa (Portugal)

Nível 6 QRQ

2004–2008

Escola E.B 2.3 Isabel Portugal (Arroja), Odivelas (Portugal)

Nível 5 QRQ

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna

Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	A2	A2	A1	A1	A1

Espanhol	A1	A2	A1	A2	A1
----------	----	----	----	----	----

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação - Boa capacidade de comunicação adquirida através da experiência como colaboradora.

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador independente	Utilizador independente	Utilizador independente

Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

- Bom domínio do Microsoft office

Outras competências - Redactora do "Ideias e Opiniões"

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Conferências As damas na 1º Guerra Mundial In "Tardes de Conversa: Estudos sobre a Mulher", Núcleo de Alverca, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 21 de Setembro de 2016.

Publicações "As Damas na 1º Guerra Mundial" - Setembro de 2017